

**Universidade Federal de Uberlândia  
Instituto de Geografia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL

**FEMINISMO, GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO ANTICOLONIAL: a mulher na mídia  
machista brasileira e como agente de resistência e solidariedade em  
Uberlândia-MG**

UBERLÂNDIA-MG  
2023

LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL

FEMINISMO, GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO ANTICOLONIAL: a mulher na mídia machista brasileira e como agente de resistência e solidariedade em Uberlândia-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais.  
Linha de Pesquisa: Educação Geográfica e Representações Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

UBERLÂNDIA-MG

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por meio impresso ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

E-mail da autora: [leandra.amaral2008@gmail.com](mailto:leandra.amaral2008@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

A485f  
2023      Amaral, Leandra de Lourdes Rezende, 1980-  
            Feminismo, geografia e educação anticolonial [recurso eletrônico] :  
            a mulher na mídia machista brasileira e como agente de resistência e  
            solidariedade em Uberlândia-MG / Leandra de Lourdes Rezende  
            Amaral. - 2023.

            Orientador: Tulio Barbosa.  
            Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
            de Pós-Graduação em Geografia.  
            Modo de acesso: Internet.  
            Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8061>  
            Inclui bibliografia.

            1. Geografia. I. Barbosa, Tulio, 1979-, (Orient.). II. Universidade  
            Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.  
            Título.

---

CDU: 910.1

André Carlos Francisco  
Bibliotecário - CRB-6/3408


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, <a href="#">Número 245</a> , PPGGEO				
Data:	<a href="#">05 de maio de 2023</a>	Hora de início:	14h:00min.	Hora de encerramento:	17h:30min.
Matrícula do Discente:	<a href="#">11913GEO014</a>				
Nome do Discente:	LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL				
Título do Trabalho:	POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO LIVRE				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	<a href="#">EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</a>				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica de forma on-line do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Maria Beatriz Junqueira Bernardes - IG-UFU](#); [Amanda Regina Gonçalves - IG-UFU](#); [Sílvia Fernanda Cantóia - UFMT-MT](#); [Jeni Delgado Paschoal Moura - UEL-PR](#) e [Túlio Barbosa - IG-UFU](#) (orientador da candidata). Os Professores participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, [Professor Túlio Barbosa - IG-UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado\(a\).](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutor](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jeani Delgado Paschoal Moura, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Regina Gonçalves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 05/05/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Junqueira Bernardes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 05/05/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Presidente**, em 05/05/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Fernanda Cantóia, Usuário Externo**, em 08/05/2023, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4449069** e o código CRC **F9A61707**.

Às mulheres que fizeram e as que ainda fazem parte da minha vida e que, de algum modo, contribuíram para a mulher que me tornei. Em especial minha mãe, Ana, símbolo de fé. À Luana, minha filha e motivação.

## **AGRADECIMENTOS**

A vida é carregada de ciclos, enquanto uns se fecham outros iniciam. O doutorado é um dos ciclos de minha vida que se completa, mas, abre caminhos para novos conhecimentos, oportunidades e amadurecimento. Por isso agradeço a Deus toda sabedoria que me fez superar os momentos de fragilidade.

Chegar até aqui não foi fácil, sofri, chorei, não desisti e hoje, mais forte do que há quatro anos, posso dizer que venci. Agradeço a todos que me apoiaram por meio de orações, física e emocionalmente, aos que estiveram por perto e àqueles que mesmo de longe emanavam boas vibrações para que eu completasse esse ciclo.

Agradeço a minha família, esposo e filhos – Luciano, Luiz Gustavo, Luan e Luana –, que me incentivou, apoiou, compreendeu minhas ausências mesmo em casa ou pelos passeios adiados. Às vezes era preciso me isolar para que a leitura e as ideias fluíssem. Vocês nem imaginam o quanto me tornaram forte!

Agradeço a minha mãe Ana, pelas orações e por ser minha rede de apoio durante toda a vida. Ao meu pai e meus irmãos por solidificarem o amor fraterno, não somos perfeitos, somos família.

Agradeço a todos os colegas e amigos que conquistei durante minha trajetória acadêmica, desde a graduação até a pós-graduação. Alguns tornaram parceiros no Laboratório de Ensino de Geografia (LEGEO), lugar onde refugiava todas as tardes. E quando o desespero batia, comíamos uma coxinha né Gabriel?! Edilma agradeço por me levantar em momentos de recaída, foram poucos meses juntas, mas o suficiente para me ver chorar. O LEGEO sabe muito de mim e eu carregarei muito dele.

Agradeço as professoras Amanda e Jeani que me presentearam com as considerações na banca de qualificação, algumas demorei a digerir, mas foram valiosas para a finalização da pesquisa. Obrigada pelo respeito!

Não tenho palavras para agradecer ao meu orientador – que me acompanha há mais de dez anos, assustei quando você disse isso – Tulio Barbosa. Sou grata pelas orientações, conselhos, amizade, respeito, você me impulsionou a ir além.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e a Universidade Federal de Uberlândia.



Agradeço as coordenadoras das cozinhas solidárias Cida e Eliana, por me receber para as entrevistas, aprendi muito, vocês são símbolos de resistência para a sobrevivência cotidiana.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida por mais de dois anos, o que possibilitou a realização da pesquisa e permanência no programa.

Por fim, agradeço a todas trabalhadoras e trabalhadores deste país, que mesmo não tendo condições de frequentar uma escola ou de concluir seus estudos, fomentam os estudos das instituições públicas do Brasil. Embora vivenciamos tempos difíceis, as políticas públicas para ampliação de vagas e permanência no ensino superior são imprescindíveis para estudantes de baixa renda e cotas. Que a ciência volte a ser respeitada, que o conhecimento esteja acessível a todos e não seja privilégio de poucos.

Obrigada!

Auê: O que é ser feminista?

Lélia Gonzalez: É tomar consciência da sua condição de mulher.

(RIOS; LIMA, 2020, p.278)

## RESUMO

O presente trabalho parte da tese de que a história de lutas por direitos sociais e econômicos refletem na criação de espaços de resistência, solidariedade e coletividade contrapondo à opressão socioeconômica da sociedade capitalista que, muitas vezes, reforça o individualismo, machismo e a objetificação de corpos, principalmente os femininos. A participação das mulheres trabalhadoras nas lutas feministas, no tempo e espaço, se consolidou em conquistas históricas, porém, a visibilidade feminina na sociedade, ainda está longe de ser igualada a posição dos homens. E em se tratando de salários, cargos de chefia e político, esse abismo se torna maior. Assim, a tese parte da análise histórica das trajetórias e conquistas do movimento feminista no Brasil e analisa o feminismo por um viés geográfico que reflete na compreensão do cotidiano da mulher. Cotidiano este que é atravessado pela mídia que reforça o machismo estrutural concretizado em falas, comportamentos e imagens que fazem parte de propagandas publicitárias. Desse modo, as relações sociais estabelecidas no tempo e espaço contribuem para marginalização das camadas mais carentes e no centro encontram-se as mulheres trabalhadoras assalariadas. Para isso, a tese dialoga, à luz do materialismo histórico dialético, as temáticas: Feminismo no Brasil – trajetórias e conquistas; Rumo a Geografia Feminista Anticolonial; e Mulheres na Intervenção do Espaço Geográfico. Sendo assim, a importância desta tese está na organização cronológica e análise geográfica do papel social das mulheres na sociedade capitalista, num contexto machista de opressão que colabora para a manutenção das desigualdades cotidianas. E ainda contribui no direcionamento de reflexões sobre o universo feminino e feminista que, se envolve em trabalhos voluntários para a manutenção da vida suprindo algumas necessidades básicas para sobrevivência humana e se posicionando politicamente frente às condições impostas pela estrutura social capitalista. A metodologia utilizada fundamentou-se em leitura de bibliografia sobre a temática, análise do discurso de imagens midiáticas, associada à experiência empírica que aconteceu durante visitas as cozinhas solidárias em Uberlândia-MG e diálogos com suas coordenadoras.

**Palavras-chave:** Visibilidade Feminina. Espaços de Resistência. Solidariedade. Marginalização. Manutenção da Vida. Geografia Feminista.

## ABSTRACT

The present work is based on the thesis that the history of fights for social and economic rights reflects on the creation of spaces of resistance, solidarity and collectivity, creating an opposition to the socioeconomic oppression of capitalist society, which often reinforces individualism, sexism against women and the objectification of bodies, mainly female ones. The participation of working women in feminist movements, located in a specific time and space, has consolidated itself in historical achievements, however, the female visibility in society is still far from equaling the position of men. And when it comes to salaries, leadership and political positions, this abyss becomes greater. Thus, this thesis starts from the historical analysis of the trajectories and achievements of the feminist movement in Brazil and analyzes feminism through a geographical bias that reflects on the understanding of women's daily lives. Daily life that is crossed by the media that reinforces the structural sexism materialized in speeches, behaviors and images that are part of publicity advertisements. In this way, the social relations established in time and space contribute to the marginalization of the poorest, and at the center of this question are salaried working women. For this, the thesis dialogues, in the light of dialectical historical materialism, the themes: Feminism in Brazil – trajectories and conquests; Going towards an Anticolonial Feminist Geography; and Women in the Intervention of Geographical Space. Therefore, the importance of this thesis lies in the chronological organization and geographic analysis of the social role of women in capitalist society, in a male-dominated context of oppression that contributes to the maintenance of everyday inequalities. And it also contributes to directing reflections on the feminine and feminist universe that engages in voluntary work for the maintenance of life, supplying some basic needs for human survival and taking a political position in the face of the conditions imposed by the capitalist social structure. The methodology used was based on reading the bibliography on the subject, analyzing the discourse of media images, associated with the empirical experience that took place during visits to solidary kitchens in Uberlândia-MG and dialogues with their coordinators.

**Keywords:** Feminine visibility. Resistance Spaces. Solidarity. Marginalization. Life Maintenance. Feminist Geography.

## RESUMEN

Este trabajo se basa en la tesis de que la historia de las luchas por los derechos sociales y económicos reflejan la creación de espacios de resistencia, solidaridad y colectividad, oponiéndose a la opresión socioeconómica de la sociedad capitalista, que muchas veces refuerza el individualismo, el machismo y la cosificación de los cuerpos, especialmente las femeninas. La participación de las mujeres trabajadoras en las luchas feministas, en el tiempo y el espacio, se ha consolidado en logros históricos, sin embargo, la visibilidad femenina en la sociedad aún está lejos de igualar la posición de los hombres. Y cuando se trata de salarios, cargos directivos y políticos, esta brecha se hace mayor. Así, la tesis parte del análisis histórico de las trayectorias y logros del movimiento feminista en Brasil y analiza el feminismo desde una perspectiva geográfica que reflexiona sobre la comprensión de la vida cotidiana de las mujeres. La vida cotidiana está atravesada por los medios de comunicación que refuerzan el machismo estructural plasmado en discursos, comportamientos e imágenes que forman parte de la publicidad. De esta manera, las relaciones sociales establecidas en el tiempo y el espacio contribuyen a la marginación de las capas más necesitadas y en el centro están las mujeres trabajadoras asalariadas. Para ello, la tesis discute, a la luz del materialismo histórico dialéctico, los temas: Feminismo en Brasil – trayectorias y logros; Hacia una geografía feminista anticolonial; y Mujeres en la Intervención del Espacio Geográfico. Por tanto, la importancia de esta tesis radica en la organización cronológica y análisis geográfico del papel social de las mujeres en la sociedad capitalista, en un contexto sexista de opresión que contribuye al mantenimiento de las desigualdades cotidianas. Y también contribuye a orientar reflexiones sobre el universo femenino y feminista, que realiza trabajo voluntario para mantener la vida, satisfacer algunas necesidades básicas para la supervivencia humana y posicionarse políticamente frente a las condiciones impuestas por la estructura social capitalista. La metodología utilizada se basó en la lectura de bibliografía sobre el tema, el análisis del discurso de imágenes mediáticas, asociadas a la experiencia empírica vivida durante las visitas a comedores solidarios de Uberlândia-MG y diálogos con sus coordinadores.

**Palabras clave:** Visibilidad femenina. Espacios de Resistencia. Solidaridad. Marginación. Mantenimiento de vida. Geografía feminista.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro e Defensora dos Direitos Humanos, assassinada covardemente em 2008	18
Figura 2 – A mulher na intersecção de espaços	26
Figura 3 – Espaços que podem reforçar a opressão feminina	27
Figura 4 – Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais	33
Figura 5 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida Segundo o nível de ensino (%)	35
Figura 6 – Século XIX: espaços públicos em Recife	52
Figura 7 – Vida social nos espaços gastronômicos de Recife no século XIX	53
Figura 8 – Folheto da campanha de Leolinda Daltro (1859-1935)	55
Figura 9 – Bertha Lutz (1894-1976): ativista feminist, bióloga e política brasileira	56
Figura 10 – Alzira Soriano (1887-1963) primeira mulher eleita no Brasil, prefeita de Lajes-RN	57
Figura 11 – Deputada Carlota Pereira de Queirós no Plenário da Assembléia Constituinte de 1934	58
Figura 12 – Faixa colocada pela Arquidiocese do Rio, 1977	59
Figura 13 – Movimento pró-divórcio em Copacabana, 1977	59
Figura 14 – Propaganda da Tramontina para o Dia das Mães, 2010	62
Figura 15 – Propaganda Tramontina	63
Figura 16 – Praia de Copacabana em 1947	80
Figura 17 – Década de 1940: “O tônico dos que usam o cérebro”	81
Figura 18 – Propaganda das Insústrias Reunidas Indian Epel Ltda, 1947	83
Figura 19 – Programa Sítio do Pica-Pau Amarelo, TV Tupi nos anos de 1950	85
Figura 20 – Vale do Anhangabaú em 1955	86
Figura 21 – Propaganda da Bombril veiculada no jornal “O Estado de São Paulo”, 1952	87
Figura 22 – Walita para o Dia das Mães, 1954	88
Figura 23 – Mobilização popular por democracia	90
Figura 24 – Apelo sexual na propaganda da Casa das Cuecas, 1982	91

Figura 25 – Propaganda Embratur, 1983	95
Figura 26 – Mobilidade da mulher no espaço geográfico num contexto de opressão	96
Figura 27 – Segregação socioespacial, um muro duas realidades. Bairro Tocantins à direita e Morada do Sol à esquerda, Uberlândia-MG	127
Figura 28 – Entorno do bairro Morada do Sol, Uberlândia-MG	128
Figura 29 – Morada do Sol à esquerda e Tocantins à direita	129
Figura 30 – Distribuição de marmitas pelo SOS Dom Almir, Uberlândia-MG, 2020	134
Figura 31 – Cozinha Solidária Parceiras do Bem, localizada no Assentamento Maná, em Uberlândia-MG	135
Figura 32 – Cozinha Solidária Parceiras do Bem, localizada no Assentamento Maná, em Uberlândia-MG	135
Figura 33 – Cozinha Solidária SOS Dom Almir, localizada no Residencial Integração, em Uberlândia-MG	136
Figura 34 – Cozinha Solidária SOS Dom Almir, localizada no Residencial Integração, em Uberlândia-MG	136
Figura 35 – Localização e entorno da Cozinha Solidária SOS Dom Almir no Setor Leste de Uberlândia-MG	140
Figura 36 – Relação especial entre as Cozinhas Solidárias e o entorno no Setor Leste de Uberlândia-MG	141
Figura 37 – Rua na frente da Cozinha Solidária Parceiras do Bem, localizada no Assentamento Maná, Uberlândia-MG	142
Figura 38 – Rua na frente da Cozinha Solidária Parceiras do Bem, no Assentamento Maná, Uberlândia-MG	142

## **GRÁFICO**

Gráfico 1 – Lesão corporal dolosa, violência doméstica (Art. 129 §9º) no Brasil	97
---	----

## **MAPAS**

Mapa 1 – Lesão corporal dolosa, violência doméstica (Art. 129 §9º) no Brasil, 2019	99
Mapa 2 – Localização das Cozinhas Solidárias em Uberlândia-MG	138

## **QUADROS**

Quadro 1 – Principais conquistas das mulheres no Brasil	71
Quadro 2 – A mulher na BNCC	124
Quadro 3 – Cozinhas Solidárias em Uberlândia-MG	132



## SUMÁRIO

	<b>PRÓLOGO</b>	17
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	20
<b>2</b>	<b>FEMINISMO NO BRASIL: TRAJETÓRIA E CONQUISTAS</b>	24
2.1	A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA PELAS MULHERES BRASILEIRAS	36
2.2	CONCEITOS: FEMINISMO, MACHISMO E POLÍTICA	43
2.3	IMPORTANTES CONQUISTAS DAS MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO SÉCULO XIX	49
<b>3</b>	<b>RUMO A GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL</b>	74
3.1	A MULHER NO TEMPO E ESPAÇO BRASILEIRO (1940-2020): MÍDIA E PROPAGAÇÃO DE SEXISMO, MISOGENIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	77
3.1.1	<b>Propagandas machistas da década de 1940</b>	79
3.1.2	<b>Propagandas machistas da década de 1950</b>	84
3.1.3	<b>Propagandas machistas da década de 1980</b>	89
3.1.4	<b>Propagandas machistas no início do século XXI</b>	92
3.2	INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA, AMARGA ILUSÃO	102
<b>4</b>	<b>MULHERES NA INTERVENÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO</b>	108
4.1	CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA EDUCACIONAL ANTICOLONIAL FEMINISTA	108
4.2	PARA COMPREENDER A CONCEPÇÃO DE CONCEITOS	119
4.3	PRATO VAZIO NÃO LIBERTA	131
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	156
	<b>REFERÊNCIA</b>	159
	<b>APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO</b>	170
	<b>APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA</b>	172
	<b>APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA: Eliana</b>	173
	<b>APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA ELIANA</b>	174
	<b>APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA: Maria Aparecida.</b>	179
	<b>APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA MARIA APARECIDA</b>	180

## PRÓLOGO

As pessoas são moldadas pela moral e ética, individual e social. E suas escolhas são direcionadas por elementos que as cercam, seja família, sociedade, cultura, religiosidade, política etc. A formação do indivíduo é um processo contínuo, moldado pelas experiências, interações sociais, aprendizagens e relações, ou seja, a construção desta tese, também, contribuiu para imprimir marcas em minha identidade como mulher, filha, mãe de três filhos, esposa, professora e pesquisadora. Várias são as mulheres dentro de mim, cada uma com sua função social, umas mais visíveis aos olhares dos outros e outras nem tanto. E é na busca pela visibilidade feminina que surge a intenção da pesquisa.

Sou formada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU, com mestrado em Geografia pela mesma universidade e ingressei no doutorado em Geografia/UFU em 2019 com bolsa Capes, que fomentou minha manutenção no Programa de Pós-Graduação em Geografia nos primeiros anos. De repente, 2020, pandemia... espaços, tempos, família, trabalho, estudos, algumas perdas temporárias e outras permanentes, tudo ocorrendo num mesmo lugar. E esse turbilhão de acontecimentos virou reflexão, cotidiano feminino, espaço doméstico, função da mulher na sociedade (produção e reprodução), patriarcado, dentre outros. De modo que, pesquisar o movimento feminista associado à Geografia partiu da realidade vivenciada no período pandêmico, quando percebi já estava envolvida com o processo de reflexão da temática, ampliado pelo interesse em reconhecer espaços de resistências na cidade de Uberlândia.

E em se tratando de luta por direitos e visibilidade feminina é justo que esta tese homenageie Marielle Franco (Figura 1), mulher, preta, socióloga, política brasileira e defensora dos Direitos Humanos. Assassinada em 2018, mas que continua sendo referência para muitas lutas políticas e feministas no Brasil, onde até hoje, a população ainda se pergunta: quem mandou matar Marielle Franco?

Figura 1 – Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro e Defensora dos Direitos Humanos, assassinada covardemente em 2018



Foto: Agência Brasil (2019).

Marielle Franco foi uma mulher que, para além da política, lutava contra as desigualdades e por isso incomodava social e politicamente. Marielle era socióloga, vereadora no Rio de Janeiro eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016 e militante dos Direitos Humanos, foi covardemente assassinada em 2018. Crime que completou cinco anos em 14 de março de 2023, mas que ainda não está solucionado, não se conhece o mandante do crime, e nem as motivações.

O assassinato de Marielle nos revela como a mulher não é bem vinda na esfera política, principalmente, se lutar em prol das camadas marginalizadas da sociedade. Seu assassinato foi à concretização de uma ideologia sexista, impregnada pelo poder capitalista, este que, existe pela espacialização opressora sobre a classe proletária e nesta espacialização a mulher se encontra como face mais prejudicada.

Marielle foi uma militante que incomodou com sua luta e teve sua vida ceifada pelo discurso individualista, machista de uma sociedade que ora vela seu preconceito e ora escancara a intenção de uma ideologia de poder para conter uma

massa que não deve pensar para além do que lhe é permitido, pelos mesmos que controlam o que se deve saber e em quais caminhos se pode andar, nesse país.

É preciso lutar contra a impunidade, o silêncio e a submissão. A luta continua, por mais mulheres capazes de fazer ecoar a denúncia da opressão sofrida em qualquer que seja o ambiente, doméstico, escolar, profissional e tantos outros em que as mulheres estejam presentes.

## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão acerca dos movimentos feministas associados à Geografia possibilita um diálogo político quanto à valorização da mulher na construção de uma Geografia Feminista Anticolonial. Assim, a tese fundamenta a necessidade de ampliar os debates entre a ciência geográfica e as camadas marginalizadas da sociedade. E no centro desta marginalização estão às mulheres, principalmente aquelas pertencentes à classe trabalhadora. Assim, pensando nessas mulheres a tese busca dialogar com aquelas que foram e que são capazes de intervir nas relações espaciais no intuito de manter a vida, quer seja na luta por direitos ou por comida para minimizar a insegurança alimentar e/ou a fome que assola o país.

Ao associar o movimento feminista à Geografia conduzimos a reflexões para além da lógica imposta pela hegemonia econômica, ou seja, percorremos outros caminhos que apontam para o cotidiano de mulheres que se doam diariamente e de forma voluntária. Assim, organizamos a tese em três seções com contribuições metodológicas para que esta temática possa ser trabalhada na educação básica, pois o debate, também, precisa incluir as salas de aula.

Desse modo, unimos as lutas estabelecidas por movimentos feministas à Geografia escolar, por meio do diálogo político entre os conteúdos apresentados nessa fase de escolarização e a importância indispensável da mulher para a Geografia Feminista Anticolonial.

É necessário compreender que “[...] o feminismo, independente das correntes teóricas ou ideológicas, é um projeto político comprometido com as mudanças sociais e orientado para a conquista da igualdade humana” (SILVA, S. M. V. da, 2009, p. 304) e expõe as desigualdades existentes nas relações entre mulheres e homem acrescenta a autora. Por essa razão ao propor uma Geografia Feminista e Anticolonial indicamos a continuidade da luta pela liberdade física, intelectual e política, bem como o encorajamento na denúncia de espaços e comportamentos que oprimem meninas e mulheres. O engajamento político e solidário é importante para o fortalecimento das redes de apoio e ampliação da sororidade no universo feminino.

Ao analisar o cotidiano da mulher da periferia, por meio da construção dos espaços de resistência e solidariedade é possível perceber a capacidade que esses

espaços possuem de romper com o *status quo*, mesmo quando se é direcionado a aceitar ideologias que oprimem os marginalizados. Sendo assim, eis a necessidade de (re)pensar a estrutura de sociedade que vivemos.

Conforme afirmou Hooks (2019) é necessário reconhecer a importância das lutas contra todas as formas de opressão, para que então se consiga iniciar o processo de desenvolvimento da consciência política. Para tal, a luta contra o sexismo, também é uma luta política que inclui mulheres e homens, pois possui potencial para encaminhar outras lutas pela libertação. De acordo com Hooks (2019) a luta pela resistência é reforçada pela solidariedade.

Assim, ao analisar a figura da mulher no espaço geográfico, bem como suas trajetórias e conquistas no tempo é possível verificar os esforços constante para tornar-se visível aos olhos da sociedade e que seus direitos fossem respeitados. E é nessa conjuntura, que apontamos o protagonismo à mulher, esta que se envolve com os interesses coletivos produzindo laços comunitários, com ações que refletem no bem comum para a manutenção da vida. Sendo assim, direcionamos as reflexões geográficas considerando embasamentos críticos e políticos em defesa da valorização dos corpos femininos marginalizados.

A marginalização é criada e evidenciada pela política capitalista, como argumentado por Federici (2017) o capitalismo necessita das contradições existentes nas relações sociais, ou seja, a existência de desigualdades socioeconômicas mantém a supremacia capitalista, por isso, a conscientização política da mulher é necessária, pois suas ações são capazes de transformar o espaço opressor em espaço de liberdade, por meio de lutas coletivas. E assim, deixar de serem vistas e tidas como corpos que existem para produzir e reproduzir. No capitalismo a dialética existente entre a acumulação e destruição da força de trabalho direciona a mulher o preço mais alto, segundo Federici (2017).

Para além da função de produção para o mercado e reprodução da vida a mulher vai ao encontro de movimentos coletivos, como o feminista. Isto ocorre, porque a mulher busca romper com a opressão e tudo que oferece risco a comunidade, como afirma Federici (2019a). Assim, o movimento feminista é tido como uma ameaça para as camadas dominantes e para os homens, conforme afirmativa de Pinto (2003), pois direciona o pensamento feminino a necessidade de

ruptura com a submissão e, também, com a naturalização do poder machista que paira na sociedade.

Sendo assim, a tese torna-se relevante para ampliar debates e reflexões que envolvam as lutas e conquistas por direitos das mulheres, bem como as relações estabelecidas cotidianamente a favor da conquista e manutenção dos direitos das minorias, na busca pela libertação de todo tipo de opressão. Por isso, que a coletividade dos movimentos ainda é tão importante para garantir direitos e cobrar por sua efetivação.

Em decorrência das relações cotidianas que sublinham as desigualdades, bem como a marginalização dos corpos femininos, a tese parte do pressuposto que, a história de lutas por direitos sociais e econômicos refletem na criação de espaços de resistência, solidariedade e coletividade. Assim, as reflexões serão direcionadas no intuito de desvelar as lutas travadas, diariamente, por mulheres em prol da vida e liberdade.

Para alcançar esse propósito, a tese dialoga, à luz do Materialismo Histórico e Dialético, temáticas que envolvem: a análise histórica das trajetórias e conquistas do movimento feminista no Brasil por um viés geográfico que reflete na compreensão do cotidiano da mulher; apontamentos para se alcançar uma Geografia Feminista Anticolonial; bem como as ações realizadas diariamente pelas mulheres que imprimem no espaço geográfico um propósito solidário e político. E apresenta uma abordagem qualitativa capaz de construir condições materiais, teóricas e metodológicas. Sendo assim, a pesquisa desenvolveu-se em quatro fases: exploratória; análise do discurso pela imagem; trabalho de campo; e análise dos dados.

- 1) Fase exploratória: levantamento e revisão bibliográfica, para ampliar e aprofundar o referencial teórico relacionado ao movimento de lutas e conquistas feministas no Brasil;
- 2) Análise do discurso das imagens veiculadas na mídia brasileira;
- 3) Trabalho de campo: foram realizadas entrevistas semi-estruturadas presencialmente, com as coordenadoras das cozinhas solidárias em Uberlândia (SOS Dom Almir e Parceiras do Bem), as mesmas tiveram os áudios gravados pelo celular;
- 4a) Análise de dados: estruturação dos dados e informações coletadas;

4b) Análise de dados: transcrição das entrevistas e análise em consonância com a bibliografia.

O objeto de estudo se consolida na luta diária de mulheres da periferia de Uberlândia-MG, que se organizaram para minimizar a insegurança alimentar e a fome de milhares de famílias durante o período pandêmico e que, ainda, permanecem. Essa mobilização foi responsável pelo surgimento das “Cozinhas Solidárias” na cidade e, também, um importante espaço de diálogos e acolhimento às mulheres.

A tese é a materialização de algumas indagações que surgiram no período pandêmico da Covid-19, em 2020, as quais envolvem a compreensão da importância da mulher na formação de espaços de resistência e solidariedade. Desse modo, nos debruçamos em estabelecer diálogos entre a ciência geográfica, Geografia escolar e o movimento feminista, no intuito de identificar as conquistas do feminismo no Brasil, analisar a imagem da mulher na mídia brasileira e reconhecer espaços de resistência produzidos por mulheres em Uberlândia-MG.

A relevância deste trabalho está em compreender a participação das mulheres nas lutas feministas no tempo e espaço. E como a história de lutas por direitos reflete nas cozinhas solidárias existentes em Uberlândia, espaços esses que representam resistência à opressão socioeconômica. Assim, compreendemos que ao abordar esse assunto é possível ampliar a visibilidade da mulher que, culturalmente, foi educada a naturalizar a dominação e submissão ao outro. E direcionar o caminho para uma futura ruptura com a opressão de corpos e mentes.



## 2 FEMINISMO NO BRASIL: TRAJETÓRIA E CONQUISTAS

*“Eu gosto de ver a luta”*

Maria Aparecida da Cruz Silva,  
Coordenadora de Cozinha Solidária em Uberlândia-MG<sup>1</sup>

A ressurgência do movimento feminista, a partir da metade do século XX, conduziu a novas reflexões das relações entre os gêneros e das relações entre o ser humano e a sociedade. A princípio defendendo uma conduta antagônica entre os sexos, a concepção feminista desenvolveu-se no final do século XX para uma postura mais produtiva, de incentivo à colaboração e a valorização da singularidade de cada um dos gêneros, sem restrições.

Naturalmente, as conquistas do feminismo no Brasil e no mundo são relevantes, o que permitiu um progresso no reconhecimento dos direitos das mulheres na sociedade. Porém, o fato de ser mulher no Brasil, por si só, é uma luta constante e diária frente ao machismo cultural e estruturalmente estabelecido no país. Ao longo dos tempos as mulheres conquistaram alguns direitos, embora o patriarcado, ainda se encontre presente na sociedade como evidências de um passado colonialista e exploratório.

Não é possível falar de movimento feminista, sem compreender a conjuntura político-econômico-social do cenário mundial pós Segunda Guerra, o qual influenciou diretamente ao surgimento de movimentos feministas em todo o mundo e posteriormente no Brasil. O capitalismo que se consolidou como sistema econômico hegemônico, contribuiu para o surgimento de movimentos de luta, pois a hegemonia capitalista intensificou os valores da família e da moral protestante.

[...] o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais - a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida da Cruz Silva em 08 de dez. 2022 para Leandra de Lourdes Rezende Amaral. 1 arquivo mp3 (22min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F.

realidade de penúria generalizada - difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. (FEDERICI, 2017, p. 37).

Diante dos argumentos da autora é possível fazer uma analogia entre o capitalismo e a exploração, quer seja do capital ou dos corpos, sendo que nesse jogo de interesses os corpos femininos estão em desvantagem, por serem duplamente explorados – ou até mais –, no trabalho assalariado e, segundo Oliveira (2020) no trabalho reprodutivo, este capaz de enclausurar a mulher, pois é essencial para a manutenção da estrutura patriarcal.

[...] A naturalização da invisibilidade e a desvalorização do trabalho da mulher no capitalismo, seja em casa ou nos espaços profissionais, têm o propósito de legitimar a desigualdade de gênero/sexo, raça/etnia dentro da diversa classe trabalhadora. A precariedade hegemônica da inserção feminina ao universo do trabalho é um “mal necessário” à acumulação flexível. (OLIVEIRA, 2020, p. 247).

É evidente que mesmo diante das conquistas trabalhistas e sociais as mulheres, ainda carregam as relações de dominação ideológica vividas na sociedade capitalista, além de um suposto fator natural que a reduz, segundo Oliveira (2020), a papéis sociais sexuais. Para ser mulher na sociedade capitalista é necessário resistir cotidianamente, uma resistência que vem da luta diária para suprir as necessidades fisiológicas de seu corpo, de seus filhos e de outros que porventura se alimentam de seu fruto, suor, lágrimas, força e por fim de sua mais-valia, a troca de sua força de trabalho por valores ínfimos de salário que milagrosamente, utilizando da ironia, sustentará sua família.

Figura 2 – A mulher na intersecção de espaços



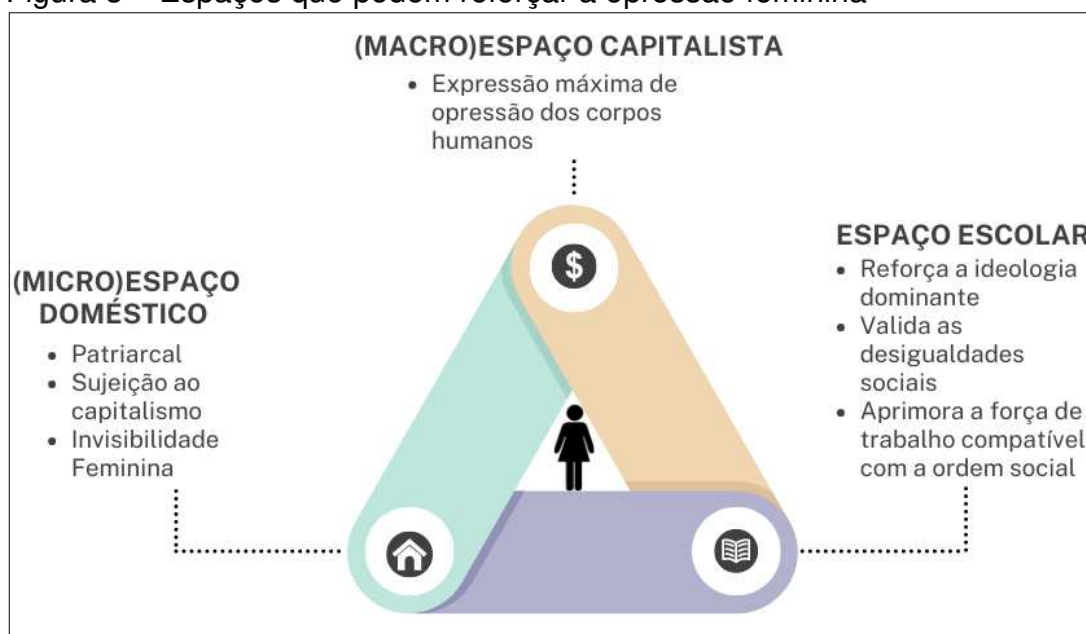
Fonte: A autora.

Assim, a reprodução do capital na sociedade se deve às desigualdades criadas, conservadas socialmente e representada na exploração globalizante dos corpos dos trabalhadores e trabalhadoras (FEDERICI, 2017). Desse modo,

[...] O escravo, o servo, e o trabalhador assalariado reproduzem constantemente [...] sua força de trabalho repetidamente, ao lado de criarem, com seu trabalho excedente, um valor de que se apropria o senhor de escravo, o senhor feudal ou o empresário capitalista. (SAFFIOTI, 1976, p. 27-28).

Diante desses argumentos iniciais deparamo-nos com as contradições impostas pelo capital na sociedade, de modo a fragmentá-la em classes, evidenciando as desigualdades sustentadas pelas falácias da prosperidade econômica. Porém, outro ponto relevante à reflexão é como essas desigualdades, também, se consolidam dentro de casa, visto que a intenção não é defender a monetarização do trabalho “doméstico”, mas instigar a conscientização política de centenas de milhares de mulheres que sequer se dão conta da importância dessa consciência frente às ações executadas rotineiramente no espaço doméstico.

Figura 3 – Espaços que podem reforçar a opressão feminina



Fonte: A autora.

A figura 3 apresenta a opressão sofrida pela mulher em espaços que podem consolidar características de dominação e manutenção de uma ordem capitalista. Assim, a desvalorização do trabalho feminino no espaço doméstico é apresentada por Federici (2017) como “tarefas de dona de casa” ou “tarefa doméstica”, pois para o mercado não possui valor.

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 193).

Essa invisibilidade do trabalho das mulheres no ambiente doméstico, principalmente, nas famílias da camada mais pobre naturalizou as atividades executadas em casa como sendo de responsabilidade única e exclusiva da mulher. O que favorece uma sobrecarga física e mental, pois se transforma em extensão do mercado de trabalho, porém, naquele ambiente o trabalho não é remunerado.

É importante compreender e diferenciar o espaço doméstico do espaço familiar e compreender suas singularidades, pois embora ocorram dentro de casa esses espaços não são equivalentes. O espaço doméstico mantém, num espaço reduzido, o poder de uma sociedade de classes, ou seja, a dominação do

capitalismo invade, também, os lares, destacando a alienação e a dominação do homem sobre os seus. Esse homem deve ser entendido como o ser humano de gênero masculino, indivíduo capaz de propagar o patriarcado que sobrevive ao longo dos tempos desde o período colonial. O homem e sua virilidade a ser defendida cultural e socialmente reafirmam no espaço doméstico as relações sociais de produção.

Essa virilidade é compreendida em como é construído o sentido espacial e da própria organização territorial. Assim, a produção da indústria ou mesmo a produção para a guerra parte da onipotência dessa virilidade, desse machismo que constitui o sentido da própria condição humana. A virilidade, portanto, precisa, numa leitura materialista histórica e dialética, ser pensada como máquina, como maquinaria para a produção, ou seja, corpos e almas lançados para a reprodução permanente das relações de produção.

Não existe no espaço doméstico um movimento de ruptura com o modelo econômico hegemônico, e muito menos um movimento de superação de uma condição individualista das mulheres, isto é, o modelo capitalista fomenta o patriarcado e vice-versa tornando-se um ciclo vicioso. Enquanto o poder e a violência do capital sobressair à solidariedade familiar, o papel da mulher será de solidão e de exaustão, pois sua casa será uma extensão de um sistema de produção cruel com a classe trabalhadora feminina, capaz de exaurir toda a sua força. Conseguir-se esse movimento pela maquinação do sujeito, pois o homem precisa dominar a mulher e a mulher ser peça dessa dominação. Desse modo, o capitalismo só avança pelo patriarcado, repressão do Estado e desigualdades sociais. Segundo Sternbach et al. (1994) o discurso do Estado é contraditório se comparado com a realidade das mulheres, que eram violadas física e psicologicamente. Assim,

[...] desde o início as feministas nos países governados por regimes militares denunciaram os fundamentos patriarcais da repressão, do militarismo e da violência institucionalizada do Estado, posição aos poucos adotada mais generalizadamente por feministas latino-americanas. (STERNBACH et al., 1994, p.259).

O espaço familiar, numa construção ideal, é um espaço de construção mútua em que o homem não é superior a mulher e nem ela a ele, e todo membro desse

ambiente se mostra solidário aos afazeres domésticos compreendendo que todos são responsáveis pela produção e manutenção desse espaço. Essa simples idealidade poderia transformar as relações estabelecidas socialmente, pois se constituiria como aprendizado doméstico a coletividade e a solidariedade. Assim, os espaços domésticos seriam espaços familiares que promoveriam uma educação voltada para o coletivo com meios de espacialização da solidariedade. O espaço no capitalismo precisa ser fragmentado e desunido. O espaço familiar não pode constituir um caminho de união, pois essa união atrapalha os projetos individualistas do capitalismo.

Eis as consequências aniquiladoras do capitalismo sobre os corpos femininos, que se esvai numa relação entre o trabalho assalariado e o trabalho gratuito, desprezioso, esse capaz de gerar cotidianamente bilhões de benefícios para brasileiras e brasileiros, pois as mesmas mostram-se desprendidas das estruturas capitalistas de produção e (re)organizam sua condição de vida a partir do bem-estar do outro, desempenhando funções sem remuneração.

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas. (FEDERICI, 2017, p.37).

O capitalismo é a expressão máxima de opressão dos corpos humanos, mas não basta criticar o capitalismo, é preciso realizar a crítica ao mundo capitalista machista, pois quando Marx critica a sociedade capitalista, ele apresenta uma opressão ao homem (ser masculino), ele não consegue analisar as funções particulares que a mulher desenvolve na família. Assim, não consegue sanar teoricamente a problemática da mulher na estrutura familiar e econômica na sociedade capitalista, como argumenta Saffioti (1976). Desse modo, “[...] a mulher carrega o pesado fardo da tradição de subalternidade. O passado se enraizou de tal modo em seu ser que suas condições de vida lhe parecem normais” (SAFFIOTI, 1976, p. 84).

A mulher, por muitos anos, não era reconhecida pela sociedade como um ser humano capaz de criar e frequentar outros espaços para além do micro espaço doméstico, a qual estava direcionada a cuidar. Deste modo, o espaço doméstico

passou a ser considerado o espaço da mulher nas suas relações cotidianas e com isso o espaço “real” e “aceito” para que a mulher existisse era o espaço doméstico.

[...] No Peru, quando os conquistadores espanhóis tomaram o controle de povoados locais, as mulheres escaparam para as altas montanhas da região onde recriaram suas formas coletivas de vida que sobrevivem até hoje. Não surpreendentemente, nos séculos XVI e XVII, aconteceram os ataques mais violentos da história do mundo contra as mulheres: a perseguição de mulheres como bruxas. Hoje, diante do novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social de impedimento de uma completa comercialização da natureza, enquanto promovem o uso não capitalista da terra e formas de agricultura de subsistência. As mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo. Na África, elas produzem 80% da comida consumida [...]. (FEDERICI, 2019a, p.374).

Federici (2019a) enumera como as mulheres constituem uma força contra todo o aparato do Estado e do capitalismo, ou seja, as mulheres que historicamente foram oprimidas sempre buscaram espaços de rupturas, bem como se colocaram diretamente contra aquilo que possa oferecer risco para sua comunidade. As mulheres foram, como ainda são, ignoradas em muitos aspectos quanto ao protagonismo histórico e espacial. A denúncia da autora está relacionada à postura revolucionária das mulheres que é ignorada pela estrutura machista, desta forma, a autora sinaliza como as mulheres formaram grupos, comunidades e associações voluntárias que nortearam as rupturas opressoras. Todavia, os círculos de confiança das mulheres foram sendo restritos às condições espaciais domésticas e por isso é fundamental construirmos um caminho epistemológico que amplie esse espaço para todas as direções.

As mulheres buscaram na sua cotidianidade uma ruptura com a opressão e se mostraram extremamente hábeis em organizar a sobrevivência nas suas relações que não eram restritos ao privado, todavia essa expansão das mulheres como protagonismo fez com que os homens buscassem o rompimento com essa estrutura que se mostrava operacionalizado para uma sociedade que não dependesse dos poderes centrais comandados exclusivamente por homens, ou seja, essa ruptura das mulheres como agentes sociais, econômicos e políticos demonstraram força incomensurável para as instituições estabelecidas por homens.

Esse espaço social criado pelas mulheres abarcava uma condição de ruptura com a opressão, por isso foi fundamental para o capitalismo restringir o espaço de

atuação das mulheres a uma condição doméstica com especificidades para o trabalho. A divisão sexual do trabalho trouxe uma condição opressora naturalizada e que impediu o avanço revolucionário das mulheres na sua composição como protagonistas, já que são as mulheres as responsáveis pela vida da humanidade, com isso essa mulher que cria a vida passou a ser impedida de criar qualquer vida e sua força foi restrita a organização doméstica. A mulher foi lançada para o espaço doméstico em associação permanente com a produção e reprodução da mercadoria. A mulher precisou ser “domesticada” para não fazer a revolução contra o capitalismo essencialmente machista, racista e colonialista.

Neste sentido, é importante frisarmos que, o problema do marxismo com as questões que envolvem a mulher é que ele ignora o poder criador e revolucionário da mulher e procura, apenas, visualizar a capacidade destrutiva do capitalismo direcionado ao homem, mas não analisa a dialética criação, destruição, reconstrução entre homem e mulher. A mulher além de ser detentora da vida, pois somente ela consegue gerar, também é criadora de espaços capazes de gerar vida no outro, por meio da solidariedade e cooperativismo.

Se declarar feminista ou apoiar o movimento feminista extrapola a luta pelos eixos: aborto; e igualdade no trabalho remunerado (desde as condições trabalhistas até a remuneração financeira). Mas, compreender que a mulher existe e não é um sujeito igual ao homem, pois possui suas singularidades físicas e psicológicas. Só é possível reconhecer os abusos sofridos pelo poder machista e capitalista, quando se é mulher. Assim, é necessário impulsionar mais esforços capazes de ampliar a rede de apoio a elas, principalmente as camadas populares. A empatia é outro conceito que revoluciona a vida das mulheres, independente do ambiente que esteja presente, quer seja doméstico, familiar ou remunerado.

A partir do momento que é criado essa conscientização de solidariedade doméstica e familiar, há a possibilidade de ruptura com as relações sociais de produção, ou seja, todo o trabalho realizado na casa passa a ser descentralizado do papel exercido pela mulher na família e passa a ser compartilhado por todos os integrantes que usufruem dos resultados. Mas, isso só será possível quando a mulher transformar os atos inconscientes em consciência política capaz de direcionar seus questionamentos, suas ações e de outros sobre si. E alterar sua



compreensão sobre o ato de servir e que o não servir, também, pode ser um ato de amor, de amor próprio.

Assim, a conscientização política e crítica da mulher são importantes para a ruptura da sociedade capitalista, machista e sexista a partir do espaço doméstico, pois a função social exercida pela mulher extrapola os afazeres domésticos. O espaço capitalista se organiza pela diferença sexual na produção e se volta para a dominação da mulher por um sujeito homem que precisa produzir para além de suas forças. O espaço do homem é o espaço do capitalismo e o espaço da mulher é o espaço da sujeição ao próprio capitalismo, ou seja, o homem precisa produzir, mesmo reproduzindo suas condições de vida, e a mulher precisa garantir essa produção.

É delegado a ela o equilíbrio e manutenção do exército de reserva para o mercado, para a guerra, para o sexo, para o consumo... O que seria da sociedade capitalista sem a mulher? O que seria do mundo se a mulher tivesse consciência sobre o seu papel, na balança desequilibrada das relações de produção e reprodução? O que seria do capital se as mulheres se unissem, cruzassem os braços e decidissem não terem filhos? O que seria desse espaço machista da produção capitalista?

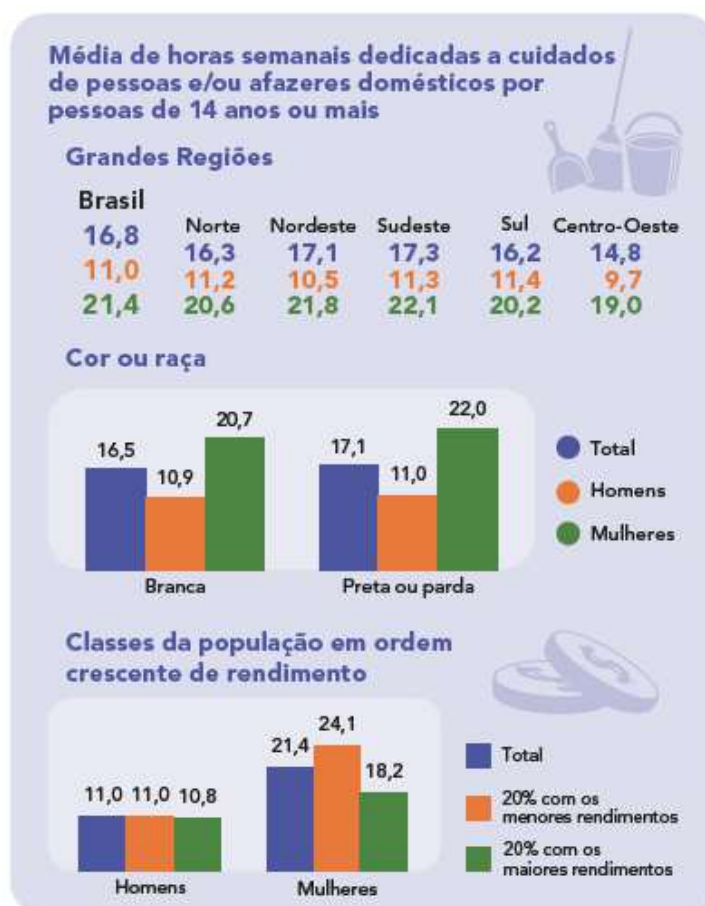
Não se pode pensar que esses questionamentos são extremistas demais, pois não são. A mulher sempre foi colocada à margem das decisões políticas, econômicas, e até do seu próprio desejo. No decorrer da história as mulheres e os movimentos feministas foram sufocados pela supremacia machista e sexista, evidenciada pelo patriarcado capitalista, como apresentado por Hooks (2013):

No patriarcado capitalista da supremacia branca, já assistimos à mercantilização do pensamento feminista (assim como assistimos à mercantilização da negritude) de um jeito tal que dá a impressão de que alguém pode participar do “bem” que esses movimentos produzem sem ter de se comprometer com uma política e uma prática transformadoras. Nesta cultura capitalista, o feminismo e a teoria feminista rapidamente se transforma numa mercadoria que só os privilegiados podem comprar. Esse processo de mercantilização é perturbado e subvertido quando, na qualidade de ativistas feministas, afirmamos nosso compromisso com um movimento feminista politizado e revolucionário que tem como objetivo central a transformação da sociedade. (HOOKS, 2013, p. 98).

Essa “mercantilização do pensamento feminista” evidenciado por Hooks (2013) nos proporciona uma reflexão quanto à condição da mulher, ignorada, pela sociedade, e antes subjugada pela família. As mulheres desde muito cedo são direcionadas a se submeterem aos espaços de dominação, que se iniciam no espaço doméstico, onde o patriarcado exerce com maestria seu reinado. Uma dupla que deu certo, patriarcado e capitalismo, na desvalorização e invisibilidade do trabalho das mulheres evidenciado no trabalho doméstico sem remuneração.

Como podemos verificar na figura 4, segundo o IBGE (2021), “No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas)” (IBGE, 2021, p.3).

Figura 4 – Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais



Fonte: IBGE (2021, p.3).

Ao analisar as informações contidas na figura 4 observamos as diferenças nas condições vivenciadas pela mulher nas regiões brasileiras. Fator que nos leva a concluir que mesmo que o Sudeste apresente uma maior média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, o Nordeste ainda é a região que possui maior desigualdade. E ao fazer a classificação por gênero e cor a situação fica mais preocupante, pois as mulheres pretas ou pardas se encontram com mais horas destinadas aos afazeres no ambiente doméstico.

Ainda sobre a figura 4 o IBGE apresenta que:

Entre as mulheres, também há diferenças marcantes por rendimento domiciliar *per capita*, com uma média maior de horas trabalhadas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos entre aquelas que fazem parte dos 20% da população com menos rendimentos (24,1 horas) em comparação com as que se encontram nos 20% com maiores rendimentos (18,2 horas). Essa diferença mostra que a renda é um fator que impacta no nível da desigualdade entre as mulheres na execução do trabalho doméstico não remunerado, uma vez que permite acesso diferenciado ao serviço de creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado, possibilitando a delegação das atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, sobretudo a outras mulheres. (IBGE, 2021, p.3).

Ao associarmos os dados do IBGE (2021) com a citação abaixo, compreendemos a importância da não remuneração do trabalho doméstico para o sistema econômico hegemônico, desse modo, somamos cada vez mais a exaustão das mulheres que sobrevivem com os menores rendimentos.

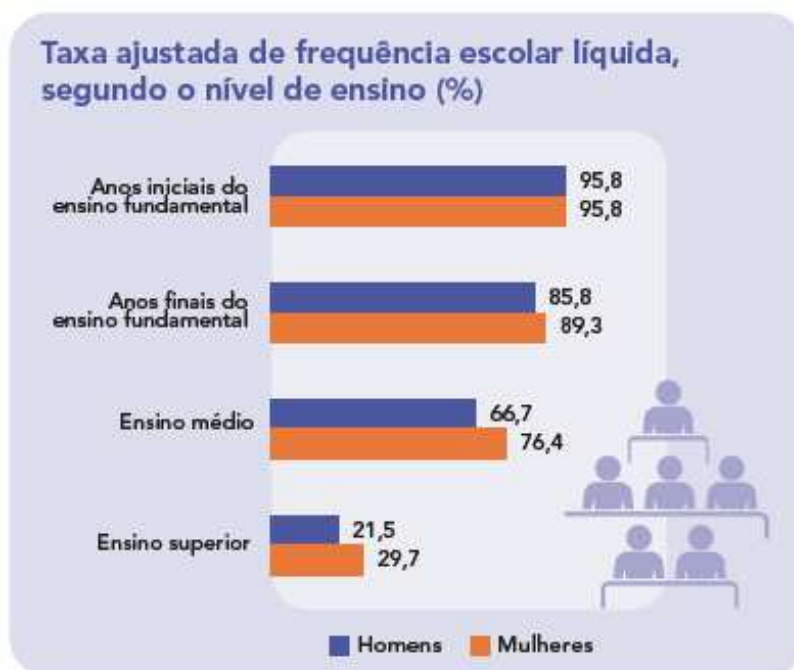
Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. [...] (FEDERICI, 2019a, p.44).

Assim, o espaço familiar não existe e não pode existir, pois se existir esse espaço da família, não existirá o espaço de dominação do capitalismo a partir do homem. Diante da conjuntura capitalista patriarcal o espaço familiar não pode ser

espaço de construção e sim de comando, ou seja, de alienação, pois precisa reproduzir as relações sociais de produção.

O comando patriarcal excede a casa e vai para a escola no qual as relações estabelecidas continuam machistas e a própria ciência geográfica nos livros didáticos ignora essa situação. A Geografia como ciência e componente curricular escolar é imprescindível para a compreensão e contextualização das lutas e conquistas feministas no tempo e espaço, porém, não deve manter-se tímida e pálida nos debates frente a essa temática tão relevante para meninas e mulheres. Em muitos casos a escola é o único ambiente no qual a menina tem liberdade de fala, logo, não deve ser negado a ela esse direito. É necessário ampliar sua visão de mundo e consciência política, a sala de aula é um espaço coletivo importante para a efetivação da criticidade. É preciso utilizar do ambiente escolar para lutar contra o machismo e incentivar o empoderamento de meninas e mulheres, visto que nesse espaço as mulheres são maioria como apresentado pelo IBGE (2021), na figura 5.

Figura 5 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida segundo o nível de ensino (%)



Fonte: IBGE (2021, p.5).

Portanto, o surgimento do movimento Feminista, no mundo e no Brasil, foi um avanço conquistado pelas mulheres que possibilitou essa ampliação da consciência política feminina e, principalmente, a construção de espacialidades feministas. A

construção de espaços pelas mulheres é ainda um grande desafio, visto que o primeiro espaço que a mulher tem contato é a “casa”, com isso as mulheres são educadas desde a infância que, o espaço doméstico é o espaço do homem e quando essa mulher olhar para o mundo enxergará reproduções deste espaço doméstico.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA PELAS MULHERES BRASILEIRAS

No Brasil o movimento feminista ganhou força em meio a um período histórico de tanto sofrimento - a ditadura militar na década de 1960 -, como argumenta Pinto (2003) a maioria das militantes feministas brasileiras esteve envolvida na luta contra a ditadura no país, muitas sofreram perseguições e foram presas ou exiladas pelo regime. Porém, não devemos deixar de analisar a condição da grande maioria de mulheres que, se encontravam num outro patamar, ou seja, dentro da sociedade e do próprio movimento existem diferentes mulheres, estas muitas vezes sucumbidas pela desigualdade socioeconômica.

[...] o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados. (PINTO, 2003, p.46).

É importante compreender que as mulheres que foram exiladas e tiveram contato com o feminismo, principalmente europeu e estadunidense, retornam ao Brasil com ideais feministas que não se aplicam à realidade brasileira, pois o país vivenciava uma grande repressão sem possibilidade de ação, somado à condição da mulher brasileira que era totalmente ignorada social e politicamente. Mesmo que essas mulheres brasileiras exiladas com seus companheiros fossem pertencentes à elite, não seria fácil se posicionarem e formarem grupos ou movimentos feministas, pois “[...] a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla

ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais [...]” (PINTO, 2003, p.53).

A mulher, ao longo dos tempos, foi ensinada a ser submissa e a reproduzir comportamentos machistas realizados consciente ou inconscientemente, por ter aprendido a naturalizar seu posicionamento, ou ausência dele. As mulheres não poderiam participar de espaços de diálogos ou debates, pois caberia ao homem o direito à oratória.

O movimento feminista no Brasil na década de 1970 era visto como um movimento de mulheres que se opunham à ditadura militar. Assim, em busca da construção de espaços de lutas, as mulheres brasileiras exiladas se organizaram em Paris de 1975 a 1979 com intuito de estimular uma ação contrária à ditadura militar no Brasil. Enquanto, no continente europeu os movimentos se tornavam cada vez mais organizados com objetivos definidos e defendia uma autonomia feminina compromissada com ideias marxistas, no Brasil a história era bem diferente, pois os encontros de mulheres, ainda, aconteciam na informalidade por segurança, isto porque o país se encontrava num período de repressão e censura. Mesmo com todas as turbulências, 1975 foi o ano que marcou o feminismo brasileiro, com apoio da ONU (Organização das Nações Unidas) e no intuito de celebrar o Ano Internacional da Mulher, foi organizado no Rio de Janeiro um evento com temática significativa frente ao papel e comportamento da mulher na realidade brasileira.

É necessário compreendermos a importância desse evento para a formalização do movimento feminista no Brasil, porém, é válido ressaltar que segundo Pinto (2003), as mulheres que participavam de grupos informais e privados em São Paulo e Rio de Janeiro pertenciam à classe média intelectualizada com vivências e contatos internacionais. Portanto, possuía uma trajetória social, cultural e econômica muito diferente das mulheres operárias, estas que mais sofriam no cenário da realidade brasileira no período da ditadura militar e, infelizmente permanecem no sofrimento até a atualidade.

Assim, o movimento feminista surge burguês e as mulheres pertencentes a esses grupos, círculos e movimentos se encontravam clandestinamente. Embora buscassem demonstrar que reivindicavam direitos e representavam às camadas populares, elas não se identificavam com as lutas das operárias, pois não

pertenciam a essa camada social. Para compreender as necessidades das proletárias era necessário pertencer ao próprio proletariado, fato que não se efetivou naquele período.

Os problemas das mulheres operárias estavam relacionados a questões estruturais e econômicas como fome, precariedade ou falta de moradia, oportunidades de trabalho, baixa ou nenhuma escolaridade, além também, de serem alvos de preconceito, discriminação, violência doméstica e sexual, e culturalmente pelo patriarcado que assola as famílias brasileiras até a contemporaneidade. Embora as burguesas sofressem com a repressão do período político no país, não eram capazes de compreender a real necessidade e sofrimento das centenas de milhares de brasileiras que se encontravam no anonimato, por pertencerem às baixas camadas socioeconômicas do país.

Segundo Pinto (2003) o movimento feminista no Brasil era malvisto:

[...] pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal *Pasquim*, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. (PINTO, 2003, p. 64).

O regime militar com sua forma autoritária de governar não aceitava qualquer tipo de organização que viesse interferir em seu governo, principalmente quando se tratava de movimentos que ameaçavam o conservadorismo da tradicional família brasileira. Porém, por mais que se tentasse calar as feministas brasileiras, mesmo que burguesas, não se pode negar que foi na década de 1970 que temáticas sobre a mulher se expandem e conseqüentemente o movimento feminista passa a existir no país. “[...] Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda [...]” (PINTO, 2003, p. 66).

Com o passar dos anos a participação feminina nas esferas de poder político ganhou representatividade progressiva, os direitos da mulher foram aos poucos conquistados e garantidos por leis. A Constituição Federal (CF) de 1988 consagrou importantes conquistas das mulheres por seus direitos, como podemos certificar no Art. 5º I “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 2020),

essa igualdade de direitos assegurada pela Constituição é a concretização da luta pela ampliação da democracia, pois por mais que fossem “livres” eram tidas como inferiores e, em alguns casos, ainda continuam. E essa continuidade na exploração das mulheres está associada às contradições das relações sociais sustentadas pelo capitalismo, que como sistema econômico-social mantém-se ligado ao sexismo, necessariamente. Assim, como afirma Federici (2017) torna-se impossível associar qualquer forma de libertação ao capitalismo.

O Art. 7º, inc. XXX da CF (1988) proíbe a diferença de salários, exercício de função e critério para admissão por sexo, idade, cor ou estado civil, como determinante. A importância da garantia de salários “iguais” aos dos homens e o gênero não ser um critério para admissão é uma vitória, que representa uma (res)significação e valorização do trabalho feminino, mesmo que o caminho de luta ainda seja longo.

Já no Art. 7º Parágrafo único embora assegure direito e integração à previdência social aos trabalhadores domésticos, vale ressaltar que essa seguridade é para os remunerados, pois o trabalho doméstico não remunerado, não é reconhecido como trabalho, esse é visto socialmente como obrigatório e naturalizado à mulher, “dona de casa”.

Avançando na reflexão sobre alguns artigos importantes da CF em relação às conquistas das mulheres, temos o Art. 226 § 8º que assegura “a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência de suas relações” (BRASIL, 2020), esse artigo ganha mais peso em relação à violência doméstica contra as mulheres a partir de leis sancionadas anos mais tarde, tais como, Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006) Maria da Penha, Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015) Feminicídio e no ano de 2018 é promulgada a Lei nº 13.718/2018 (BRASIL, 2018), que reconhece a importunação sexual como crime.

Por meio de muita luta, as mulheres foram ampliando suas conquistas em relação aos direitos humanos e a CF de 1988 foi um passo importante, embora a presença da mulher ainda, não demonstrava grande expressividade, em alguns espaços, como no Legislativo, que apresentavam como critérios em seus processos de seleção dos partidos, tais como: ser de família tradicional dentro da política; popularidade nos meios de comunicação; trajeto partidário; e excluía mulheres com atuação feminista pública.



Aos poucos os cargos políticos começaram a ser ocupados por mulheres no país e a partir da década de 1980 outros temas foram inseridos na luta do movimento no Brasil. Como por exemplo, a violência contra a mulher que, sempre foi assunto velado, pois esconde sua raiz no período escravocrata, em que a mulher branca era tida como objeto de reprodução e a mulher negra, como objeto dos prazeres perversos do homem machista que se apresentava como o detentor da vida de todos aqueles que moravam em sua propriedade, da casa-grande a senzala. Outro fator que colaborou com a submissão das mulheres aos homens desde o período escravocrata é o poder que a moral católica detém sobre seus fiéis. Assim, muitas mulheres eram violentadas por não se submeterem ao domínio do homem.

Infelizmente a mulher sempre foi vítima do homem que,

[...] protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora, continuou sendo a voz de mando na casa em relação tanto à mulher como aos filhos, e os atos de violência contra a mulher e os filhos eram vistos como questões de foro privado em que o Estado e a lei não deveriam interferir [...]. (PINTO, 2003, p. 80).

Diante da violência praticada contra a mulher e que se arrastou há séculos, eis que em fins do século XX começam a surgir numerosas instituições para apoiar mulheres vítimas de violência. Desse modo, podemos destacar o SOS Mulher, que teve suas atividades iniciadas em 1981 no Rio de Janeiro, cujo objetivo era acolher as mulheres violentadas como, também, proporcionar a elas reflexões quanto à necessidade de mudar sua condição e concepção de vida, de apoiá-las para que não voltassem a ter uma vida de opressão e violência. Outra intenção do SOS Mulher era de ganhar adeptas ao movimento feminista, porém, naquele momento isso não ocorre, pois a realidade das fundadoras militantes feministas, cultas e politizadas, não era a mesma realidade das vítimas que procuravam a instituição, pertencentes às camadas populares da sociedade. Assim, elas não queriam militar, mas, apenas deixarem de ser agredidas.

[...] As mulheres das camadas populares eram, na maioria das vezes, mães de muitos filhos, trabalhavam em casa ou ganhavam salários irrisórios, viviam em regiões distantes e perigosas onde a ausência de um homem em casa muitas vezes representava não só a fome, como constituía realmente um risco para a sobrevivência física das mulheres e dos filhos. Nesse cenário, as mulheres

agredidas não queriam se tornar militantes feministas, queriam apenas não ser mais agredidas. (PINTO, 2003, p. 81).

É importante ressaltar, diante do trecho acima, que a ideia da presença do homem em casa diminui o risco de violência a família, também é uma construção cultural machista e patriarcal, em que é delegada ao homem a “segurança” do ambiente doméstico, mas, infelizmente é esse mesmo homem que coloca em risco a vida de todos os membros, principalmente da mulher que, até então, se encontra fragilizada por possuir um baixo nível instrucional e não ter condições econômicas suficientes para suprir sua sobrevivência e de seus filhos, o que as direcionava a submissão aos maridos e à própria sociedade, tornando-se vítimas do patriarcalismo cultural e estrutural.

Mas essa realidade começou a mudar a partir de 1977, ano em que a Lei do Divórcio foi aprovada, Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977), com objetivo de regulamentar os casos de rompimento das relações conjugais e casamento, lei relevante na conquista dos direitos relacionados à mulher no Brasil e que pode colaborar com sua qualidade de vida. Porém, outros pontos devem ser levantados, e que merecem reflexão quanto à cultura machista da sociedade que, discriminava e julgava a divorciada como inadequada e sem honra. Infelizmente, as conquistas no cenário nacional que beneficiam as mulheres sempre foram a passos lentos, tanto no caráter histórico como cultural, ganhava-se de um lado, mas, mantinham-se julgamentos do outro. Desse modo, se viam julgadas, também, por outras mulheres.

Ao longo dos anos o movimento foi ganhando mais força, se popularizou, expandiu ideias, planejou, criou programas de apoio à mulher e instituições especializadas a violência contra a mulher. Ainda nos anos de 1980 é criada no país a primeira delegacia especializada no caso. E na década de 1990 essas delegacias se espalham pelo território brasileiro, além de encarregar mulheres ao cargo de delegada, favorecendo um ambiente de maior confiança da vítima agredida, visto que a delegacia era tida como um espaço, exclusivamente, destinado aos homens (policiais).

As feministas conquistaram e expandiram no território nacional benefícios por meio do aumento de políticas públicas direcionadas à causa feminina, porém, não foi e não é o bastante para acabar com a violência contra a mulher, fato que ainda não

se resolveu na sociedade contemporânea. Entretanto, não se pode negar a relevante contribuição desse movimento, para a conquista e ampliação da criticidade feminina, frente aos abusos a ela direcionados dentro e fora do ambiente doméstico.

As mulheres foram capazes de transformar a realidade de vários espaços, conforme apresentado por Federici (2019a), desde sistemas bancários autônomos do Camboja ao Senegal, para o empréstimo de dinheiro aos que não possuem acesso aos bancos, até a iniciativa das mulheres chilenas e peruanas da década de 1980 com as *ollas comunes* (panelas comunitárias), que tem como objetivo solucionar necessidades básicas do ser humano, a alimentação. Essas panelas comunitárias que iniciou com doações de vizinhos, ainda se mantêm para apoiar aqueles que não possuem comida. Assim, Federici (2019a) afirma que a criação de interesses coletivos e laços comunitários se dão, primeiramente, por tornar comuns os meios materiais de reprodução da vida.

Atualmente, na vivência da pandemia da Covid-19<sup>2</sup> que iniciou em 2020 e que, ainda, não teve o fim decretado totalmente, é possível presenciar ações voltadas à solidariedade, pois a fome e a pobreza têm aumentado exponencialmente no país. É possível citar como exemplo as cozinhas solidárias que se espalharam pelo Brasil como projeto político central do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), com apoio do coordenador nacional do movimento, Guilherme Boulos. Fala de Boulos na inauguração da 21ª cozinha solidária do MTST em Curitiba em 2021:

A política do MTST é de solidariedade de classe e não tem caráter assistencialista, (...) o funcionamento da cozinha está ligado ao fortalecimento dos debates e organização entre os moradores a fim de construir a luta pelas demandas da comunidade. (PRADO, 2021, online).

E é nessa conjuntura, em que a mulher é tida como protagonista que se envolve com os interesses coletivos e produz laços comunitários, com ações que refletem no bem comum para a manutenção da vida que, esta tese, apresenta a

---

<sup>2</sup> Doença causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), anunciada oficialmente uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 pelo Diretor-Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

mulher como sujeita<sup>3</sup> que intervém no espaço geográfico, demonstrando a necessidade de uma transformação do espaço opressor em espaço de liberdade. Esta liberdade não se limita à mulher, individualmente, mas na sociedade e de forma coletiva. Assim, antes de aprofundar essas questões apresentaremos alguns conceitos chave que necessitam ser compreendidos frente ao caminho que foi estabelecido para refletir, dialogar e indicar a transformação da realidade das e pelas mulheres brasileiras.

## 2.2 CONCEITOS: FEMINISMO, MACHISMO E POLÍTICA

Os conceitos chave que envolve a tese são: feminismo, machismo e política. Desse modo, é de grande relevância a compreensão de seus significados, para a evolução do pensamento e os caminhos traçados, a fim de alcançar a produção e consolidação da Geografia Feminista e Anticolonialista. Assim, lutar por uma Geografia Feminista é sentir-se mulher numa sociedade machista, sentir suas dores, não se deixar abater e nem ser violada, acima de tudo apoiar outras mulheres, desde o espaço doméstico até o espaço escolar, este que envolve a profissão docente.

É necessário ampliar o debate sobre o feminismo e a mulher para que, o lugar que foi negado a ela no mundo, seja reconhecido. Como argumenta Ferreira (2018) é necessário e urgente que a mulheres volte a ter visibilidade nas variadas esferas sociais e assim demonstrar um dos objetivos do movimento, a valorização.

O sujeito do feminismo são todas as mulheres que foram descobrindo e se rebelando contra uma sociedade que lhes negou o lugar no mundo, desvalorizando e negando seus saberes e práticas. Parte desse desconhecimento é fruto da posição ocupada pelas mulheres no mundo público, isso porque neste mundo as posições dominantes determinam o que deve ser visto, considerado, enaltecido, lembrado. O lugar público foi durante muito tempo negado às mulheres. É contra esta negação que o movimento feminista se insurge, este é um dos horizontes desse movimento:

---

<sup>3</sup> A palavra sujeita nesta tese possui o sentido de indivíduo que existe e coexiste no espaço geográfico. E não carrega o conceito de sujeição e/ou subordinação.

retirar as mulheres da invisibilidade nas várias esferas da vida pública e privada. (FERREIRA, 2018, p. 64-65).

Por muito tempo na história da humanidade a mulher foi ensinada a aceitar, a submeter-se às imposições do homem, mas, Wallerstein (2004) nos mostra que a história é movimento, e cabe a cada uma transformar e reescrever a sua própria, e ser inspiração para outras, a fim de não ser mais “um outro do homem”.

O feminismo tem mostrado como a história, seguindo alguns interesses, apagou a mulher de suas páginas, fazendo que ela aparecesse apenas como **um outro do homem**. Imagens onde a mulher aparece “produtivamente” são simplesmente esquecidas. Mas uma das coisas que o feminismo nos mostra é que a história não é o destino, assim como o corpo também não o é. (WALLERSTEIN, 2004, p. 6, grifo nosso).

Diante do exposto pela autora acima é possível fazer uma reflexão quanto à presença/ausência da mulher na história, mesmo que muitas mulheres da classe trabalhadora tenha se demonstrado submissa, várias mulheres conseguiram fazer histórias como guerreiras, cientistas, políticas, economistas, intelectuais e em tantos outros espaços, porém, a triste realidade é que a invisibilidade da mulher na sociedade se encontra pela negação ou camuflagem de seus feitos intelectuais, pois cabe ao homem a função pensante na sociedade capitalista, lugar que a virilidade machista não deseja perder. Urge a necessidade de virar esse jogo de interesse unilateral.

Desse modo, o feminismo não deve ser visto, simplesmente, como um movimento de luta pela liberdade dos corpos femininos, embora seja importante também, mas, o feminismo que trabalhamos nesta tese é voltado para a liberdade intelectual, capaz de organizar ideias política e criticamente. Apresentar ao mundo que o feminismo no Brasil e na América Latina possui origem e objetivos diferentes dos movimentos estadunidense e europeus, pois nosso passado carrega uma colonização opressora, desumana, exploratória das terras e dos corpos, principalmente das mulheres. Quando falamos sobre a exploração dos corpos não compreenda, apenas, ao fator sexual, soma-se a esse o abuso da força do trabalho assalariado e doméstico gratuito, este que explora tanto quanto o anterior. Delphy (2004) retrata que esta exploração está longe de ser radicalizada, pois a mesma não cabe em lei, desse modo não conseguimos alcançar o progresso social.

[...] Na realidade, a desigualdade flagrante entre mulheres e homens no mercado de trabalho se apóia na exploração do trabalho doméstico das mulheres, que asseguram 90% dele. Essa exploração faz parte da ossatura do sistema social, como a divisão em classes sociais. Ora, não se muda a estrutura social através de lei - ao contrário, esta é o fundamento daquela, ainda que isso permaneça oculto. (DELPHY, 2004, p. 4).

Assim, é possível compreender que a estrutura social e as leis se completam, pois a primeira é organizada pela segunda que, deseja a manutenção da ordem social de tal modo que o poder permaneça nas mãos da burguesia e esta se mantenha envolvida pela ideologia machista, pois conforme Federici (2017, p.27) “[...] mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão [...]”.

Quanto ao machismo, conceituaremos como sendo a intenção e/ou concretização do abuso de poder direcionado do homem (masculino) à mulher (feminino), quer seja individualmente ou coletivamente. Essa forma coletiva que apontamos envolve políticas públicas que não são capazes de resolver e erradicar a opressão e violência, em todas as esferas, contra as mulheres.

O machismo coletivo não se encontra direcionado a um homem, mas, a instituições e poder público que representam um espaço machista, pois sua centralidade se encontra no poder do/para o homem, fazendo com que não haja, ou com que seja negada, a espacialização dos corpos femininos nos espaços que são direcionados aos homens.

Conseqüentemente, falar em feminismo nos encaminha a pensar o machismo e como este se manifesta na sociedade, nos espaços, instituições e na política. Eis, outra palavra que merece destaque, política, neste caso não delegamos o conceito dessa a governo e organização de Estado somente, mas somamos a capacidade de se relacionar em sociedade e influenciar outras pessoas de maneira crítica, coerente em busca de resultados que consigam favorecer a coletividade e não a individualidade do ser humano.

Desse modo, a política é algo essencial na vida das mulheres, pois por meio dela é possível alcançar o olhar solidário às mais fragilizadas pelo sistema capitalista-opressor. Ao mesmo tempo, também, conseguimos direcionar um pensamento crítico de mundo, àquelas que são vistas à margem da sociedade,

capaz de fazer com que entendam que não são responsáveis pela miséria, desemprego e todas as mazelas que aumentam exponencialmente as desigualdades socioeconômicas de si e de suas famílias, se existe um responsável é o próprio sistema capitalista.

A acumulação capitalista depende estruturalmente da livre apropriação de enormes contingentes de mão de obra e recursos que precisam parecer externos ao mercado e à sua influência, como o trabalho doméstico não remunerado executado por mulheres, do qual empregadores dependem para a reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2019b, p. 370).

Como a acumulação capitalista pode depender estruturalmente da mão de obra das mulheres e do trabalho doméstico executado por elas? Podemos levantar um ponto importante, o consumo. O capitalismo existe pela exploração de mãos de obra, recursos e consumo. É necessário que consumamos cada vez mais, para que a engrenagem que move esse sistema não pare. De modo que, as camadas mais pobres vivem num constante movimento, trabalhar-comprar-trabalhar (trabalhar para poder comprar e depois que comprar trabalhar mais para poder pagar). E esse movimento não está nem um pouco preocupado com quem fez, ou de que lugar veio o recurso natural para a produção de tal produto, ou mesmo o quanto se poluiu para sua produção.

A trabalhadora pobre, nem sempre têm consciência do impacto que esse consumo desenfreado pode afetar sua vida, a vida de outras pessoas e do planeta. O sistema econômico e seu marketing nos enganam quando apresenta a máquina de lavar roupa ideal para os afazeres domésticos, assim a dona de casa terá mais tempo para outros afazeres, inclusive trabalhar mais para pagar sua máquina e a energia elétrica, conseqüentemente menos tempo com sua família. Eis a importância de um pensamento político e crítico frente ao mundo que vivemos, não deixaremos de comprar, mas, será que um determinado produto, bem ou serviço, de fato é necessário? Não é sobre poder de compra, mas, de responsabilidade com o outro, liberdade de pensamento e criticidade sobre o comportamento da humanidade e o sofrimento de outros.

A política como conceituamos é capaz de libertar as mulheres de um enclausuramento de culpa, o pensamento político aumenta a capacidade argumentativa, crítica, de cobrança e fiscalização para que se crie e cumpra leis que

envolvam seus direitos. Por meio da consciência política é possível reunir força feminina e feminista em prol de uma sociedade apta a restaurar e reorganizar o espaço, este como criação de vida que só é possível pela mulher e, não mantê-lo ou igualá-lo ao espaço de produção da morte, espaço de dominação e subordinação, do homem.

A luta de libertação das e pelas mulheres é importante, pois somente elas são capazes de “[...] definir sua opressão e, portanto, devem definir, elas mesmas, sua libertação [...]” (DELPHY, 2004, p. 7). A quebra de paradigmas e ideologias opressoras só pode ser realizada pelas mulheres, pois são elas que sentem na pele e na alma a destruição física e psicológica. Assim, é necessário que haja o enfrentamento contra o capitalismo, o machismo e seus privilégios, mas antes é imprescindível que a mulher volte a confiar em si e a inspirar outras.

Uma perspectiva feminista nos ensina a iniciar nossa reconstrução do comum pela superação desse estado de esquecimento. Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o “nós” separado “deles”. O processo de tornar comum deve ser o de produzirmos a nós mesmos como sujeitos comuns. É assim que devemos entender o slogan “não há comuns sem comunidade”. Mas, “comunidade” não pode ser uma realidade guetificada, um grupo de pessoas unidas por interesses específicos que as separam das outras, como em comunidades religiosas ou étnicas; ela precisa ter como norte relações de qualidade, princípios de cooperação e responsabilidade das pessoas umas com as outras e com a terra, as florestas, os mares, os animais. (FEDERICI, 2019b, p. 377).

Assim, compreendendo o espaço macro (capitalista), o espaço cotidiano da mulher e as questões políticas que envolvem esses espaços, é notório que a mulher consiga produzir no espaço condições pautadas no cooperativismo, solidariedade, interesses coletivos e laços comunitários, conceitos e comportamentos que não são comuns ao homem, pois parte do princípio de reprodução da vida diária.

Segundo Federici (2019b) o capitalismo foi capaz de privatizar os cuidados e a reprodução humana, onde antes se contava com ajuda de pessoas próximas para cuidar dos filhos, atualmente se terceiriza esse cuidado e destroem as relações internas e externas, eis a consolidação do espaço macro (capitalista/machista) que invade o cotidiano da mulher e transforma o que deveria ser espaço familiar em



espaço doméstico. Embora, seja necessário refletir se o espaço familiar algum dia existiu ou existirá?

Se a sociedade continuar ignorando as diferenças existentes que, foram introduzidas pelo sistema capitalista negligenciando o espaço da mulher como ser intelectual e criador, para forçar uma fragmentação por meio de classes, mantendo a camada elitista no poder, o espaço familiar estará distante na realidade brasileira. Recuperar a reorganização espacial é não compactuar, não se igualar e romper com o espaço do homem.

Para compreender a força da mulher que incomoda o homem resgatamos o período de “caça às bruxas” no começo da Era Moderna, momento em que milhares de mulheres foram massacradas e queimadas, simplesmente, por serem inteligentes, habilidosas na fitoterapia, por se sentirem livres, num momento em que a liberdade e a visibilidade feminina não existia, apenas estruturas de dominação e exploração. Que infelizmente, ainda, perdura na atualidade ora oculta, ora escancarada. Conforme apresentado por Federici (2017) o capitalismo é exploração, não sendo capaz de libertar o ser humano, pois só existe frente às desigualdades, e estas envolvem homens e mulheres, elite e trabalhadores.

É, portanto, impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. (FEDERICI, 2017, p.38).

O temor das mulheres não é algo recente, na Idade Média as mulheres tiveram papel importante na crise do feudalismo, como argumenta Federici (2017), pois se opunha à ordem estabelecida e colaboraram para a construção de modelos alternativos de vida coletiva, além de afrontar os padrões sexuais que prevaleciam em prol de que houvesse relações mais igualitárias entre mulheres e homens.

Em se tratando de conquistas que marcaram a luta feminina no Brasil, a próxima seção apresentará esses feitos a partir do século XIX até o século XXI. Os ganhos foram importantes para a emancipação e visibilidade da mulher na sociedade, porém, não se pode negar o longo tempo cronológico demandado para se avançar em questões tão necessárias - quando pensada estruturalmente nos

processos constituídos por uma história feita e narrada por mulheres. A construção da narrativa histórica precisa coincidir com a narrativa espacial.

### 2.3 IMPORTANTES CONQUISTAS DAS MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO SÉCULO XIX

Ao longo dos séculos, as mulheres brasileiras conquistaram importantes feitos que devem ser reconhecidos, pois o caminho traçado foi árduo. Até 1827 somente os meninos poderiam frequentar a escola (Escolas de Primeiras Letras), a partir daquele ano foram autorizadas a criação de escolas de meninas e elas foram liberadas para frequentarem, “Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (BRASIL, 1827).

Porém, é importante salientar que essas escolas não ensinavam as meninas - da elite -, questões pedagógicas ou que envolvessem cálculos e noções de geometria, mas, as preparavam para atividades domésticas, tais como costurar, bordar, cozinhar, dentre outras tarefas que envolvem esse espaço, pois o principal objetivo era prepará-las para o casamento.

Uma conquista que não está relacionada a leis sancionadas, mas, possui grande contribuição aos discursos em defesa dos direitos das mulheres no século XIX, foi obtida em 1832 quando a escritora Nísia Floresta publicou a obra “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, considerada tradução de “*A Vindication of the rights of woman*” de Mary Wollstonecraft, autora inglesa reconhecida por defender os direitos das mulheres no século XIX. Porém, a obra da autora brasileira tratava-se da tradução do livro “*Woman not inferior to man*” de Mary Wortley Montagu, como apurado em 1996 por Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, segundo Campoi (2011).

Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), mas, conhecida como Nísia Floresta foi responsável por associar a autora Wollstonecraft à luta pelos direitos das mulheres no século XIX. Nísia Floresta foi considerada pioneira do feminismo no Brasil com a obra “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”

[...] provocou a reflexão sobre o status social das mulheres, já que defendia a participação feminina em postos de comando. Em uma sociedade patriarcal, escravocrata e recém-saída da condição de colônia, Nísia Floresta foi mulher incomum, atuante e de certa forma 'desajustada' se forem levadas em conta as expectativas que a sociedade brasileira tinha em relação às mulheres do seu tempo, afinal, a valorização intelectual do gênero feminino inexistia. (CAMPOI, 2011, p.199).

Embora, Nísia tenha sido considerada precursora do feminismo no Brasil, após seu contato com o Positivismo europeu e a maternidade, suas ideias atribuídas as mulheres e seu papel social foram influenciadas, visto que no fundamento positivista não há igualdade de gênero e a importância da mulher está direcionada ao espaço privado, segundo Campoi (2011).

A cultura geral, enfaticamente pleiteada, serviria tão somente para melhor preparar a mulher para assumir com responsabilidade o papel de mãe de família, dentro do rígido controle de sua moralidade. O "poder" feminino, tão sonhado anteriormente, limitar-se-ia àquele obtido através da influência junto aos filhos. (DUARTE, 1995, p. 218).

Mesmo tendo mudado suas convicções no decorrer de sua vida, não se pode negar a grande relevância da obra que Nísia Floresta traduziu e publicou aos 22 anos de idade, o que a tornou conhecida como precursora do feminismo no Brasil no século XIX. O livro "Direito das mulheres e Injustiça dos Homens", apresenta uma reflexão quanto à condição injusta das mulheres e que se mantém enraizadas nas desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Há exatos vinte anos posteriores a publicação da obra icônica que criticava a opressão vivenciada pela mulher, traduzida por Nísia Floresta, em 1852 é publicado o primeiro exemplar do "O Jornal das Senhoras". O próprio nome já direcionava o objetivo de seu surgimento, foi o primeiro no Brasil a ter uma redatora no comando - a argentina Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875) - e ser direcionado a assuntos para as mulheres, como: moda, literatura, belas-artes, teatros e crítica. As críticas apresentadas pelo jornal motivaram as mulheres a reivindicar, principalmente, melhores condições de acesso à educação e ao mercado de trabalho, além de questionar a supremacia masculina, apresentando a ideia de que as mulheres não são propriedades do homem. E que assim como ele, elas são capazes de produzir para além do espaço privado (espaço doméstico), alcançar o espaço público, intelectual e lutar por uma emancipação moral.

No segundo exemplar, de 11 de janeiro de 1852, “O Jornal das Senhoras” apresentou uma reflexão sobre a emancipação moral da mulher e consegue por meio de uma linguagem coloquial, utilizando de analogias da vida cotidiana, tecer questões significativas para pensar nas injustiças que sofriam dos homens.

[...] o que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher?

Eu vo-lo digo

É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o *brutal egoísmo* do homem lhe rouba, e dos quaes à desberda, porque tem em si a força material, e porque ainda se não convenceo que um anjo lhe será mais util que uma boneca.

[...] Sim, a mulher conhece a injustiça com que é tratada, e reconhece perfeitamente a tirania do homem; não é a ellas a quem temos de convencer da necessidade de sua emancipação moral. (O JORNAL das senhoras, 1852, p.12).

O fragmento citado nos remete a compreensão do período em que a mulher possuía direitos mínimos, não era concedido a ela nem frequentar a faculdade, a educação escolar era direcionada a como ser uma boa dona de casa, não era qualquer mulher que se alfabetizava, porém, não necessitava ser letrada para reconhecer as injustiças que sofria. Ao homem não bastava todos os caprichos de sua mulher, ele a trataria sempre como objeto, como criada. Desse modo, a mulher já se encontrava convencida e ansiava pela sua liberdade, e o homem se mantinha cego pelo egoísmo que carregava. É notório na escrita que, independente de ser pertencente a classes mais favorecidas, sendo mulher o tratamento não seria diferente, somado a condição de sujeito tido como inferior, às camadas mais baixas sofrem ainda mais.

É nítido diante da cronologia organizada o quanto os avanços foram conquistados a conta gotas e, somente em 1879 as mulheres alcançam o direito de frequentar a faculdade, porém, a dificuldade não para por aí. Embora fosse possível ingressar nos cursos superiores, a mulher ainda não se encontrava livre para frequentá-los, era necessário se solteira uma autorização dos pais e se casada uma liberação do marido. Outro fator é o preconceito da sociedade (machista) quanto à presença das mulheres em espaços públicos, que antes eram reservados, apenas, para os homens. O espaço direcionado a mulher era a casa na função de esposa e mãe.

Um exemplo do século XIX são os restaurantes e cafés de Recife, constituídos em espaços destinados a viajantes e a elite local, como podemos verificar na figura 6.

Figura 6 – Século XIX: espaços públicos em Recife



Fonte: Brito (2020).

Na imagem fica evidente a camada social dos que frequentavam os cafés, pelos trajes usados e maioria serem homens, não era qualquer pessoa que poderia e teria condições de visitar tais lugares. E quanto às mulheres, estas só poderiam frequentar os espaços públicos quando acompanhadas e em alguns casos deveria pertencer à elite. Ao observarmos a fotografia representada na figura 7, as mulheres estão fora da mesa em posição de inferioridade aos homens.

Figura 7 – Vida social nos espaços gastronômicos de Recife no século XIX



Fonte: Brito (2020).

Em 1832 Nísia Floresta já demonstrava a importância do direito ao acesso à educação pelas mulheres e que era privado pelos homens:

[...] Acreditando-nos incapazes de aperfeiçoar o nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por este meio, têm contribuído tanto quanto lhes é possível a fazer-nos criaturas destituídas de senso, tais quais eles nos têm figurado. Assim, faltas de educação, somos entregues a todas as extravagâncias porque nos tornamos desprezíveis; temos atraído sobre nós seus maus tratamentos por faltas de que eles têm sido os autores, tirando-nos os meios de evitá-las. (AUGUSTA, 2020, p. 59).

De 1827 a 1879 foram mais de meio século para que a mulher iniciasse seu processo de libertação, por meio do acesso à educação superior, pois assim seria possível alcançar a diminuição da submissão e mudar histórias e vidas. Atualmente as mulheres são maioria nas faculdades brasileiras, mas, o caminho trilhado para alcançar esse feito foi árduo e ainda é necessário uma evolução social em prol da aceitação da mulher em espaços públicos e cargos que envolvam posição de liderança e poder de decisão, o que inclui partidos e questões políticas.

Mesmo com a proclamação da república no Brasil em 1889 a situação das mulheres se manteve, portanto, a luta pela cidadania deveria continuar e junto com ela o empenho por educação e direito ao voto. E foi em meio a essas necessidades que surgiu o Partido Feminino Republicano, em dezembro de 1910 na então capital Rio de Janeiro, a mulher avançava e tinha sua presença garantida na política.

Alguns fatores que favoreceram a inserção da mulher nos espaços públicos foi o crescimento da indústria e urbanização do país, o que contribuiu para mudanças na cultura e costumes, “[...] fruto da elevação da educação de homens e mulheres, da expansão da imprensa e dos cinemas. Essas mudanças geraram novas demandas sociais, sobretudo nas mulheres [...]” (MELO; MARQUES, 2016, p. 315). Em busca do envolvimento das mulheres na sociedade, o Partido Feminino Republicano foi presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro (1859 – 1935), que em 17 de dezembro de 1910 teve seu estatuto publicado no *Diário Oficial*. Em busca da emancipação feminina destacam-se dois parágrafos:

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

[...]

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo. (BRASIL, 1910).

Além da visibilidade feminina na sociedade, o partido direcionava questões de combate à exploração da mulher, independente do espaço e da condição a que viesse ocorrer. E mesmo com a concretização do partido de/para as mulheres, o sufrágio feminino só veio a ocorrer anos mais tarde, em 1932. O movimento sufragista feminino no Brasil teve importantes mulheres envolvidas, tais como, Leolinda Daltro (Figura 8) e Bertha Lutz (Figura 9).

Figura 8 – Folheto da campanha de Leolinda Daltro (1859-1935) à Assembleia Constituinte

**Votem, para a Constituinte em**  
**LEOLINDA DE FIGUIEREDO DALTRO**

*Professora catedrática municipal jubilada, Directora da Escola de Sciencias, Artes e Profissões Orsina da Fonseca. Foi a mulher brasileira que iniciou a campanha pelo direito de voto, ha cerca de 18 annos. E' a grande e destemida batalhadora de todas as causas nacionaes! Ninguem melhor que ella, poderá representar a Mulher Brasileira na Constituinte.*

**A sua campanha feminista precedeu á de todas as senhoras que se apresentam como leaders do feminismo.**

**Foi quem levantou, de longa data, no Brasil, a idéa do direito politico da Mulher.**

Fonte: Grigório (2014).



Figura 9 – Bertha Lutz (1894-1976): ativista feminista, bióloga e política brasileira



Fonte: Em foco... (1996-2023).

A conquista, do sufrágio feminino, foi oficializada pelo Código Eleitoral de 1932, por Getúlio Vargas, que apresenta no artigo 2º “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. Nesse período, a maioria era requisito exigido para alistamento eleitoral. Vale lembrar que naquele período o voto não era obrigatório e somente as mulheres casadas – com consentimento do marido –, viúvas e solteiras com renda própria poderiam se alistar. Em 1934 com a promulgação da Nova Carta Magna o alistamento feminino facultativo passa a ser um dever.

Outro ponto a ser ressaltado é a exigência da maioria para votar, porém, a mulher poderia se casar, ainda, adolescente. Infelizmente as leis no Brasil não fazem muito sentido e se mostram contraditórias em alguns períodos. O voto feminino garante um contingente significativo a qualquer candidato que disputar cargo político no país, pois além de eleitoras as mulheres também possuem o poder de convencimento aos maridos. Atualmente, as mulheres representam mais de 52% do eleitorado no Brasil.

Embora o sufrágio feminino tenha se efetivado em 1932, foi em 1928 que o Brasil elegeu a primeira mulher, Alzira Soriano (Figura 10), para prefeita de Lajes no Rio Grande do Norte. A mesma fez história e foi reconhecida internacionalmente pelo feito, amparada pela Lei Estadual nº 660 de 25 de outubro de 1927, “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei” (Rio Grande do Norte, 1927).

Figura 10 – Alzira Soriano (1887-1963) primeira mulher eleita no Brasil, prefeita de Lajes-RN, 1929



Fonte: Filho (2020).

Outra mulher que fez história política no país foi Carlota Pereira de Queirós, médica, paulista e primeira deputada federal no Brasil, eleita por voto popular em 1933. Se analisarmos o período desde fins do século XIX e início do século XX compreendemos que não foi qualquer mulher que conseguiu alcançar carreira política no país, visto que privilegiavam o acesso à elite. Porém, devemos reconhecer que mesmo pertencente à elite, a mulher era tida como inferior hierarquicamente e enfrentava o machismo estrutural instaurado na sociedade. Na figura 11 vemos a presença solo da deputada entre os demais deputados.

Figura 11 – Deputada Carlota Pereira de Queirós no Plenário da Assembleia Constituinte de 1934



Fonte: Oriá (2021).

A sociedade brasileira até o século XX era marcada pelo conservadorismo e patriarcado, este endossado pelo Código Civil de 1916, mantendo a opressão e classificando a mulher como ser inferior aos homens, dentro do seio familiar e estendendo a toda sociedade, por meio da submissão ao marido. Esta submissão se desdobrava ao seu comportamento fora do espaço doméstico, pois qualquer ato deveria, primeiramente, ser autorizado pelo marido, quando casada, ou pelo pai, quando solteira, desde o exercício de alguma profissão até alienação de imóveis.

Até meados do século XX a mulher teve sua imagem atrelada à insuficiência de reconhecer e resolver problemas fora do “lar”, por isso a necessidade do aval do marido. A desigualdade de gênero é resultado do machismo que se tem arrastado há séculos. Em 1962, surge o Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, Lei 4.121, 1962) que contribuiu para a emancipação feminina. A partir desta lei alguns artigos do Código Civil de 1916 foram modificados, as mulheres passaram a ter direitos sobre sua vida profissional e bens particulares, desde que oriundos antes do casamento.

Interessante como o casamento, aparentemente, uma instituição privada, deixa de ser privado por influenciar diretamente no comportamento social das pessoas, portanto, se faz instituição pública. E é por ser público que a mulher “casada” passa a ter seus “direitos” consagrados pelo estatuto, pois para fazer valer esses direitos ela “depende” do marido, ou seja, o fato de ser uma mulher casada

lhe garante direito de gerir sua vida profissional e financeira, sem a necessidade do consentimento do marido.

Os direitos conquistados pela mulher brasileira sempre foram a cargo de muita luta, mobilização, militância na esperança de dias melhores, de mais qualidade de vida, menos violência, inclusive no ambiente doméstico, pois a violência à mulher foi e ainda é, muitas vezes, naturalizada pela sociedade. Assim, uma conquista importante foi a Lei do Divórcio, Lei nº 6.515/77 (BRASIL, 1977) que apresenta a dissolução da sociedade conjugal, que naquele período poderia ocorrer, apenas, uma vez, revogado posteriormente, no ano de 1989.

Figura 12 – Faixa colocada pela Arquidiocese do Rio, 1977



Fonte: Filho (2021).

Figura 13 – Movimento pró-divórcio em Copacabana, 1977



Fonte: Filho (2021).

Como pode ser certificado pelas figuras 12 e 13 a luta pelo divórcio no país teve grandes embates que dividiu a sociedade frente aos valores pré-estabelecidos, principalmente pela Igreja Católica, que se posicionava pelo conservadorismo e indissolubilidade do matrimônio. Do outro lado se encontravam os grupos de luta pela liberdade. Tanto progressistas quanto os conservadores buscavam induzir a população, para ganhar força na discussão mantida durante o ano de 1977.

Embora tenha sido um grande avanço para a sociedade e, principalmente, para mulheres que tinham no divórcio a possibilidade de sair do relacionamento abusivo e/ou violento, ainda, era necessário lidar com os julgamentos das outras mulheres. Ou seja, diante da naturalização de falas e comportamentos machistas, muitas mulheres se tornaram machistas pela reprodução, pois escondem o medo da liberdade e se mantêm submissas ao sistema e ao homem. Outro fator que muito contribui para o preconceito à mulher divorciada é a Igreja Católica, que possui grande influência na vida das pessoas pela religiosidade e defende a

indissolubilidade do matrimônio. “Ora, aos casados, ordeno, não eu, mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido. Se, porém, ela vier a separar-se, que não se case, ou que se reconcilie com seu marido; e que o marido não se aparte de sua mulher” (1Co 7.10-11).

Assim, mesmo tendo uma convivência conjugal turbulenta, perante a igreja a mulher não deve se separar, essa visão influencia diretamente, a qualidade de vida de mulheres que se encontra em um casamento abusivo. A religiosidade auxilia e tem um peso enorme no comportamento submisso de milhares de mulheres brasileiras. Resquícios do período colonial que educou a mulher para servir, se submeter a comandos pelo homem, a naturalizar a violência sofrida e mesmo as que desejaram denunciar se viram barradas pela cultura machista do país.

Ainda que, com a criação de leis, a mulher não se sinta segura, em muitos casos de violência recebida ela tende a não fazer o Boletim de Ocorrência (BO), pois há o constrangimento de levar um assunto tão pessoal e íntimo a um ambiente cuja característica principal é de ser um espaço comandado e frequentado por homens, as delegacias, demonstrando ser um ambiente hostil para com as vítimas. Por isso, em 6 de agosto de 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher no Brasil, estado de São Paulo.

Infelizmente essa não é uma realidade existente em todo país, visto que segundo IBGE (2021) em 2019, mais de 90% dos municípios brasileiros não possuíam delegacia especializada no atendimento à mulher. O que poderia fazer toda a diferença quanto ao sentimento de “segurança” e acolhimento da vítima de violência, principalmente, a doméstica no momento de registrar o BO. Os avanços na sociedade foram alcançados e os direitos das mulheres aos poucos foram reconhecidos.

A Constituição Federal (CF) de 1988 passa a legitimar as mulheres como iguais aos homens, marco importante para o país, pela primeira vez a mulher é reconhecida, visto que até 1962 a mulher mesmo sendo casada era desqualificada pelo homem e pela sociedade. Com o Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, Lei 4.121, 1962) ela ainda continuou a não ter plenos direitos e reconhecimento, porém passou a ser considerada colaboradora do homem. E só nos fins do século XX a mulher alcança a igualdade jurídica, após reivindicações expressivas e incansáveis, formulado pelo movimento Feminista brasileiro.

O movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (BARSTED, 2001, p. 35).

A CF/88 ampliou a cidadania e democracia feminina em relação aos direitos civis e da sociedade conjugal, visto que no art. 226, §5º os direitos e deveres relativos à sociedade conjugal são executados igualmente pelos homens e pelas mulheres, este princípio garante a igualdade entre gêneros desde o espaço doméstico. Já no §8º em que apresenta o Estado como responsável por prevenir e combater a violência no espaço doméstico, esse parágrafo foi importante para a promulgação, anos mais tarde, da Lei Maria da Penha Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006).

A análise geográfica, histórica e social das relações conflituosas estabelecidas à mulher na sociedade, nos faz refletir como o fator gênero no Brasil exerceu um peso muito grande e mesmo com as lutas e conquistas ele, ainda, não deixou de existir. Algumas questões ainda são difíceis de acreditar, mesmo em pleno século XXI o fato da noiva não ser mais virgem poderia possibilitar o pedido de anulabilidade do casamento, somente em 2002 com o Novo Código Civil (2002) a falta da virgindade deixa de ser motivo de anulação do mesmo.

A mulher no contexto social e doméstico, dentro do período estudado, século XIX ao XXI, foi forçada a se enxergar como inferior ao homem, isso foi inserido de forma perversa, tão perversa que chegou a ser naturalizada. E a ela durante muito tempo de vítima, chegava a se reconhecer culpada por comportamentos e até crimes que não cometeu, mas sim o homem a quem acreditava que poderia lhe oferecer segurança.

Um dos aspectos relacionados à mulher nesse contexto é a data comemorativa do “Dia das Mães” no Brasil, esta que foi instituída no ano de 1932, mas se consolidou no período do regime militar entre 1964 a 1985 e muito corrobora

para a manutenção da ideologia capitalista, machista e patriarcalista, pois determina que tipo de mulher possa ser a mãe, esta que dentro do sistema se volta aos papéis sociais, domésticos e maternos. Analisemos a figura 14.

Figura 14 – Propaganda da Tramontina para o Dia das Mães, 2010



Fonte: Casagrande (2010).

A figura 14 é parte de uma campanha publicitária que a DCS produziu para a Tramontina e foi veiculada na revista Caras, ela é capaz de reforçar a ideologia dominante por meio da figura materna, que é constituída para cuidar e garantir uma vida saudável a criança/adolescente, para que num momento oportuno possa ser inserida ao mercado de trabalho. A representatividade da mulher como mãe é um convite aos consumidores a manter e fortalecer os valores comportamentais de uma sociedade patriarcal, o que sustenta a hierarquia de poderes.

A lógica capitalista promove a mulher a uma situação de subalternidade/opressão social através de discursos que viabilizam o engendramento do capitalismo, conseqüentemente da submissão das mulheres aos homens. O discurso da paternidade/paternagem é silenciado devido ao processo sócio-histórico das relações de poder que foram se institucionalizando como aquele que é o “provedor do lar” e, portanto, não deve se preocupar com as atividades domésticas/paternagem.

No entanto, as ideologias patriarcais e religiosas atuais reforçam que esse “serviço” ou “santa missão” é da figura feminina, pois se ela é capaz de gerar um bebê, então ela é “vocacionada”/“predestinada” a ter a responsabilidade na formação deste ser humano, garantindo

assim os cuidados necessários para o bem-estar desta criança/adolescente. (SILVA, 2019, p. 88).

Não é sobre ser mãe, mas, como o discurso da ideologia capitalista consegue transformar algo sublime em forma de oprimir as mulheres, de forma sutil com apoio midiático e se expande do público aos espaços privados de cada “lar”. E isso é ensinado e potencializado desde a infância, vejamos a figura 15, mais uma propaganda da Tramontina. A figura da mulher associada, mais uma vez, à maternidade e aos afazeres domésticos, porém, representado num mundo fantasioso onde esse ambiente é associado a memórias de infância, esta que também é manipulada pela distribuição dos papéis sociais pelo sistema.

Figura 15 – Propaganda Tramontina



Fonte: STUDIOS Meca (2012).



Embora as campanhas publicitárias apresentem a imagem de um lar harmonioso, essa não é a realidade majoritária das famílias brasileiras, pois esse espaço também é palco de muitas atrocidades cometidas contra a mulher, que por muito tempo se viu submissa e enganada por todo um sistema que maquina seu aprisionamento aos moldes tradicionais. Aos poucos essa ingenuidade foi dando espaço a revolta, a compreensão que a luta não era só dela, mas de/e/para todas as outras mulheres que necessitavam ir à busca de sua liberdade, pois a violência se encontra dentro do homem, que não aceita a possibilidade da independência e do poder da mulher. As lutas dos movimentos feministas não foram individuais, a coletividade reuniu forças de mulheres de todas as camadas sociais em prol de bens comuns. Contudo, até as conquistas se tornarem realidade muitas sofreram e morreram diante de tantos atos de crueldade. É necessário acreditar que dias melhores virão, mas, só virão com luta, pois essa ainda não acabou.

No Brasil, quando o assunto é violência contra a mulher, logo vem à mente a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), que só existe a partir da determinação de uma mulher que após duas tentativas de homicídio pelo marido não desistiu que justiça fosse feita. Infelizmente, o Estado se manteve omissos durante o processo, este que foi arrolado por quase vinte anos. Maria da Penha não é um caso isolado de violência doméstica, a realidade é que esse tipo de violência enfatiza o modelo presente e sublinha a impunidade dos agressores.

O Estado não foi negligente, somente com Maria da Penha, ainda se mostrou omissos e tolerante quanto à violência doméstica cometida contra as mulheres brasileiras, por isso seu caso tomou proporções internacionais, até que em 2002 foi formado um Consórcio de ONGs Feministas que debateu com o Executivo, Legislativo e sociedade a necessidade de elaboração de uma lei para combater à violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, como reconhecimento da luta contra qualquer ato que fira os direitos humanos da mulher, nasceu a Lei Maria da Penha, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O homem, na atualidade, enxerga a mulher como um objeto de desejo e por isso se sente no direito de tomá-la para si, pois o sentimento de superioridade é algo muito presente na sociedade machista e tem repercussão direta na organização espacial. E não é capaz de assumir suas responsabilidades e mais uma vez

direciona a figura feminina à culpa de toda situação. Não é raro ver uma mulher na rua com roupa curta e ouvirmos comentários maliciosos, quer seja de homens ou mesmo de outras mulheres: “Depois não pode reclamar”, ou mesmo, “Está pedindo pra ser estuprada”. Independente da roupa que se encontra vestida, toda pessoa tem o direito de ser respeitada. E quando a violência é dentro de casa pelo companheiro, muitas pessoas julgam, com frases maldosas do tipo: “Se apanha é porque gosta”. Independente do tipo de violência sofrida é importante compreender que “as mulheres se submetem à violência não porque ‘consintam’: elas são forçadas a ‘ceder’ porque não têm poder suficiente para consentir” (SAFFIOTI, 1987).

Assim, a ação individual contra a violência sofrida, principalmente a doméstica, é muito desgastante para a mulher, pois ela é julgada a todo momento dentro de sua casa ou na sociedade, pelo que veste ou deixa de vestir, pelo que fala ou cala, se anda sozinha ou acompanhada, se solteira ou casada, independente de qualquer que seja seu comportamento será julgada e em alguns casos, também, será condenada. Por isso, que a coletividade de movimentos foi e ainda é tão importante como defendemos nesta tese, para garantir direitos e fazer com que eles se cumpram. O fato de se sancionar leis, não impede que os crimes deixem de existir, mas, indica maior vigilância e cobrança por parte dos movimentos ao Estado.

Com o passar dos anos não houve a consolidação das conquistas esperadas pelas mulheres, que se viam exploradas duplamente: ora pelo homem (indivíduo masculino); e ora pelo sistema capitalista (que também classificaremos como masculino). Desse modo, compreendemos, mesmo sem compreender, o motivo pelo qual se demorou tanto no Brasil, a sanção de leis que garantem direitos humanos às mulheres e penalidade para quem as descumprir. A compreensão está no fator da mulher encontrar-se cercada pelo sujeito, instituições e sistema masculino, que estão associados ao patriarcado e ao machismo. A não compreensão se embasa nas injustiças e barbáries que milhares de mulheres sofreram enquanto a impunidade reinava no país, por elas não serem ouvidas e nem quem as defendesse. A violência contra a mulher, muitas vezes é a concretização da sensação de perda da posse sobre ela pelo homem, podendo chegar ao feminicídio,

como apresentado no Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher:

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel e degradante. (BRASIL, 2013, p. 1003).

O rompimento com as questões herdadas desde o colonialismo e a valorização da mulher, ainda se encontra longe do ideal, mas é importante ressaltarmos conquistas que o século XXI nos trouxe, como o decreto e sanção da Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), conhecida como Lei do Feminicídio, pois por meio dela o feminicídio foi incluído no rol dos crimes hediondos. Esse decreto foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff perante o art. VI da Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015) que considera o feminicídio crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”.

A criação da Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015) sustenta-se no §8º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, que pressupõe: “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] §8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 2020). Embora o Estado já fosse responsável pela prevenção e segurança em relação à violência, foi necessária uma lei para que os direitos das mulheres se fizessem valer. Além do reconhecimento como crime hediondo, ou seja, está na lista dos crimes com penas mais altas de 12 a 30 anos, ainda, pode ser aumentada de um terço até a metade, disposto no §7º, caso o crime seja praticado:

- I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
- II – contra pessoa menor de 14 (quatorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
- III – na presença de descendente ou ascendente a vítima. (BRASIL, 2015).

A Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015) apresenta a intencionalidade em minimizar a violência sofrida pelas mulheres, porém, para uma efetiva ação do Estado em prol da prevenção de mortes violentas de mulheres deve-se atentar-se aos casos com menor gravidade, para que não se chegue aos assassinatos. Um dos fatores à ser levado em consideração é a rigidez nas punições aos agressores para que se cumpram os direitos humanos das mulheres.

[...] a violência imposta às mulheres é observada no decorrer da história da humanidade e tem sua gênese em um modelo construído socialmente que promove a dominação, determinando os papéis de cada gênero em sociedade, a partir de representações e comportamentos que devem ser obedecidos, alicerçado em um sistema que legitima a sujeição do outro. Por conseguinte, este modelo social implica na violação de direitos, submetendo as mulheres à uma condição de inferioridade em relação aos homens, exemplificada através de vários tipos de violência, chegando até a consumação da morte, o feminicídio. (FONSECA et al., 2018, p. 62).

Eis a necessidade da manutenção da luta pelo cumprimento das leis, com punição aos agressores e, antes disso, educar e encorajar meninas e mulheres para que denunciem toda e qualquer violência sofrida, independente de quem tenha cometido o ato violento, familiar, companheiro ou desconhecido. Um fator que pode, e muito, colaborar para a redução da violência contra a mulher é a educação, independente se formal, não formal ou informal, ou seja, em espaços escolares sobre um currículo referência, ou em espaços não escolares sem a rigidez da estrutura ensino, nesse sentido nossa tese colabora diretamente para a construção de uma epistemologia geográfica oriunda das lutas históricas das mulheres.

É importante direcionar as meninas, desde a tenra idade, para serem fortes, críticas e que não aceitem a submissão e a inferioridade, que saibam separar o carinho e o que extrapola os limites permitidos e se torna abuso. Aos meninos é importante que sejam educados para respeitar as limitações impostas pela outra parte ou pelas leis que regem a sociedade, para o bom comportamento com relações saudáveis. Assim, essa educação para a vida, deve ser direcionada desde o espaço doméstico, pela família, é nela a maior influência da mulher, como apresentou “O Jornal das Senhoras”, em seu segundo exemplar em 1852:

Sem duvida, que ha deveres naturaes que prendem a mulher ao lar domestico, porém é precisamente desde o seio de sua familia que ella pode ter uma influencia directa, sobre essa mesma familia, sobre a nação, e sobre a humanidade inteira. (O JORNAL das senhoras, 1852, p.14).

E acrescenta:

[...] É dos labios da mãe que o filho ouvirá a voz, sagrada e imperiosa do dever, traçar-lhe a senda que tem de percorrer na vida; é da voz meiga e magestosa da mãe que elle deve aprender as primeiras lições da resignificação, da paciencia e da coragem, tão necessária n-este mundo. (O JORNAL das senhoras, 1852, p.14).

Eis a demonstração da importância da família e, nesse caso, a mãe é essencial para a educação dos filhos ensinando-lhes o princípio da solidariedade, na divisão de tarefas do cotidiano doméstico, para que ao se tornarem adultos, sejam mulheres e homens capazes de compreender que não há necessidade de demonstrar superioridade entre homens e mulheres, mesmo que a sociedade capitalista expresse o contrário. Para uma boa convivência é necessário que se freie as competitividades e superioridade entre os gêneros. E principalmente a evolução da consciência de que as mulheres não são propriedade dos homens.

Diante do contexto social - em que o homem objetifica o corpo feminino capaz de possuí-la a seu bel-prazer, comportando-se de forma inconveniente e obsceno -, que em 2018 a importunação sexual feminina passou a ser reconhecida como crime, amparada pela Lei nº 13.718/2018 (BRASIL, 2018), um importante passo da justiça brasileira. Até 2018 os casos de assédio em espaços públicos (rua, transporte público, dentre outros) por meio de toques, proximidade exagerada entre o corpo masculino ao feminino, dificilmente eram classificados como crimes por não constar na legislação brasileira, o que favoreceu o silêncio das mulheres. Felizmente essa é uma realidade que tem mudado no país. Vale ressaltar que está previsto pena para atos consumados ou mesmo divulgação de cenas de sexo ou de pornografia.

Art. 1º Esta Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de

pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. (BRASIL, 2018).

Desse modo, com a Lei de Importunação Sexual<sup>4</sup> tornou-se crime, segundo o Art. 215 A, a ação de “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” (BRASIL, 2018), a pena pode variar de um a cinco anos de detenção.

No Brasil a violência contra a mulher possui várias faces e mesmo com a promulgação de leis, a impunidade ainda se encontra presente, por isso a importância do fortalecimento dos movimentos feministas e participação da mulher na sociedade. Assim, outro espaço que cada dia mais tem ampliado a participação feminina são os espaços políticos que, na cultura sexista e patriarcal são destinados aos homens, mesmo com o aumento das mulheres ocupando esses espaços a sub-representatividade é grande.

[...] sendo a sub-representatividade de gênero uma questão multicausal, pode-se apontar como motivos desse cenário o modo de organização da sociedade pelo sistema sexo-gênero e a consequente divisão das tarefas e dos espaços em masculinos e femininos, majoritariamente; [...]; e, em especial, a violência política que se faz presente no ambiente político-partidário do país por meio de atos agressivos, sejam eles comissivos ou omissivos. (TERRA; RESENDE, 2022, p.77).

Esta pequena presença da mulher na política se dá pelo ambiente agressivo, essencialmente masculino, que resulta numa violência política, que pode ser caracterizada como “física, econômica, psicológica e simbólica” (TERRA; RESENDE, 2022, p.78) associada a um insulto à democracia.

No intuito de coibir essa situação foi criada em 2021 a Lei para prevenir, reprimir, e combater a violência política contra a mulher “qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo” (BRASIL, Lei 14.192, 2021). A violência política de gênero não ocorre, apenas, na efetivação do exercício do mandato, mas, pode ocorrer em qualquer fase, desde as campanhas eleitorais.

---

<sup>4</sup> Como reconhecer uma importunação sexual? A importunação sexual inclui: casos de assédio sexual, incluindo cantada agressiva, beijos e toques não autorizados e até ejaculação em transporte público.

Vale ressaltar que a pena, quando constatado a violência política de gênero, é de reclusão de 1 a 4 anos e multa (BRASIL, Lei 14.192, 2021).

Art. 326-B. Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. Aumenta-se a pena em  $\frac{1}{3}$  (um terço), se o crime é cometido contra mulher: I - gestante; II - maior de 60 (sessenta) anos; III - com deficiência. (BRASIL, lei 14.192,2021).

A violência política de gênero viola a premissa de igualdade de competição eleitoral, incluindo o sufrágio feminino que foi conquistado na década de 1930. Infelizmente, no Brasil temos muitos casos, em que a mulher é violentada no ambiente político-partidário, por serem minorias, o que enfatiza a desigual construção social e cultural ao longo dos tempos. Em 2018, o país presenciou a forma mais brutal da violência política, o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. Visto que tais atos constituem-se crimes é preciso que:

[...] os setores administrativos e jurídico das casas legislativas desenvolvam um trabalho conjunto para que seja dada a devida visibilidade aos termos da nova lei, além de que seja aberto um canal de comunicação a fim de que sejam registradas denúncias e ocorrências de violência política, tudo isso para que as disposições da lei seja concretamente implementadas em favor de um ambiente de trabalho saudável e comprometido com o tratamento igualitário a todas as pessoas, típico de um Estado Democrático de Direito. (TERRA; RESENDE, 2022, p.77).

Espera-se que com a Lei 14.192/2021, ainda tão recente, os direitos e a visibilidade da mulher no cenário político brasileiro sejam alcançados, em prol da harmonia entre os gêneros, o que a torna uma importante ferramenta no enfrentamento à sub-representatividade feminina na política. Outras conquistas importantes podem ser citadas, tais como: 1940 - mobilização das mulheres negras; 1974 - mulheres conquistam o direito de portar cartão de crédito; 1983 - dia da mulher indígena; 1988 - primeiro encontro nacional das mulheres negras; 2014 - dia da mulher negra.

Assim, consideramos este primeiro capítulo da tese, essencial para compreender como foi traçado o caminho de lutas do movimento Feminista no Brasil desde o século XIX. Todos os avanços conquistados foram, acima de tudo, sobre muita divergência, entre o poder que emana da cultura patriarcal e machista que domina esse país e os espaços de lutas pelas mulheres, que só desejavam que se cumprisse com a democracia e cidadania. Apresentamos a construção dos espaços de lutas das mulheres no Brasil a partir do nacionalismo nas ditaduras brasileiras, em especial da década de 1960, em que as perseguições e torturas eram frequentes. Esse cenário só pôde ser “amenizado” com a Constituição Federal de 1988, declarando igualdade entre homens e mulheres.

Para avançar foi necessário a compreensão dos conceitos feminismo, machismo e política, termos que foram e ainda serão muito utilizados. E não poderia deixar de elencar algumas das importantes conquistas das mulheres brasileiras a partir do século XIX, desde a liberação para frequentarem a escola, no período imperial, até a promulgação da Lei 14.192/2021 para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher e que pode ser verificado no quadro síntese (Quadro 1).

Quadro 1 – Principais conquistas das mulheres no Brasil

<b>Ano</b>	<b>Conquista</b>	<b>Descrição</b>
1827	As meninas são liberadas para frequentarem a escola.	Lei geral do período imperial de 15 de outubro de 1827.
1832	A obra “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” é publicada por Nísia Floresta.	Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885) foi precursora do feminismo no Brasil.
1852	Primeiro jornal feminino “O Jornal das Senhoras”.	Teve sua primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 01 de janeiro de 1852.
1910	Partido Republicano Feminino.	O primeiro partido político feminino foi criado em 17 de dezembro de 1910, teve seu estatuto publicado no <i>Diário Oficial</i> .



1928	Primeira mulher a ser eleita no Brasil.	Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes (RN), antes mesmo do sufrágio feminino no Brasil ser efetivado. Direito resguardado pela Lei nº 660 de 25 de outubro de 1927 (Rio Grande do Norte, 1927).
1932	Sufrágio feminino	Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 que oficializa o voto feminino no Brasil.
1933	Eleição de uma parlamentar mulher	Carlota Pereira de Queirós foi eleita a primeira deputada federal no país.
1962	Criação do Estatuto da Mulher Casada	Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. As mulheres passaram a ter direitos sobre sua vida profissional e bens particulares, desde que oriundos antes do casamento.
1977	É aprovada a lei do divórcio	Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Apresenta a dissolução da sociedade conjugal, que naquele período poderia ocorrer, apenas, uma vez, revogado posteriormente, no ano de 1989.
1985	É criada a primeira delegacia da mulher.	Surgiu em 1985 no estado de São Paulo.
1988	A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens.	A Constituição Federal de 1988 passa a legitimar as mulheres como iguais aos homens.
2002	A falta da virgindade deixa de ser motivo de anulação do casamento.	Novo Código Civil (2002).
2006	Lei Maria da Penha.	Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Surgiu como reconhecimento da luta contra qualquer ato que fira os direitos humanos da mulher.

2015	É sancionada a lei do feminicídio.	Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, por meio desta lei o feminicídio foi incluído no rol dos crimes hediondos. Sendo que é considerado feminicídio o crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”.
2018	Importunação sexual feminina passou a ser crime.	Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. A Importunação Sexual, segundo o Art. 215 A, a ação de “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.
2021	É criada lei para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.	Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. A Violência política contra a mulher está definida como “qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo”.

Fonte: A autora.

Após refletir sobre o processo histórico de lutas e conquistas feministas, as próximas seções apresentam análises das contribuições da ciência geográfica na manutenção do *status quo*, visto ser uma ciência de berço positivista, eurocêntrica e construída, exclusivamente por homens, a última colocação não é verdadeira, mas durante séculos nos fizeram e ainda fazem acreditar que sim. A invisibilidade da mulher no meio acadêmico, também é uma barreira que necessita ser destruída.

A partir da próxima seção teceremos um diálogo entre a Geografia que temos e a que queremos na busca por uma ciência capaz de reconhecer e valorizar a produção do conhecimento feminino em prol de uma educação libertadora para a vida e que seja negligenciado todo e qualquer ato que direcione a morte.

### 3 RUMO A GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL

*[...] E as meninas tem umas que não quer nem ir embora. Umas porque tem muitos problemas em casa e outras porque gosta daqui mesmo. Tem umas que tem mesmo problemas em casa, alguma desavença, mas são poucas, não são muitas não, mas tem.*

Eliana dos Santos Lopes  
Coordenadora de Cozinha Solidária em Uberlândia-MG<sup>5</sup>.

Neste capítulo discutiremos como a ciência geográfica pode, por vezes, contribuir com a manutenção da sociedade tal qual ela é, capitalista e marcada pela opressão as camadas mais baixas e no centro se encontra a mulher. E traçaremos caminho em prol de uma Geografia capaz de valorizar a crítica e a reflexão frente às minorias, neste caso, a figura feminina e trabalhadora.

Muitas vezes, a mulher no espaço geográfico, marcado por relações e contradições, se encontra solitária e ensinada a se portar como reprodutora da vida e na educação se vê replicadora de uma ciência eurocêntrica que, ainda, evidenciam obras realizadas e ou escritas por homens, sujeito masculino. Ao verificar a bibliografia epistemológica da Geografia nos deparamos com nomes de autores que colaboraram para a sua construção, porém, é evidente a escassez de menções à figura feminina na ciência geográfica. Fato este que ganha os espaços escolares da academia, da educação básica e podem ser constatados nos documentos oficiais da educação, nos conteúdos curriculares, nos livros didáticos etc.

Pode-se dizer que os planos curriculares da geografia brasileira não refletem a verdade socioespacial, porque realizam um tratamento unívoco e pretensamente neutro do espaço, potencializando o padrão masculino, tanto no privilégio de abordagens temáticas como no referencial teórico indicado. (SILVA, J. M. da, 2009, p. 74).

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Eliana dos Santos Lopes, em 30 nov. 2022 para Leandra de Lourdes Rezende Amaral. 1 arquivo. mp3 (15 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por ser um documento oficial norteador do ensino nas escolas brasileiras, também não trata do conceito de feminismo, omitindo a colaboração da mulher na construção e manutenção da vida, por meio das relações estabelecidas no espaço geográfico.

Assim, frente à depreciação da figura feminina voltaremos o olhar geográfico para a estrutura de poder e neutralidade das concepções epistemológicas, como resquício da colonialidade influenciada pelo eurocentrismo. Outro ponto a ser enfatizado é a divisão sexual do trabalho docente na educação básica e no espaço doméstico. Como argumenta Joseli Maria da Silva (2009, p. 60) “Qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise.”

Desse modo, a Geografia contribui para o debate e avanço das conquistas de direitos ao longo dos séculos, porém é necessário avaliar o quanto as ciências humanas ainda subtraem a história de luta das mulheres na academia e no ambiente escolar. E ao invés de um embate crítico, capaz de produzir nos estudantes mulheres e homens a consciência política, se limita a discussões rasas e direcionadas ao dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher. Não é possível ser mulher por um dia, a luta é diária e se for pobre essa luta é muito maior. Como argumenta Saffioti (1976):

Assim, é possível não apenas desmistificar, mas ainda questionar a capacidade instrumental das ciências humanas afirmadoras do *status quo* capitalista para solucionar problemas sociais gerados por essa ordem, sobretudo quando manipulada pelos centros decisórios das sociedades competitivas, e a viabilidade do processo de incorporação uniforme dos conhecimentos científicos por uma população dividida em classes sociais. (SAFFIOTI, 1976, p. 21).

Pensar uma Geografia emancipatória Feminista e Anticolonial é avançar na epistemologicamente para uma sociedade onde todos os seres humanos são importantes, de modo a valorizar as experiências de cada um na luta pelo bem comum, como é evidenciado nas palavras:

A geografia feminista parte do pressuposto de que a ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o

conhecimento gerado é relacional ao tempo e espaço próprios do cientista. [...] Reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da geografia feminista. (SILVA et al., 2017, p.13).

O cotidiano é um conceito importante para entender a Geografia feminista e o feminismo como movimento, pois como argumentado por Silva (2017) é necessário compreendermos que o feminismo é um projeto político que se compromete com as mudanças sociais em prol da igualdade humana, independente das correntes teóricas ou ideológicas. E as mudanças sociais provocadas pelo feminismo partem do cotidiano da mulher, das relações de poder que acarretam desigualdades sociais, expondo a desigualdade entre mulheres e homens. É no cotidiano que as relações se estabelecem quer seja dentro de casa, no trabalho, na escola, nos espaços coletivos de resistência, na comunidade, nas associações, cooperativas, dentre outros. O cotidiano da mulher trabalhadora produz solidariedade, esta que não é mantida pela opressão nem pelo comando, mas, pela ação de atender o outro em suas necessidades básicas e para além dela, pois envolvem experiências cotidianas capazes de romper com instâncias opressoras.

Os avanços tecnológicos e sociais fizeram com que a mulher acreditasse ter alcançado sua autonomia, sem ter deixado de dedicar-se à sua família. Fato é que, não retiraram da mulher as atividades domésticas e quando pertencente à classe trabalhadora, não consegue adquirir determinados aparelhos que possam facilitar seu cotidiano exaustivo, dividido entre família e trabalho assalariado, pois não há um equilíbrio em sua rotina e nem compartilhamento da mesma.

Assim, é imprescindível que a Geografia, como ciência humana, seja capaz de direcionar a evolução do pensamento geográfico relacionando as transformações que sucederam as grandes descobertas científicas, bem como, associar as variadas formas de elaborar concepções de mundo a partir do universo da mulher. O mundo e a ciência que presenciamos se voltam para o universo do homem, centralizando o poder de decisão sobre o outro na figura masculina e machista.

### 3.1 A MULHER NO TEMPO E ESPAÇO BRASILEIRO (1940 – 2020): MÍDIA E PROPAGAÇÃO DE SEXISMO, MISOGENIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nesta seção será apresentado como os avanços tecnológicos, em grande parte, favoreceram o sistema econômico vigente se apropriando da mão de obra feminina para as fábricas e em casa os eletrodomésticos surgem como pretexto para “sobrar tempo” aos outros afazeres, em especial ao mercado de trabalho. Outro ponto relevante a ser explorado é o uso dos meios midiáticos utilizados para divulgar a cultura consumista e, muitas vezes também, depreciação da imagem da mulher.

Todos os aparatos domésticos que surgiram no decorrer dos séculos chamam atenção de qualquer dona de casa, porém, se nos debruçarmos a refletir sobre suas descobertas “milagrosas” e associá-las a modernidade será possível verificar que a tecnologia se revela mais a serviço do capital do que de fato as mulheres.

Embora se encontre marginalizada na sociedade de classes, a figura feminina é importante para o sistema produtivo, pois seu trabalho é indispensável à família, à sociedade e ao capitalismo. Como argumentado por Saffioti (1976):

[...] a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 1976, p. 36).

No trecho acima é possível perceber o quanto a mulher é importante, ou mesmo essencial, para o trabalho e ao capital, pois tem seus corpos explorados para satisfazer a ambição burguesa, esta capaz de transformar a mulher em máquina apta a produzir um exército de reserva para o mercado capitalista. Não bastava trabalhar com as máquinas, era preciso que as mulheres fossem máquinas

para proporcionar prazer aos homens e ao mercado, pois seria e geraria mão-de-obra proletária.

Assim, a partir da Revolução Industrial a invenção da máquina a vapor aumentou a produtividade e intensificou a urbanização, pois foi um período em que o êxodo rural ocorreu em massa. Naquele momento a mão-de-obra nas fábricas era importante para que a produção alcançasse os patamares desejados, apesar de que para a ganância capitalista não há limites de exploração e de enriquecimento, com base nos baixos salários do proletariado e das horas exaustivas de trabalho. Ainda, citando Saffioti (1976) a importância da mulher nas fábricas se dá pelo fator cultural de submissão, ou seja, frente às futuras reivindicações sociais ela seria o ponto fraco, conseqüentemente se submetia a exploração.

Exploração esta que se materializa também no salário, como argumenta Federici (2019a) indicando a relação existente entre o poder do capital sobre a classe trabalhadora e, até mesmo, dentro das camadas populares.

[...] o salário sempre tem dois lados: o lado do capital que o utiliza para controlar trabalhadores, garantindo que todo aumento de salário resulte em um aumento de produtividade; e o lado dos trabalhadores, que estão sempre lutando por mais dinheiro, mais poder e menos trabalho. (FEDERICI, 2019a, p. 81).

Assim, é possível compreender que o trabalho se aliena duplamente, primeiro numa composição machista que determina uma segunda alienação que é o papel da mulher dentro dessa estrutura produtiva. E isso nos faz refletir na desigualdade salarial entre homens e mulheres, ou seja, só as mulheres são alienadas pelo machismo, pois alienar é ausentar de si mesma.

As relações de desigualdade entre o trabalho assalariado e o capital no mundo capitalista não estão dissociadas do trabalho alienado, pois este gera valor capitalista, como argumenta Silva (1991). O valor capitalista como apresenta Silva (1991) está relacionado com o trabalho alienado, pois no mundo capitalista devemos levar em consideração as relações paradoxais entre o trabalho assalariado e o capital. Assim, “[...] o espaço capitalista na geografia é produzido pelas relações dialéticas entre os agentes diretos e indiretos do processo produtivo e a natureza”

(SILVA, 1991, p. 17). Ou seja, a construção da alienação também se dá por meio de narrativas organizadas historicamente e evidenciadas pela propaganda e marketing.

Nas subseções que seguiremos analisaremos o discurso apresentado em campanhas publicitárias que desvalorizam a figura feminina e estimulam o machismo na sociedade, dessa forma fica evidente a condição imposta à mulher. As mesmas foram divididas por período cronológico.

### **3.1.1 Propagandas machistas da década de 1940**

Na intenção de interpretar o discurso que envolve a publicidade, de cada período selecionado, é necessário compreender alguns marcos históricos que podem contribuir para a análise. Como é o caso da década de 1940 em que o mundo viu eclodir a Segunda Guerra Mundial fato que influenciou, em todos os aspectos, a vida em sociedade, momentos assustadores pairavam sobre a humanidade que vivenciou tempos de incertezas. Assim, com o envolvente desenvolvimento econômico pós-guerra surge uma quantidade enorme de produtos industrializados inovadores, que foram capazes de incentivar a cultura consumista inspirada no modo de vida norte-americano (estadunidense).

Diante da magnitude da Segunda Guerra Mundial é possível perceber a cólera, que é uma exaltação nacionalista exagerada, a exemplo temos o holocausto nazista, um extermínio em massa de judeus e outras minorias na Alemanha, tendo como objetivo uma “limpeza étnica” no país, que tinha Adolf Hitler no poder. Certamente, o holocausto se tornou um crime irreparável contra a humanidade, capaz de nos mostrar que extremismos instigam e destilam ódio e não direcionam o mundo a um caminho de coletividade e liberdade. No nazismo alemão a figura feminina era valorizada como reprodutora, pois ela seria capaz de gerar a raça ariana.

Na realidade, o nazista ideal era aquele cujos objetivos eram os objetivos do Reich. A existência desta expectativa tornava a mudança das demandas mais fácil. Não havia, a princípio, nenhuma



ruptura entre a imagem da mulher nazista dedicada aos filhos do Volk e a mulher que produzia armamentos nas fábricas. Afinal, se a função maior e mais fundamental da mulher nazista era garantir a continuidade da comunidade racial ariana e cuidar do futuro dos filhos do povo, ela deveria então fazer tudo o que fosse necessário para assegurar os objetivos nazistas. Sacrificaria tudo de si mesma, participando de atividades que, em outras condições, seriam da “esfera masculina”, mas que naquele momento precisavam da disponibilidade materna em dar-se de inteiro a seus filhos. O trabalho era um desdobramento de sua função de mãe. (MACHADO, 2021, p.52).

Em se tratando de feitos que envolvem a figura feminina, a década de 1940 pode ser considerada o divisor de águas para a emancipação da mulher, sua presença no mercado de trabalho é ampliada das indústrias para os escritórios, espaços que antes eram direcionados apenas aos homens.

A moda é outro ponto que merece destaque, a sensualidade, mesmo que discreta, começa a aparecer nas roupas (Figura 16) e o uso das calças tornam o cotidiano mais prático.

Figura 16 – Praia de Copacabana em 1947



Fonte: Tosetto (2013a).

A moda na década de 1940 sofreu influência direta da Segunda Guerra Mundial, as fábricas têxteis precisavam direcionar a produção de tecidos para roupas, pára-quadras e acessórios que eram usados pelos soldados no campo de batalha. O que interferiu na moda feminina, segundo Lima (2013) meias-calças deixaram de ser produzidas por um tempo para direcionar o nylon à produção de pára-quadras, o mesmo ocorreu com a seda e os tecidos de algodão às roupas dos soldados.

Quanto às campanhas publicitárias da década de 1940, essas utilizavam ilustrações e apresentavam muito texto, no intuito de fornecer informações detalhadas sobre o produto ao futuro consumidor, ao mesmo tempo convencê-lo a comprar. Porém, o que se presencia nessas propagandas é um sexismo exagerado, menosprezo a imagem feminina e a exaltação do homem tanto na vida pública quanto na privada. Analisemos a figura 17.

Figura 17 – Década de 1940: “O tônico dos que usam o cérebro”



Fonte: Júnior (2013a).

Na década de 1940 a propaganda do Neuro Fosfato ESKAY (Figura 17), chama a atenção para o marketing ofensivo a figura feminina, em que aponta a mulher “geniosa” como responsável pelo lar infeliz. E para solucionar este problema, bastaria tomar o neuro fosfato para recuperar as energias. Como se os problemas da mulher se resumissem de forma generalista a fenômenos psíquicos. E abaixo finaliza com a frase que possui duplo sentido: “o tônico dos que usam o cérebro”, mais uma vez enfatizando a “incapacidade” da mulher de pensar por si.

Analisando por trás do discurso daquela propaganda (Figura 17), pode-se verificar a não associação do esgotamento físico e mental da mulher a sobrecarga de funções dentro de uma vida doméstica, esta que não é compartilhada com os demais indivíduos que fazem parte e utilizam desse mesmo espaço. O esgotamento nervoso no qual é indicado na propaganda é consequência de um fardo que foi direcionado à mulher para carregar sozinha: a casa, os filhos, a educação dos filhos, o marido, manterem-se bela e sorridente. Até chegar o momento que seu corpo e sua mente não conseguem mais aguentar. Diante dessa situação o capitalismo apresenta uma solução, “ir às compras”, ou iniciar o processo de “drogar” a mulher para que aceite melhor a submissão ao homem.

Desse modo, compreendemos que a imagem da mulher, no passado, era condicionada pela sociedade como sendo um ser inferior e destinava a elas funções de pouco valor, seja na vida pública ou doméstica, mesmo assim era fundamental que ela mantivesse o sorriso como uma forma de tornar menos trágico o cotidiano da classe trabalhadora. E esse comportamento machista pode ser comprovado pelas propagandas do período, ora atacando a condição emocional, psicológica e ora valorizando (ou não) sua condição física como objeto de desejo, ou ainda incitando a competição com outras mulheres para ganhar a atenção dos homens.

Sendo assim, a imagem da mulher perfeita nas propagandas desta década (1940), a demonstrava sempre feliz em servir ao marido e à família. As suas necessidades particulares são negligenciadas pela sociedade, pelo homem e pela publicidade que rejeitavam o cansaço do cotidiano exaustivo da mulher.

A próxima propaganda (figura 18) da Indústria Reunidas Indian Epel Ltda de 1947, nos apresenta alguns fatores interessantes: verificamos uma mulher aparentemente feliz, maquiada, bem vestida, de salto alto ao lado de uma

enceradeira. Mesmo que essa fosse uma dona de casa cuidando dos afazeres domésticos, certamente não se vestiria assim para executá-los. Outro fator importante a ser refletido é o próprio ano que foi veiculado, ou seja, na década de 1940 as camadas mais carentes da sociedade só teriam contato com esse tipo de eletrodoméstico se trabalhassem em “casa de família”, pois o mesmo não caberia no orçamento humilde das mulheres operárias.

Figura 18 – Propaganda das Indústrias Reunidas Indian Epel Ltda, 1947

**ASSIM, A VIDA É MELHOR**

**LIQUIDIFICADOR ELÉTRICO PARA FRUTAS E LEGUMES**

**BATEDEIRA ELÉTRICA VÁRIOS TAMANHOS**

**EBULIDOR ELÉTRICO EPEL NOSSA FABRICAÇÃO**

**CHUVEIRO ELÉTRICO EPEL NOSSA FABRICAÇÃO**

**RÁDIOS DE TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS PREÇOS**

**ENCERADEIRA ELÉTRICA EPEL, ECONÔMICA PRÁTICA LÉVE E DE ACABAMENTO PERFEITO**

**Aparelhos elétricos de real utilidade para o conforto das donas de casa**

**PREÇOS ESPECIAIS PARA OS REVENDEDORES**

**EPEL**

**A MARCA QUE RESPONDE PELA EFICIÊNCIA DOS SEUS PRODUTOS GARANTIDA PELA FABRICA**

**INDÚSTRIAS REUNIDAS INDIAN EPEL LTDA.**

**LARGO SÃO BENTO 20 • FONE 3-1724**

Fonte: Júnior (2013b).

Assim, analisando a figura 18 e os aparelhos domésticos que aparecem na mesma (liquidificador, rádio, batedeira, espremedor e chuveiro elétrico) e que atualmente são tão comuns nos lares brasileiros, certamente, em 1947 não eram, e isto se deve a vários fatores, tais como: valor do produto; distribuição da rede de energia elétrica no território brasileiro; valor da energia etc. Esses aspectos evidenciados se relacionam diretamente ao fator econômico, pois não era qualquer indivíduo, ou melhor, “dona de casa” que tinha condições financeiras de adquirir um desses produtos. Outra questão que podemos apontar é a menção de que o trabalho doméstico é exclusivamente feminino o que reforça a imagem da mulher cuidadora do lar e da família, princípios do patriarcado.

### **3.1.2 Propagandas machistas da década de 1950**

Com o fim da Segunda Guerra, o mundo se encontra dividido entre duas grandes potências, União Soviética e Estados Unidos, período denominado de Guerra Fria. Na busca pela conquista de mais territórios e adeptos as suas ideologias, cada potência utilizou dos poderes de influência em diversos campos, corrida armamentista, espacial, economia, política dentre outros. Um grande aliado para a disseminação da ideologia, principalmente, capitalista naquele período foi à ampliação da tecnologia da informação e comunicação.

Em 1950 foi inaugurado no Brasil o primeiro canal de televisão da América do Sul, a TV Tupi, figura 19.

Figura 19 – Programa Sítio do Pica-Pau Amarelo, TV Tupi nos anos de 1950



Fonte: O SÍTIO... (2022).

O televisor foi uma grande novidade que invadiu as casas da classe média brasileira e aliada ao cinema colaborou com a difusão do padrão de vida estadunidense influenciando os jovens da época. Essa década ficou conhecida como “anos dourados” (AZEVEDO, 2019), marcado pela modernização produtiva e manutenção do plano desenvolvimentista iniciado por Getúlio Vargas. Assim, consolidou-se a sociedade urbano-industrial, muitos eletrodomésticos surgiram para ajudar nas árduas tarefas domésticas tais como, aspiradores de pó e máquinas de lavar roupas capazes de lavar, centrifugar e secar.

Porém, vale lembrar que na década de 1950 grande percentual das mulheres ainda mantinha-se ou era mantida “presa” ao espaço doméstico, enquanto o homem transitava pela via pública da vida, dos negócios e da política, pois cabia a ele a “responsabilidade” do sustento e a sociabilidade fora de casa. Como podemos verificar na figura 20. O Vale do Anhangabaú retratado em 1955 é uma comprovação do espaço público direcionado aos homens, pois não visualizamos mulheres circulando no espaço fotografado, o que nos leva a considerar que a mulher não circulava nas ruas centrais.

Figura 20 – Vale do Anhangabaú em 1955



Fonte: Tosetto (2013b).

Como apresentado por Vieira (2005) os espaços centrais e industriais são destinados a circulação dos homens, enquanto que a figura feminina no discurso comercial é tida como espaço vazio, que deve ser preenchido pelo consumo tornando-se consumidora.

Como espaços de reprodução biológica, os corpos femininos são representados como vazios, necessitando de cuidados enquanto guardam o preenchimento pela maternidade. Nas relações afetivas, a mulher deve ser guardada no interior da casa e o seu papel é o de guardiã passiva do bem-estar masculino. (VIEIRA, 2005, p. 2017).

Assim, ao interpretar o espaço central como sendo o espaço do homem é possível retornar as reflexões do início desta tese, que aponta a intencionalidade de manter a mulher no espaço doméstico para cuidar do “bem-estar” do homem. Em 1952 a Bombril lança uma propaganda, aparentemente inofensiva, porém, reforça o direcionamento das atividades domésticas à mulher, como algo natural, ou melhor, naturalizado à figura feminina. A imagem de uma pessoa feliz lavando as louças é apresentada de forma a consolidar o espaço doméstico que apresentamos no capítulo 1, em que a mulher é responsável por todas as tarefas, pois a naturalização sustentava o estereótipo de “rainha do lar” (SANTOS, 2016). E assim, ao desempenhar as funções e papéis a ela delegada pela sociedade machista ganhava

o título de “rainha do lar”, mas ao negar essa condição era tida como mulher “histórica”. A década de 1950, ainda, reforçava que a mulher deveria seguir seu destino biológico e natural de ser esposa, mãe e dona de casa.

O período pós-guerra trouxe transformações em diversos setores e aspectos da vida em sociedade como ressalta Vieira (2005):

Em decorrência da nova ordem econômica, os mercados e, sobretudo, os sujeitos passam por profundas transformações e muitos qualificam somente em termos das alterações da economia. Mas, ao contrário, elas implicam mudanças políticas, culturais e tecnológicas, uma vez que recebem influências, principalmente, do avançado sistema de comunicação. (VIEIRA, 2005, p. 208).

Porém, as transformações não conseguiram influenciar com a mesma velocidade, a construção da liberdade feminina. Como podemos verificar na figura 21, após a despedida dos convidados, cabe a mulher, “rainha do lar”, lavar as louças com a “esponja mágica BomBril”. As propagandas desse período enfatizam a condição de subordinação, reafirmando a opressão da reprodução na família.

Figura 21 – Propaganda da Bombril veiculada no jornal “O Estado de São Paulo”, 1952



Fonte: Júnior (2015).



Os “anos dourados”, como apresentado por Santos (2016), colaboraram com a efetivação do título de “rainha do lar” à mulher, visto que nesse período surgiram manuais destinados às mulheres, instruindo-as em como ser uma boa dona de casa, pois para exercer esta função era necessário “apenas” apresentar habilidades para as tarefas domésticas e cuidados com o esposo e filhos. Assim, aquele período parece ser marcado pelo não reconhecimento da intelectualidade feminina.

A próxima propaganda (figura 22) evidencia a ideologia da década de 1950, ou seja, reforça o papel da mulher no lar, como cuidadora e responsável por tudo e todos neste espaço. E mostra como o “Dia das Mães” no Brasil, desde o momento em que foi instituído, colabora para o consumismo e o direcionamento de presentes a elas para que continuem trabalhando em prol da família, não as enxergam como um ser humano que necessita, também, de ser cuidada. Mais um exemplo da cultura que propaga a masculinidade e machismo no meio social e privado.

Figura 22 – Walita para o Dia das Mães, 1954

No Dia das Mães...

UM PRESENTE ÚTIL  
A FARÁ AINDA  
MAIS FELIZ!

LIQUIDIFICADOR **Walita**

E se a mamãe já tiver um **Walita**...  
Escolha um dos maravilhosos acessórios exclusivos, que tornam o Liquidificador Walita ainda mais útil!

A mamãe se sentirá sempre feliz, qualquer que seja seu presente... mas um presente útil com certeza a deixará ainda mais contente! Escolha um presente útil... Escolha um Liquidificador Walita, o mais completo dos liquidificadores. Nenhum outro presente terá tanto valor para a mamãe!

Produzido pela  
**ELETRO-INDÚSTRIA WALITA S. A.**  
A MAIOR FÁBRICA DE LIQUIDIFICADORES DO MUNDO  
Caixa Postal 4.385 - São Paulo

Fonte: Júnior (2013c).

O trabalho doméstico remunerado ou não, é desvalorizado ao ponto de se tornar invisível aos olhos dos outros, estes outros entendidos como sendo aqueles que se beneficiam desse trabalho, porém, não o executam. Segundo Federici (2019a),

Dada a invisibilidade social do trabalho doméstico, não surpreende que os economistas não tenham percebido que ao longo dos anos 1960 e 1970 esse trabalho foi o principal campo de batalha para as mulheres, tanto que sua escolha por empregos no mercado de trabalho deve ser vista como uma estratégia usada para se libertarem dessa ocupação. (FEDERICI, 2019a, p. 89).

Embora, posteriormente, a mulher tenha ingressado no mercado de trabalho na intenção de se libertar dos afazeres e das múltiplas funções domésticas, a maioria não consegue se desprender dessa ocupação. E isso ocorre, pois segundo Santos (2016) as mulheres dos “anos dourados” precisavam se dedicar ao matrimônio de forma extraordinária, pois sua vocação era a maternidade e o cuidado com a casa e a família, o que nos direciona a pensar que as tarefas domésticas eram, naquele período, exclusividade da mulher, portanto, não eram compartilhadas.

### **3.1.3 Propagandas machistas da década de 1980**

A década de 1980, que ficou conhecida como “década perdida” (BARAO, 2021), foi um período difícil para a população brasileira vista a estagnação econômica, a instabilidade financeira pelo qual o país se encontrava e que gerou uma hiperinflação. O que efetivou num período de transição, momento em que o Regime Militar desmorona e aos poucos surge o movimento das “Diretas Já” e mobilizações populares pela democracia (figura 23).

Figura 23 – Mobilização popular por democracia



Fonte: DOCUMENTÁRIO... (2013).

Mesmo com o PIB brasileiro em baixa e as desigualdades sociais em alta, foi uma década que o segmento artístico teve grande contribuição nos protestos contra o que restringia a liberdade da nação e a derrubada da censura. Como exemplo pode ser citado o rock nacional que inseriu em suas músicas a repulsa contra os moldes tradicionais impostos a sociedade brasileira, como na música “Ideologia” (1988) composta por Cazusa e Roberto Frejat e interpretada por Cazusa. A música nos apresenta a realidade dos jovens do período, a rebeldia é expressa como protesto há anos de censura, pois pós Regime Militar o cenário político não é motivador. E assim, frente aos desejos dos jovens associados aos modelos sociais da época, o rock nacional ressurgiu com canções carregadas de protesto em suas letras.

Quanto ao cenário mundial o declínio do Socialismo direciona o fim da Guerra Fria, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a ascensão do Capitalismo no mundo impulsionando cada vez mais o consumismo e a exploração entre os povos. Exploração que, desde sua posição hegemônica mundial, não deixou de existir a cada ano, presenciamos as desigualdades sociais

umentando e isso só é possível porque são estas desigualdades que mantêm o capitalismo no poder.

Contraopondo a busca pela liberdade da juventude brasileira, a liberdade apresentada pela publicidade na década de 1980 reforça os papéis sexuais à mulher, pois retira da posição de coadjuvante em relação aos papéis sociais e eleva como objeto principal, ela é objetificada diante do apelo sexual de propagandas machistas. A mulher que, servia a casa e todos que nela habitam, agora é direcionada a continuar servindo, escancaradamente, aos desejos sexuais do homem. Como verificamos na figura 24.

Figura 24 – Apelo sexual na propaganda da Casa das Cuecas, 1982

**Dê para o seu namorado.**

Oferta para namorado infidente  
Pijama longo, fio escócia, só Cr\$ 2.200,00

Presente para namorado esportivo  
Training de moletom apenas Cr\$ 4.600,00

E para o romance que dá pé: meia tamanho único por Cr\$ 320,00 o par

Dia 12 de junho é o dia do seu namorado em qualquer uma das nossas 11 lojas. Não deixe de dar para ele: temos mais de 500 artigos diferentes com etiquetas famosas, e preços apaixonantes.

**CASA DAS CUECAS**

R. Barão de Itararé, 200  
R. Marconi, 19  
R. Augusta, 1985  
R. Augusta, 2562

R. Teodoro Sampaio, 2119 (Pinheiros)  
R. João Cachoeira, 574 (Itaim)  
R. Princesa Isabel, 219 (Brooklin)  
R. Voluntários da Pátria, 2504 (Santana)

R. 12 de Outubro, 237 (Lapa)  
Shopping Ibirapuera Piso Jursipá - Loja 74  
e agora também no  
Morumbi Shopping - Nível Térreo - Loja 67.

Fonte: Júnior (2013d).

O duplo sentido apresentado na figura 24, mesmo que tenha tentado ser descontraído, não deixa de apresentar um fundo machista. Nas letras menores a dualidade permanece “[...] é o dia do seu namorado [...]. Não deixe de dar para ele [...]”. A ligação que a sociedade faz entre a mulher, o homem e o sexo está direcionada para que a mulher satisfaça os desejos masculinos, pois os seus são apresentados com menor importância. Nesse sentido, Federici (2019a) defende que o sexo para mulher é mais um trabalho.

[...] é sempre a mulher que sofre mais com o caráter esquizofrênico das relações sexuais, não apenas porque chegamos ao final do dia com mais trabalho e mais preocupações nas costas, mas também porque temos a responsabilidade de fazer a experiência sexual prazerosa para o homem. Esse é o motivo pelo qual mulheres costumam ser menos sexualmente responsivas que homens. Sexo é trabalho para nós, é um dever. O dever de agradar é tão construído em nossa sexualidade que aprendemos a ter prazer em dar prazer, em provocar os homens e excitá-los. (FEDERICI, 2019a, p. 56).

Infelizmente, a sociedade machista mantém a imagem da mulher relacionada ao sexo e a responsabiliza pelo prazer sexual do homem. A intencionalidade das propagandas de colocarem a mulher em posição vexatória ou de objeto sexual, ainda perdura. As propagandas evoluíram em algumas questões, mas, o caminho a ser percorrido para alcançar o respeito e a aceitação da mulher em posições de poder e tomadas de decisões, ainda é longo.

### **3.1.4 Propagandas machistas no início do século XXI**

O início do século XXI no Brasil é marcado por muitas conquistas feministas, o que não significa dizer que elas são cumpridas. Nos últimos anos, além da luta contra uma sociedade machista, capitalista e defensora dos interesses da elite brasileira, ainda é preciso lutar contra a ideologia de um governo, 2019 a 2022, que oprime, debocha e desrespeita as pessoas, principalmente as mulheres. Infelizmente não é possível esperar o cumprimento das leis resultantes dos avanços legais que abordam as questões feministas ou mesmo humanitárias de um chefe de

Estado – período 2019 a 2022 – que não preza pelo cuidado com o outro, embora seja o responsável pelos povos que habitam esse território.

O objetivo desta seção é de apresentar a análise das propagandas machistas veiculadas no século XXI, mas, não poderíamos deixar de analisar também, o machismo e sexismo escancarado de uma sociedade que mantém comportamentos que defendem a cultura da agressão sexual. Assim, pontuamos o acontecimento em 2015 em que circularam adesivos com montagem da ex-presidenta Dilma Rousseff com pernas abertas para ser colado na entrada do tanque de combustível dos automóveis, disponíveis em Salomão (2015), mas, que se optou por não reproduzi-la por tratar-se de um ato criminoso de constrangimento humano.

Adesivos como o mencionado, foram comercializados em site de vendas no ano de 2015 como formas de protesto pelo aumento do combustível no país. Protestar é um ato democrático, como forma de expressar oposição a uma situação e que deve ser realizado por meio de embasamentos, quer seja político, científico, dentre outros. Porém, neste caso verificamos a ridicularização de uma mulher que ocupava o cargo de maior poder do país, o de chefe de Estado. Ato repugnante e que não configura protesto, mas, de preconceito e discriminação realizados por uma camada da sociedade que mantém o patriarcado, machismo e exclui as mulheres das relações estabelecidas em sociedade. A analogia descrita (SALOMÃO, 2015) nos remete a violação sexual, ao estupro, este que não fere somente o corpo, ele atinge dimensões psicológicas, emocionais imensuráveis e não deveria jamais ser utilizado como motivo de piada.

Assim, compreende-se que a violência política pode evidenciar a violência de gênero, desse modo a Lei 14.192 de 2021 é importante, pois constranger, humilhar, assediar, por quaisquer meios, mulheres eleitas ou não, configura crime e deve ser fiscalizado e denunciado. Infelizmente, o Brasil presenciou manifestações misóginas e sexistas contra a ex-presidenta Dilma Rousseff que se prolongou até o momento de sua deposição em 2016.

O conteúdo sexualmente violento ganhava espaço na internet ao mesmo tempo em que a violência de gênero se expressava na mídia empresarial pela estigmatização de Rousseff e das mulheres como não capazes de atuação na política, sobretudo em contexto de crise.

Nas imagens que circularam em memes confirmavam que o espectro dos estereótipos aceitáveis se alargava. (BIROLI, 2018, p. 80).

Em vários momentos da história a figura feminina foi vilipendiada, porém, na contemporaneidade a desvalorização e humilhação ganham grandes proporções devido ao uso da rede mundial de computadores (internet). O fato de que cada vez mais, mulheres usufruem de espaços que antes eram destinados somente aos homens, causa um mal-estar na sociedade machista. E esta precisa resolver a situação, pois o poder não pode ser delegado à mulher, porque o poder é machista. Assim, é preciso violentar psicologicamente e/ou fisicamente para que desistam.

Conforme mencionada no início desse trabalho, uma situação que representa o sofrimento da violência contra a mulher no Brasil é o da vereadora no Rio de Janeiro Marielle Franco, vítima de violência política e feminicídio. Assim, foi possível refletir que a campanha política em 2018 foi um amargo aperitivo do que enfrentamos nos anos seguintes. O assassinato de Marielle Franco nos faz avaliar o quanto às conquistas das mulheres nos cargos políticos ainda incomodam muitos homens que não aceitam o protagonismo delas em ambientes que antes eram, apenas, deles.

[...] às mulheres na política e a uma condição de maior participação na vida pública. Em conjunto, reconfiguram a participação social das mulheres e colocam em risco a posição em que a ofensiva conservadora e o governo pós-deposição querem colocá-las, a de sujeitos na vida doméstica, mas não na vida pública; em outras palavras, a de indivíduos domesticados. (BIROLI, 2018, p. 81).

Como apresentado por Biroli (2018) o conservadorismo tem buscado armas para domesticar as mulheres e a campanha eleitoral de 2018 foi um exemplo da prevalência do discurso ofensivo, retorno do modelo tradicional de família, esse que não favorece a mulher, pois a aprisiona num espaço violento de exploração e que, historicamente não foi totalmente superado. Desde quando era deputado federal Jair Bolsonaro destila injúrias à figura feminina, como podemos verificar algumas de suas falas em eventos públicos. “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (GREGO, 2017). E como presidente disse: “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, diz Bolsonaro” (QUEM quiser..., 2019)

As falas do presidente, nem de longe são cômicas, pois negligencia toda a luta histórica que as mulheres têm travado contra o turismo sexual, este que já foi por décadas, incentivado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), em suas propagandas, como podemos verificar na figura 25.

Figura 25 – Propaganda Embratur, 1983



Fonte: Kajihara (2010).

A imagem da mulher brasileira seminua foi usada como atrativo aos turistas estrangeiros, pois “[...] a imagem é um aspecto de grande influência no imaginário de um indivíduo e, portanto, a divulgação dessas imagens pelo órgão oficial de turismo certamente contribuíram para a intensificação do turismo sexual no país” (KAJIHARA, 2010, p.9).



Sendo assim, reconhecemos que o problema da fala do ex-presidente Jair Bolsonaro não se limita a figura feminina, mas também, há características homofóbicas, o que incita a sociedade retroceder e não erradicar preconceitos estabelecidos as minorias, bem como ao recuo do respeito, direitos e liberdade de escolhas do ser humano. Embora sejam temas relevantes para se refletir, nos atentamos a avaliar seu posicionamento frente à figura feminina, e a função a ela estabelecida na sociedade e na família.

Atualmente, vivenciamos o reflexo das palavras do ex-presidente Bolsonaro, que em sua campanha para reeleição em 2022 apresentou como lema “Deus, pátria, família e liberdade”, eis o momento de retomar a reflexão acerca da família, esta que há muito tempo é sinal de dominação do homem sobre os seus, que se encontra num microespaço que reproduz a dominação do capital sobre o homem efetivado no macroespaço. Nesse sentido é relevante evidenciar que, segundo Massey (2000) embora o capitalismo determine a experiência no espaço, quem delimita a mobilidade da mulher no mesmo são os homens (figura 26), ou seja, mesmo depois de tantas conquistas a mulher, principalmente das camadas mais pobres, ainda se encontram comandadas pela figura masculina que enfatiza uma hierarquia social que classifica a mulher como ser inferior.

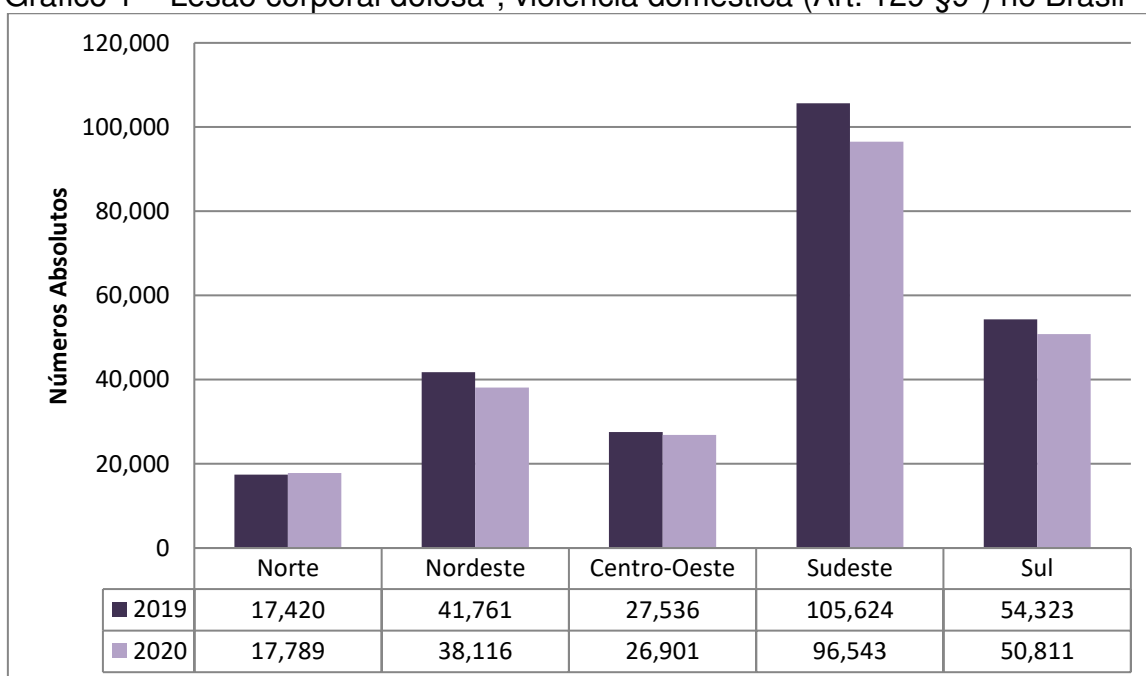
Figura 26 – Mobilidade da mulher no espaço num contexto de opressão



Fonte: A autora.

E a inferioridade enfatizada na hierarquia social só existe quando alimentada pelo estereótipo conservador que limita o espaço da mulher ao cuidado do lar e educação dos filhos, pois “[...] o poder patriarcal, o poder que os homens usam para dominar as mulheres, não é apenas um privilégio das classes altas e médias dos homens brancos, mas um privilégio de todos os homens na sociedade sem olhar a classe ou a raça” (HOOKS, 2014, p.64), ou seja, mesmo sendo de camadas mais pobres, o homem ainda é capaz de oprimir e violentar as mulheres. E esta violência doméstica pode ser comprovada no Anuário brasileiro de Segurança Pública (2021), que apresenta dados dos anos 2019 e 2020 que foram representados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Lesão corporal dolosa<sup>6</sup>, violência doméstica (Art. 129 §9º) no Brasil



Fonte: A autora.

Dados: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

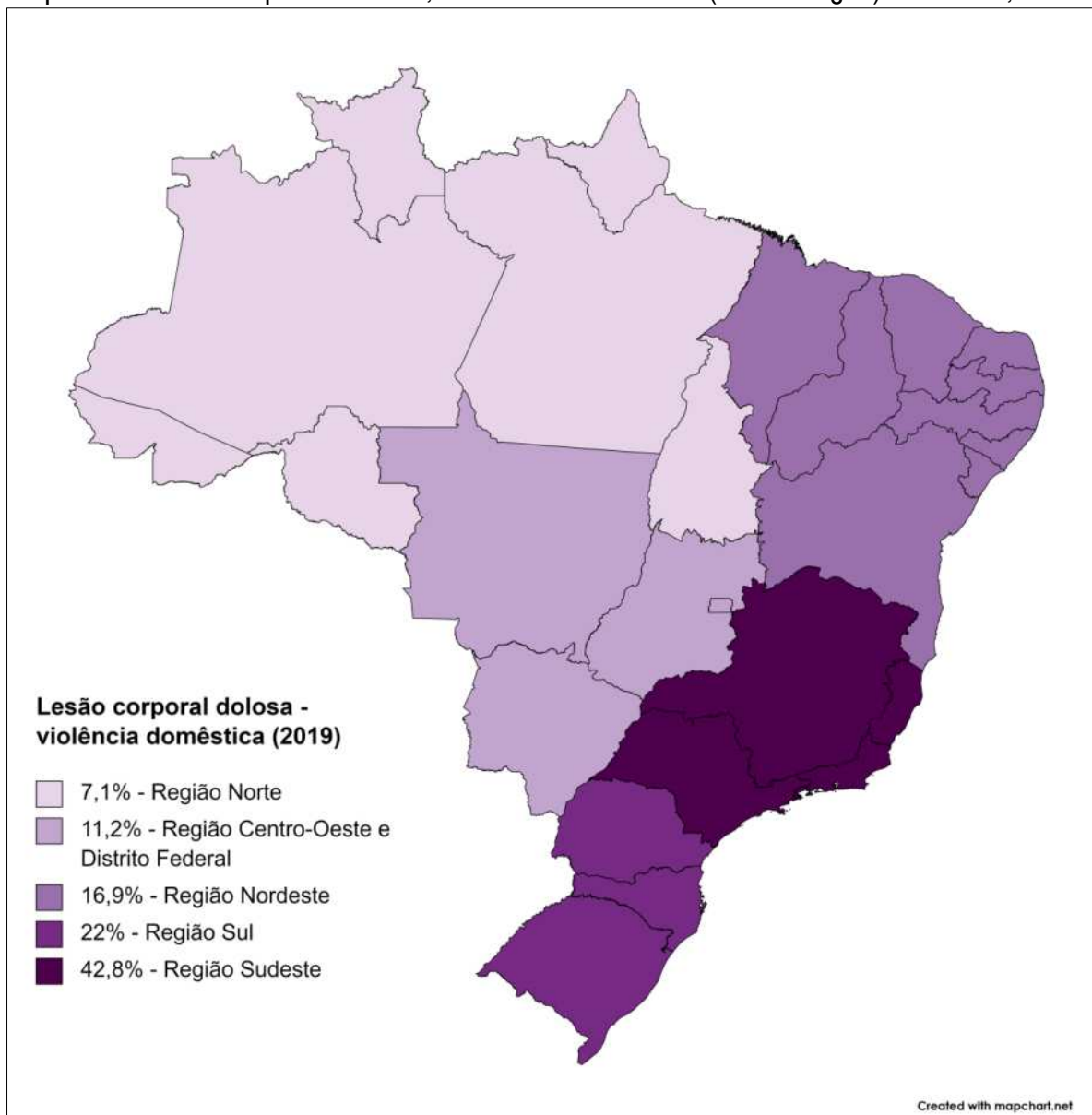
Por meio desses dados é possível verificar o quanto a violência contra a mulher no Brasil merece atenção, pois as relações tanto no espaço doméstico quanto fora dele, quando somados a relação de poder, opressão e submissão por conta da condição de gênero são capazes de aprisionar corpos de seres humanos,

<sup>6</sup> A lesão corporal dolosa praticada em contexto doméstico refere-se a todo ato de violência física praticada contra a mulher no ambiente familiar (Art. 129 § 9º).

classificados como inferiores na hierarquia social patriarcal. Infelizmente esses dados remetem a fatos registrados e consumados por lesão dolosa, porém, é possível que haja muitos casos que ocorram sem que as autoridades de segurança sejam acionadas e tantos outros que não se efetivam nas vias de fato, mas, em assédios psicológicos e morais.

Os dados apresentados no gráfico 1 foram transformados em linguagem cartográfica e o resultado pode ser observado no mapa temático 1. Essa conversão de linguagem auxilia o trabalho na educação básica e é possível com ajuda de aplicativos de fácil manuseio com os alunos em sala de aula, Para a produção do mapa 1 foi utilizado o Mapchart, gratuito e pode ser usado na versão online ou baixar o aplicativo em smartphones ou tablet. Assim, transformar os dados estatísticos em formato visual auxilia na alfabetização geográfica em sala de aula. Esta metodologia pode ser aplicada aos alunos utilizando do laboratório de informática da escola, pois enquadra na unidade temática “Formas de representação e pensamento espacial” da BNCC (BRASIL, 2018).

Mapa 1 – Lesão corporal dolosa, violência doméstica (Art. 129 §9º) no Brasil, 2019



Fonte: A autora.

Dados: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A partir dos dados apresentados utilizando da linguagem gráfica e cartográfica é possível refletir sobre os números de violência doméstica sofridos pelas mulheres nos anos de 2019 e 2020. E também é visualizamos um decréscimo nos registros de um ano à outro, segundo as Secretarias de Segurança Pública. Para compreender este cenário é necessário analisarmos que 2020 marcou o início da pandemia da Covid-19 no Brasil sendo orientado, pela Organização Mundial de

Saúde, o distanciamento bem como adoção de medidas de isolamento social, com o propósito de conter o avanço do corona vírus. Assim, compreendemos que durante o período de distanciamento social a família estaria junta no espaço doméstico, o que dificultaria para mulher realizar registros dos atos violentos tentados dentro de casa pelo companheiro.

No Brasil as políticas de combate a violência doméstica esbarram, muitas vezes, no medo da denúncia pela vítima, na morosidade do processo dentre outros fatores que podem auxiliar na impunidade do agressor pelos órgãos competentes, e isso ocorre mesmo diante dos resultados de pesquisas que demonstram os altos índices de agressão nesse espaço. Embora a polícia não saiba indicar a autoria no momento do registro, “sabemos que a maioria dos feminicídios no Brasil são feminicídios íntimos, ou seja, perpetrados pelo parceiro íntimo da vítima, companheiro ou ex-companheiro” (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021). O conservadorismo no país delega à família o lugar de proteção, contrariando as estatísticas que apontam que a maior parte das agressões contra mulheres acontecem no ambiente familiar.

Durante o período pandêmico as delegacias mantiveram o atendimento ao público dos serviços de segurança, por serem considerados essenciais à população. Porém, orientou que a população realizasse, quando necessário, o registro de ocorrência via online - somente para os estados que aderiram ao sistema de boletim de ocorrência online do Ministério da Justiça e Segurança Pública -, no intuito de diminuir o risco de contaminação (VIOLÊNCIA..., 2020).

Logo, essa orientação pode ter contribuído para dificultar o acesso das mulheres aos instrumentos de denúncia, principalmente quando agressor e vítima compartilham o mesmo espaço em tempo integral. Infelizmente, a violência masculina contra a mulher possui raízes mais profundas, na promoção do sexismo numa sociedade carregada culturalmente pelo patriarcado, como aponta Hooks (2014) o homem canaliza suas agressões frustradas em direção àqueles que, culturalmente, não possuem poder, ou seja, mulheres e crianças.

A violência masculina contra as mulheres aumentou na América nos últimos vinte anos. Os anti-feministas argumentaram que a mudança dos modelos de papéis sexuais ameaçou os homens e por isso eles estão a demonstrar a sua raiva através da brutalidade doméstica.

Eles afirmam como apoiantes do domínio masculino que os atos de violência contra as mulheres irão continuar até que a sociedade regresse aos bons tempos, onde os papéis sexuais eram nitidamente delineados. (HOOKS, 2014 p.76).

Como apontado por Hooks (2014) no trecho citado, embora os anti-feministas acreditem na alteração dos papéis sexuais e estes como ameaça aos homens, o que de fato ameaça a humanidade são as relações de poder estabelecidas sobre os corpos e seu deslocamento no espaço, ou seja, uma mobilidade direcionada por aqueles que acreditam possuir o poder sobre os outros. Assim, as mulheres são direcionadas pelos homens por se reconhecerem superiores a elas. Essa superioridade está na composição do papel histórico do homem no modo de produção capitalista. Não é necessário que homens e mulheres sejam iguais, pois não são. O que precisa ser compreendido são as relações das diferenças, como apresentado por Massey (1991):

Existem diferenças no grau de movimento e comunicação, mas também no grau de controle e iniciação. As formas como as pessoas são colocadas dentro da 'compressão espaço-tempo' são altamente complexas e extremamente variadas. Mas, isso por sua vez, levanta imediatamente questões de política. Se a compressão tempo-espaço pode ser imaginada na forma mais socialmente formada, socialmente avaliadora e diferenciada, então pode haver aqui a possibilidade de desenvolver uma política de mobilidade e acesso. Pois parece que a mobilidade e o controle da mobilidade refletem e reforçam o poder. Não é simplesmente uma questão de distribuição desigual, que algumas pessoas se movem mais do que outras, e que algumas têm mais controle do que outras. É que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem enfraquecer ativamente outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a alavancagem do já fraco. A compressão tempo-espaço de alguns grupos pode prejudicar o poder de outros. (MASSEY, 1991, p. 4).

Assim, compreendemos que essa distribuição desigual do espaço é necessária, para a efetivação da sociedade capitalista que delimita os espaços e funções sociais a cada camada. Não há trânsito livre, a mobilidade depende do papel social exercido pelo indivíduo, de modo que a elite possui privilégios que garantem sua liberdade de transitar, de consumir a força de trabalho e controlar os grupos marginalizados. E é nessa mesma via que as mulheres são direcionadas.

Logo, é preciso reconhecer que, atualmente, a mulher é uma parcela significativa da sociedade brasileira e possui grande relevância no cenário econômico e político do país. Outro fator que deve ser considerado é que, segundo o censo eleitoral de 2020 (CENSO..., 2020), o Brasil possui mais de 77 milhões de eleitoras o que corresponde 52,49% do total de eleitores do país, fato que deve ser levado em consideração por aqueles que desejam alcançar cargos políticos.

A intencionalidade de apresentar propagandas de diversas décadas associadas ao poder da mídia na propagação do sexismo foi para demonstrar que, mesmo com o passar dos anos, evolução tecnológica, modernidade, maior autonomia da mulher na sociedade as publicidades ainda direcionam suas propagandas objetificando a mulher e seu corpo. O propósito por trás do discurso das imagens e midiático não é elevar a mulher a outro patamar, mas, manter a hegemonia capitalista e dentro dessa engrenagem a mulher é consumidora em potencial e, também, mercadoria.

### 3.2 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA, AMARGA ILUSÃO

A independência financeira feminina foi criada pelo capitalismo, no intuito de fazer com que as mulheres servissem de mão-de-obra para o mercado, pois este necessitava aumentar a massa trabalhadora. Em se tratando de mulheres que se encontram desprovidas de instrução e dinheiro, essa independência nunca existiu, pois o trabalho assalariado nas camadas mais baixas da sociedade é o meio que possibilita o sustento aos seus filhos colaborando com o cônjuge ou como arrimo da família. Assim, para uma assalariada o que se ganha não é, nem suficiente para as questões básicas de sua família, muito menos para ser independente.

A independência financeira feminina é um mito, não é real para a maioria das mulheres, pois a exploração do trabalho das mulheres, pela divisão de camadas sociais, faz parte da estrutura de sociedade na qual se está inserida, ou seja, a exploração econômica gera poder às camadas dominantes sobre as dominadas. De modo que, para extinguir esse abuso sobre a mulher trabalhadora será necessário a

realização da reestruturação social. Porém, eis o desafio de intervir na realidade e alterar as espacialidades. Eis mais uma discussão que pode ser realizada na educação básica, pois se enquadra na unidade temática “Mundo do Trabalho”, cujo objeto do conhecimento compõe a “desigualdade social e trabalho”.

Ao longo dos séculos a mulher sempre trabalhou, porém, o que o capitalismo apresenta é uma exploração ainda maior dos corpos femininos nesse espaço geográfico de contravenções, como argumenta a autora:

Ainda que a história tenha se concentrado, hegemonicamente, no universo masculino e de cor branca, as mulheres sempre trabalharam e continuam trabalhando ainda mais que os homens. A naturalização da invisibilidade e a desvalorização do trabalho da mulher no capitalismo, seja em casa ou nos espaços profissionais, têm o propósito de legitimar a desigualdade de gênero/sexo, raça/etnia dentro da diversa classe trabalhadora. A precariedade hegemônica da inserção feminina no universo do trabalho é um “mal necessário” à acumulação flexível. (OLIVEIRA, 2020, p. 247).

A mulher trabalhadora não sabe o que é independência financeira, pois trabalha para sustentar a família e o que ganha nem sempre é o suficiente para o básico, muito menos para suprir algum outro desejo que não seja de manter o alimento na mesa e as contas em dia, segundo Saffioti (1976):

[...] Atentando-se para o fato de que o salário não representa o valor criado pelo produtor imediato e que muitas vezes não chega mesmo a corresponder às necessidades de produção e reprodução da vida de trabalhador, pode-se afirmar, com segurança, que à mulher das camadas menos privilegiadas o trabalho se impõe como meio de subsistência [...]. (SAFFIOTI, 1976, p. 39).

É o momento de abrir um parêntese, a BNCC (BRASIL, 2018) apresenta o mundo do trabalho como objeto do conhecimento que deve ser trabalhado na educação básica, no intuito de auxiliar os estudantes a pensar em projetos de vida e preparação para o mercado. Porém, o que não é refletido são as reais condições do mercado de trabalho e como este é desigual. O trabalho doméstico não remunerado não é reconhecido como trabalho, portanto, não faz parte daquele documento orientador. A presença da mulher no mercado de trabalho nem é citada na BNCC,



desse modo compreendemos que a conquista de direitos e contribuição feminina na evolução socioeconômica do Brasil é negligenciada.

Assim, o espaço feminino e o espaço masculino não se misturam na sociedade capitalista, são distintos e bem definidos, embora o espaço masculino influencie a ordenação da espacialização da mulher e sua (in)dependência financeira. E isso é possível graças à acumulação financeira agregado à precarização estrutural do trabalho, somada à incapacidade do capitalismo em promover o bem-estar social, como apontado por Oliveira (2020):

[...] A forma valor se desenvolve por instâncias não produtivas do modo de produção capitalista, fazendo trabalho abstrato e da exploração “formas fictícias”, mas sem perder a mesma eficácia ontológica das formas constitutivas do valor. Dessa forma, o capitalismo deixa claro que é incapaz de realizar promessas de bem-estar social e emprego decente para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Em novas formas de extração e realização da mais-valia a acumulação financeira converge para a precarização estrutural do trabalho, e no centro dela estão as mulheres. (OLIVEIRA, 2020, p. 248).

Nesse trecho podemos perceber o quanto esses espaços são diferentes, mesmo que um homem trabalhador seja explorado pelo sistema hegemônico, ainda assim, não se compara a exploração sofrida pela mulher, pois o ambiente doméstico passa ser uma extensão do macroespaço socioeconômico, que baseada na organização patriarcal de nossas sociedades mantém as injustas desigualdades culminando na dupla exploração da mulher.

Mas, a culpa não é delas, sim da sociedade que prega uma ideologia de igualdade, esta que ainda não foi conquistada. É necessário destruir as barreiras ideológicas, pois segundo Delphy (2004, p.6) “[...] a igualdade constitui um ideal a ser construído contra uma realidade feita de desigualdades continua sendo um dos desafios mais importantes para o feminismo”.

É imprescindível lutar não, somente, contra o machismo e suas mazelas institucionalizadas é necessário ir além, na busca por (re)corporificar as minorias invisibilizadas. O período em que o Brasil foi governado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), trouxe impactos negativos para a figura feminina, desde

suas falas sexistas até o legado deixado por ele e reproduzido ou efetivado por homens que comungam da mesma ideologia machista, que contamina a sociedade.

A imagem da mulher sempre foi alvo das falas do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o menosprezo era evidente, como podemos verificar em mais um momento registrado, dessa vez numa *live* em 22 de abril de 2021, quando falou sobre o projeto de lei que amplia a multa contra empresas que praticam discriminação salarial contra as mulheres:

É difícil para a mulher arranjar emprego? Sim, é difícil para todo mundo, para a mulher é um pouco mais difícil. Se o emprego (para a mulher) vai ser quase impossível ou não, ou você vai dizer o patrão tem que tomar vergonha na cara e pagar o salário justo... Pode ser que o pessoal não contrate, ou contrate menos mulheres, vai ter mais dificuldade ainda (TOMAZELLI; BEHNKE, 2021, online).

A fala apresentada acima nos remete a Idade Média em que a mulher possuía funções supostamente sem valor. Porém, com a hegemonia capitalista a mão-de-obra feminina seria imprescindível para o mercado, pois a inclui de forma excludente que evidencia a desvalorização do trabalho feminino, precarização e manutenção dos baixos salários. Desse modo, a fala do ex-presidente evidencia a cultura hegemônica que consome de maneira sofrível a força de trabalho feminina, a ponto de direcioná-las à margem da economia, ao passo de culpabilizá-las pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho ou ao desemprego.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres é evidenciada pela

[...] diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. (FEDERICI, 2017, p. 232).

Assim, como apresentado por Federici (2017) o antagonismo de classe foi desviado para o antagonismo entre homem e mulher, de modo a separar os trabalhadores e aliená-los.

[...] o poder que os homens impuseram sobre as mulheres, em virtude de seu acesso ao trabalho assalariado e de sua contribuição

reconhecida na acumulação capitalista, foi pago pelo preço da autoalienação e da “desacumulação primitiva” de seus poderes individuais e coletivos. (FEDERICI, 2017, p. 234).

Sendo assim, a desalienação é necessária para que haja ruptura do poder imposto sobre as mulheres e seu acesso ao trabalho assalariado, pois

[...] não há ciência, empregos e dignidades a que as mulheres não tenham tanto direito de pretender como os homens; pois que eles não podem alegar outra superioridade que a força do corpo, para justificar o cuidado que têm de arrogar a si toda autoridade e prerrogativas, e que não provam outra incapacidade nas mulheres que possa privá-las de seu direito, senão a que resulta da injusta opressão dos homens, que é fácil refutar. (AUGUSTA, 2020, p. 57).

No mundo do trabalho a valorização da figura feminina deve trilhar pelo caminho da igualdade de direitos e divisão igualitária de trabalho doméstico, como apontado por Augusta (2020), as mulheres não são inferiores aos homens exceto, na força corporal. Portanto, como é possível ser igual num mundo em que a desigualdade impera? Não é. O ideal seria ter um mundo onde a desigualdade fosse substituída pela equidade, em que a imparcialidade fosse característica para adaptar oportunidades de forma justa de acordo com a necessidade de cada camada social, ou seja, valorizar as camadas marginalizadas, da qual a mulher operária se encontra como argumenta Oliveira (2020)

As mulheres estão assim no *front* da precariedade: são as mais vulneráveis à informalidade, aos empregos domésticos, ao trabalho sem garantias e desvalorizados, aos baixos salários, à dependência de políticas públicas compensatórias e assistenciais e, conseqüentemente, às menores taxas de sindicalização. (OLIVEIRA, 2020, p.247).

Porém, a ideologia capitalista/machista evidenciada pela sociedade, apresenta uma falsa afirmativa que as mulheres conquistaram a igualdade em relação aos homens, mesmo que o movimento feminista demonstre o contrário.

A afirmação de uma “igualdade já conquistada” não representa apenas uma mentira: é um veneno que entra na alma das mulheres, destruindo sua auto-estima e sua crença, frequentemente frágil, de que são indivíduos inteiros - e não pela metade. Um dos desafios do

feminismo atual consiste, portanto, em esclarecer essa situação, em mostrar que em nenhum país e em nenhuma relação social, os dominantes renunciam voluntariamente a seus privilégios. É preciso levar as mulheres à luta e, para isso - que talvez seja o mais difícil -, convencê-las de que elas valem essa luta. (DELPHY, 2004, p. 7).

Não devemos aceitar que as mulheres confiem nessa ideia equivocada, mas, levá-las a refletir na importância do avanço da luta contra as falácias impostas e que perduram há muito tempo. Assim, após geografar a história das lutas feministas e analisar o espaço delegado à mulher na sociedade conseguimos ir ao encontro de mulheres que são capazes de ser muito mais que atores sociais. Essas que compreendem sua imprescindível contribuição para a manutenção da vida e mesmo que, estejam à margem da sociedade capitalista, à periferia do centro urbano, possuem uma consciência crítica e política que é vital para a permanência de sua existência e da existência do outro. O próximo capítulo foi construído tendo como base o diálogo com mulheres da cidade de Uberlândia-MG que cotidianamente se voluntariam para amenizar a insegurança alimentar dos sujeitos marginalizados, por meio do projeto social “Cozinhas Solidárias”.

## 4 MULHERES NA INTERVENÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

*Tia nunca, ninguém olha pra nós com esses olhos que a senhora olhou.*

Maria Aparecida da Cruz Silva,  
Coordenadora de cozinha solidária em Uberlândia-MG (2022)<sup>7</sup>

O caminho percorrido nesta tese vai ao encontro com a figura da mulher que intervêm no espaço geográfico, este que caracterizamos como produto das inter-relações que co-existe da heterogeneidade e que se mantêm em construção, como exposto por Massey (2008), ou seja, não apresentamos um espaço estático, mas, dinâmico. Desse modo, esta seção contribui para o trabalho na educação básica envolvendo unidades temáticas, tais como: o sujeito e seu lugar no mundo; formas de representação e pensamento espacial; mundo do trabalho; segregação socioespacial em ambientes urbanos; urbanização e desemprego estrutural.

### 4.1 CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA EDUCACIONAL ANTICOLONIAL FEMINISTA

Para atingir a concretização da educação anticolonial feminista, compreendemos a necessidade da edificação de novos conceitos com os quais possamos construir um caminho para a libertação dos sujeitos. Esses que se encontram colonizados pela estrutura econômica de poder que oprime e explora em todas as esferas sociais como ressalta Delphy (2004) e Federici (2017).

A educação anticolonial tem como centralidade a fundamentação teórica e prática com os quais seja possível desconstruir as narrativas hegemônicas, tais narrativas tem seus fundamentos na composição capitalista a partir do machismo, do racismo e de um conjunto de preconceitos que permitem a manutenção do capitalismo como força dominante e organizada por grupos opressores. Por isso, a

---

<sup>7</sup> Id., 2022, p. 24.

presente tese buscou desde as primeiras páginas demonstrar o machismo como um importante instrumento dentro da lógica capitalista, pois é capaz de oprimir tanto homens como mulheres, mas, obviamente, as mulheres são as que evidentemente são mais oprimidas, todavia, essa opressão não pode ser compreendida como inquestionável, pois as condições de lutas precisam de um ritmo de conhecimento que dialogue com a realidade, o currículo oficial e as necessidades de supressão da opressão.

Desta forma, é fundamental compreendermos que a presente tese parte de questões fundamentais para entender as relações de poder que são estabelecidas na sociedade e que a escola reflete tais condições. O anticolonialismo por meio do rompimento com as estruturas de poder nos coloca diante de questões para superarmos o machismo como forma de poder dominante na estrutura escolar; assim, segundo Barbosa (2022, p. 8) o anticolonialismo “[...] rompe com o estabelecido e promove uma dialética que dialoga sempre com o rompimento e jamais com a síntese”. Isso significa que o rompimento é o fundamento dos processos dialéticos que se mostraram eficientes na construção do conhecimento que permitirá subtrair consideravelmente toda a ordem dominante da escola.

A lógica dominante nas escolas parte do modo de produção capitalista e toda organização social, política, econômica e curricular tem como fundamento a ampliação permanente do lucro, a formação de mão de obra e a constituição de uma cidadania que parte dessa lógica. Neste sentido, as escolas são atacadas de forma veemente. No início dos anos 2010 iniciou-se um movimento forte no Brasil que buscava consolidar um discurso contra a cientificidade crítica e que desejava prevalecer uma suposta neutralidade, esse movimento, já apresentado por Barbosa (2010) se autodenominou “Escola Sem Partido”, mas na verdade trata-se de defesas ideológicas ligadas a partidos e aliadas ao capitalismo, machismo e racismo, visto que essas questões que deveriam ser trabalhadas em sala de aula foram proibidas, deste modo, a pressão para com a neutralidade buscou consolidar um tipo de sociedade que já existe e não trouxe qualquer promoção de um sentido novo para a educação, de um sentido que rompesse com essas barreiras do capitalismo e da sua forma de organização social pautada, sobretudo, no machismo e no racismo.

Essa consciência burguesa fundamenta não apenas as instituições econômicas e políticas, já que a mesma ancora-se nas instituições formativas (escolas, igrejas, universidades etc...) do ser social como garantia da hereditariedade do pensamento burguês. Nos últimos anos a classe dominante (nacional e internacional) tem desempenhado papel significativo quanto a campanhas contra politização do ensino, trata-se de uma estratégia para perpetuar o domínio econômico, social e político. Em oposição ao pensamento crítico a burguesia estruturou seu discurso, conforme Palangana (1998), tendo como base o talento educado, promovendo ideologicamente um discurso voltado para a individualidade enquanto libertação, quando na verdade essa individualidade produz nos educandos (com seus respectivos talentos) a anulação dos mesmos enquanto seres historicamente e socialmente “construídos”, conseqüentemente perde o sentido de coletividade, de solidariedade e torna-se impossível a compreensão da totalidade a partir da consciência de classe. (BARBOSA, 2010, p. 30).

A “Escola Sem Partido”, portanto, não teve oposição direta nas escolas que fosse capaz de frear os movimentos fascistas e conservadores, assim, a eleição de Bolsonaro em 2018, com discurso moralista pautado nos valores machistas impuseram sobre a sociedade uma visão dominante da escola na qual a mesma não poderia tratar de temas ou formação crítica. Ao contrário deveria ter como centralidade as pautas do mercado e da moralidade, sobretudo, religiosa fundamentalista. Em inúmeras escolas do Brasil, professoras que tentaram compor pautas formativas para pensar a realidade brasileira, foram perseguidas e/ou demitidas, principalmente de escolas privadas, além de abertos processos de verificação e administrativos contra as professoras de escolas públicas.

Essa base moralista tem fundamento burguês pautado no machismo, pois as formas de organização curriculares pautadas pela BNCC não revelam uma condição de luta contra as formas de opressão e nem a libertação pelas necessidades da mulher; assim, em termos geográficos o espaço é machista e toda a locomoção e sentido dado pelas mulheres nesse espaço não passa de uma forma de organização do homem, por isso a escola precisa ser para além desse formalismo moralista machista e é preciso constituir um caminho de luta pelo conhecimento que liberta a partir do anticolonialismo e do feminismo.

Também existe uma Geografia ignorada, uma Geografia que precisa ser enterrada todos os dias, uma Geografia dos mortos. Tal Geografia parte de constatações prévias e sem qualquer sentido

para aqueles vivem entre os mortos, pois essa Geografia fala da grandeza dos temas e problemas do que merece ser constatado como vivo, menciona paisagens e economia, território e povo, nação e desenvolvimento, mas não trata de coisas simples como o desemprego real materializado nos pais dos alunos e alunas das salas de aula, nem na conta de energia que não pode ser paga, nem na água que precisa ser expropriada pelos trabalhadores e trabalhadoras. Essa Geografia dos mortos precisa realmente ficar enterrada, pois quando começamos a analisar a mesma não encontramos subsídios teóricos dos europeus colonizadores para estimular nossas alunas e alunos para com uma crítica empoderadora de seus pensamentos e ações, em outras palavras, essa educação geográfica é um faz de conta, uma historinha que contam para as crianças entenderem que existe um mundo e para as crianças pobres terem uma ideia de que esse mundo nunca pertencerá às mesmas. (BARBOSA, 2020, p. 115).

Tal como aponta Barbosa (2020) a educação crítica é aquela que busca consolidar o fim da opressão. As opressões sobre as meninas, jovens e mulheres em nossa sociedade de classe que parte da própria estrutura escolar que não tem especificidades curriculares para tratar do machismo em toda sua estrutura e escala. Não existe em todas as publicações institucionais nas secretarias de educação de todo Brasil e nem no Ministério da Educação especificidades temáticas, curriculares e epistemológicas que tratem diretamente da construção do conhecimento feminista.

O documento mais avançado quanto aos direitos das mulheres e a luta contra o machismo foi implementado durante o governo Lula a partir de 2005, mesmo assim esse documento não apresenta uma perspectiva educacional e nem um projeto de luta que construa uma escola antimachista e, sobretudo, feminista. Trata-se do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que foi proposta a partir das discussões estabelecidas a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que ocorreu em 2004, organizada e promovida pelo Presidente Lula com realização da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Desta maneira, o PNPM objetiva ampliar os direitos das mulheres a partir da formulação de diretrizes, eixos e estratégias para o período de 2007 a 2010. Não suficiente o PNPM foi ampliado com um segundo documento com o II PNPM lançado em 2008, todavia ainda não houve uma ligação real dos propósitos desses documentos com a escola, pois todas as perspectivas escolares não estão na formulação prática com o cotidiano, bem como não tem correspondência nas mesmas perspectivas nos documentos institucionais e



na legislação brasileira, ou seja, os dois PNPM mesmo com avanços não tem correspondência nem com os PCNs e nem com a BNCC, isso implica que historicamente esses documentos não têm formulações diretas para promoverem, de fato, uma educação emancipatória para a mulher brasileira.

Ambos PNPM buscam medidas para frear a violência contra a mulher e ampliar os direitos humanos a partir da perspectiva feminina, para isso apresenta argumentos fundamentais para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como forma de enfrentamento da opressão machista. Assim, a luta pela igualdade de direitos, tal como uma educação de qualidade, centra o fortalecimento do protagonismo e do empoderamento das mulheres. Destaca também que ambos PNPM objetivam combater a discriminação e a violência contra as mulheres, por meio de ações para garantir o acesso à justiça e também ações para garantir o acesso à saúde, educação, emprego e segurança alimentar.

O II PNPM propõe uma intervenção pública de caráter multisetorial que deve buscar, simultaneamente, desenvolver ações que: i) desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero; ii) interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; iii) promovam o empoderamento das mulheres; iv) garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Logo, a noção de enfrentamento não se restringe apenas à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. (BRASIL, 2008, p. 98).

Segundo o próprio II PNPM é preciso interferir nos padrões sexistas, mas os caminhos com o Ministério da Educação ou mesmo com as Secretarias de Educação dos Estados da Federação não são apresentados como possibilidade efetiva, mas sim como diálogos, todavia tais diálogos precisam de um caminho que ligue as intencionalidades do documento com a realidade, nesse caso existe apenas a intencionalidade e não o caminho efetivo para a construção da prática conforme o próprio documento:

O aprimoramento do tratamento das questões de gênero, raça/ etnia nas diretrizes curriculares para a educação básica emanadas do Conselho Nacional de Educação, nas orientações curriculares aos sistemas de ensino elaboradas pelo Ministério da Educação e nos processos de avaliação dos livros didáticos é uma das ações

implementadas a partir do I PNPM que terão continuidade neste II Plano. (BRASIL, 2008, p. 57).

Ao analisarmos a conjuntura educacional brasileira com os materiais e livros didáticos observamos que não houve essa construção efetiva de um caminho prático, mesmo com todas as intenções, reuniões, programas e projetos as questões práticas para a formação de uma educação feminista que busca consolidar o fim da opressão machista não aparece. A educação que temos hoje é ainda uma educação machista pautada no distanciamento das questões práticas para pensarmos os cotidianos das meninas, jovens e adultas.

Chauí (1982) coloca uma questão central para refletirmos o papel do silenciamento proposital da questão feminista e do enfrentamento ao machismo nas estruturas educacionais, pois o silêncio faz com que as questões que devem ser enfrentadas passam por situações de negligência, todavia, a partir de Chauí compreendemos que tentam universalizar o machismo como discurso soberano e competente; assim, mesmo que o Estado brasileiro coloque questões para subtrair o machismo e fortalecer o poder das mulheres temos um distanciamento considerável com a prática, visto que esse mesmo Estado é subordinado a lógica capitalista dominante e, portanto, necessariamente machista.

Segundo Chauí (1982, p. 4-5):

O saber é um trabalho. Por ser um trabalho, é uma negação reflexionante, isto é, uma negação que, por sua própria força interna, transforma algo que lhe é externo, resistente e opaco. O saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho de clarificação. A obscuridade de uma experiência nada mais é senão seu caráter necessariamente indeterminado e o saber nada mais é senão o trabalho para determinar essa indeterminação, isto é, para torná-la inteligível. [...] Ora, para que a ideologia seja eficaz é preciso que realize um movimento que lhe é peculiar, qual seja, recusar o não-saber que habita a experiência [...].

Deste modo, a ideologia universaliza um sentido para pensar a própria existência e por mais PNPM que tenha não haverá uma relação direta com a realidade, com o espaço que avoluma a condição de vida dessas mulheres, pois isso é fundamental, destacamos que o espaço é superestruturalmente e conseqüentemente estruturalmente machista, com isso as publicações institucionais

como o PNPM não surtem efeito, visto que a própria espacialidade cotidiana é machista e não pensa no conhecimento como libertação. Chauí (1982) nos coloca que o saber é um trabalho que precisa de atenção para entender os processos que não nos fazem pensar como sujeitos críticos, mas como sujeitos de uma obscuridade permanente. Assim, como ponto central para pensarmos o processo do anticolonialismo feminista para a Geografia é fundamental entender que as experiências das mulheres na sociedade de classe são sempre machistas e por isso essas experiências não podem ser tomadas como exemplos, mas como ruptura, como processo que se consolida no rompimento dessas instâncias que se institucionalizam na vida cotidiana.

As experiências, portanto, a partir de Chauí (1982) e Barbosa (2017 e 2020), nos colocam diante da determinação das mesmas, ou seja, existe uma padronização do comportamento social e espacial dos sujeitos. Assim, a classe trabalhadora se comporta necessariamente como condição de vender dia a dia sua mão de obra, para isso todas as suas experiências gozarão do determinismo da classe, já que toda a estrutura de vida da classe trabalhadora é pensada a partir de um saber-fazer ou de um saber-obedecer, por isso o conhecimento que precisa chegar até a classe é própria da existência do trabalho como condição de trabalhador e trabalhadora.

Também existem diferenças consideráveis na composição da classe trabalhadora a partir da trabalhadora mulher e do trabalhador homem, com isso as experiências não serão as mesmas no mesmo espaço, mas precisamos refletir que a composição dialética das experiências está num espaço produtivo que universaliza o machismo como conhecimento, portanto, todos os discursos e narrativas do Estado e do mercado estarão comprometidos com a máxima moral estabelecida.

Teles (1999) relatou que em 1967 a “Revista Realidade” teve sua edição apreendida pelo governo militar brasileiro, pois o Estado entendia que a revista era uma afronta aos bons costumes e moral brasileira. Nessa revista foram disponibilizados os dados de 1200 entrevistas com mulheres e retratava um pouco da realidade brasileira e havia críticas ao sentimentalismo das “revistas femininas”. Destacaram temas reais do cotidiano da mulher como gravidez, aborto, mãe solteira e outros temas que, aliás, não passam de temas cotidianos, mas com a força da

realidade pode fundamentar novas formas de pressão sobre os conceitos e, portanto, constituir um saber diferente do oficial, que é, sobretudo, machista.

Dialeticamente o pensamento conceitual depende da relação material, já que a materialidade oportuniza experiências que serão constantes a partir do cabedal teórico que estiver disponível. A materialidade capitalista, enquanto modo de produção resultará em espaços previamente capitalistas, logo todo deslocamento e formulação do cotidiano estão nessa composição de organização para a produção, bem como os corpos femininos que precisam historicamente ser ora reprodutores de futura mão de obra, bem como em dados momentos, ser a própria mão de obra e em tempos neoliberais ser ao mesmo tempo reprodutoras de futuras trabalhadoras e também ser constituídas como trabalhadoras. Deste modo, o padrão de reprodução também está na escola e conseqüentemente em todo conteúdo, o qual é antecedido pela estrutura curricular.

O processo disciplinar educacional na escola passa pela composição de forças que tornam as ações das educadoras e dos educadores válidos socialmente, portanto, moralmente. A moralidade como composição da crítica a mulher e ao feminismo se efetiva como conhecimento, isto é, o enunciado e as narrativas machistas são compreendidos como universalmente válidas. Logo, toda a forma de pensar o espaço com suas amplas escalas e articulações também são pautadas nesse processo. Desta forma, a colonialidade aponta sempre uma direção que não elenca o sentido da luta a partir da mulher e da formulação das categorias, conceitos e leituras de mundo por meio das necessidades em pensar a libertação permanente do machismo. Conforme Barbosa (2022, p. 11):

O controle de intervenção na realidade é o ponto máximo do poder do colonizador que orbita o sentido produtivo e de acumulação capitalista. Controlar a capacidade de intervenção na realidade é controlar diretamente o poder e impedir a ruptura com os processos históricos colonizadores.

O controle de intervenção na realidade vem por meio da articulação entre a formação cultural e educacional, assim, a escola tem papel significativo nesse processo, pois ensina a relação entre materialidade e imaterialidade a partir da vivência espacial, logo a própria espacialidade cotidiana é pensada pelo prisma

machista e todo o deslocamento, movimento, ação e processos espaciais são organizados pelo patriarcado, pelo machismo, pela força do capitalismo como condição anti-mulher, anti-feminismo.

Hooks (2019) salienta que é fundamental especificar as formas de opressão contra mulher, pois ao não demonstrar essa violência pode “naturalizar” a moralidade imposta pelo patriarcado, logo ao pensarmos no processo educacional nos voltamos para o entendimento do patriarcado branco, já que ao nos distanciarmos do mesmo constituímos uma cultura de “aceitação” do machismo e esse aceitar está imbricado a própria dinâmica do currículo, dos conteúdos e do espaço escolar.

As mulheres são o grupo mais vitimizado pela opressão sexista. Tal como acontece noutras formas de opressão de grupos, o sexismo é perpetuado pelas estruturas institucionais e sociais; pelos indivíduos que dominam, exploram e oprimem; e pelas vítimas em si, que são ensinadas pela sociedade a comportarem-se como cúmplices do *status quo*. A ideologia da supremacia masculina encoraja as mulheres a acreditarem que não têm qualquer valor e que só obterão valor ao relacionarem-se com os homens ou ao unirem-se a estes. Ensinam-nos que a nossa relação umas com as outras desvaloriza a nossa experiência, em vez de a enriquecer. Ensinam-nos que as mulheres são inimigas "por natureza", que nunca existirá solidariedade entre nós, pois não conseguimos, não devemos unir-nos umas às outras, nem o fazemos. Aprendemos bem estas lições. Se queremos construir um movimento feminista duradouro, temos de as desaprender. Temos de aprender a viver e trabalhar em solidariedade. Temos de aprender o verdadeiro significado e valor da Sororidade. (HOOKS, 2019, p. 34).

Hooks (2019) constrói uma crítica que precisa compor com a realidade escolar, ou seja, a construção da própria realidade, assim, a realidade efetua um sentido de mudança. Ao pensarmos dentro da lógica capitalista estamos projetando um sentido da própria materialidade, ou seja, pensamos pela materialidade cotidiana estruturada em diversas escalas que partem da produção.

Todo o jogo capitalista é fundamentado pela construção ideológica Chauí (1984, p. 86) destaca: “A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominado”. Posteriormente, Chauí (1984, p. 92) sublinha que: “A ideologia resulta da

prática social [...]”, com isso toda a construção do conhecimento parte de uma relação direta com as imposições e contradições da ideologia capitalista.

As cozinhas solidárias entram como constituinte anti-ideológico desse processo, visto que a coletividade é o ponto central de uma conduta anticolonial; assim, a forma como estrutura o conhecimento a partir da coletividade faz com que exista um distanciamento do individualismo capitalista e com isso a constituição do espaço, na ciência geográfica, passa a ter uma postura ética e empática comprometida com o todo. Assim, a realidade concreta mostra-se a partir da constituição de um caminho que precisa tratar de uma epistemologia como processo revolucionário ao ter as mulheres como centralidade desse processo.

As mulheres numa composição efetiva de luta de classes e numa postura anticolonial precisam partir da realidade como ponto central da formação do feminismo, isso significa que o feminismo não é um movimento de mulheres, mas um movimento da própria realidade, uma nova forma de posicionamento existencial e construção das relações que precisam não ter o espaço como expansão do capitalismo, mas o espaço como condição coletiva para o bem comum. Neste sentido, nos apoiamos em Hooks: “Para que a solidariedade política entre as mulheres seja desenvolvida, as ativistas feministas não se podem unir segundo os termos criados pela ideologia dominante da cultura. Temos de definir os nossos próprios termos” (HOOKS, 2019, p. 37).

Toda essa epistemologia feminista tem como centralidade constituir uma afronta direta a todas as estruturas de exploração e de dominação. Desta maneira, entendemos que a estrutura educacional feminista, por meio da Geografia, precisa compor uma realidade espacial que articule a liberdade com a luta das mulheres. Kosik (1976) aponta que a construção da subjetividade está na premissa do conteúdo objetivo, ou seja, os fatos para serem fundamentados como uma epistemologia ao mesmo tempo anticolonial e feminista precisam de uma importância revolucionária, já que o estado atual das coisas impede que outras coisas promovam um processo ininterrupto revolucionário.

Kosik (1976, p. 54) sinaliza que: “A distinção dos fatos com base em seu significado e na sua importância não é o resultado de uma avaliação subjetiva, mas resulta do conteúdo objetivo dos fatos”. Os fatos demonstram uma grande

importância na constituição de um sentido novo para o espaço feminista, mas esses fatos, dialeticamente comprometidos, somente serão, de fato, feministas se o espaço o for. Ao partimos dos espaços machistas teremos sempre o mesmo resultado, com isso a dialética anticolonialista nos ensina a partir da ruptura com a realidade. Os fatos machistas darão como resultado uma composição subjetiva machista e isso terá um processo de reprodução na realidade e com isso a educação também será machista.

A educação geográfica feminista tem como fundamento a realidade que precisa ser alterada imediatamente, com isso toda a leitura do espaço deverá ser a partir da mulher, mas não da mulher comprometida com o capitalismo. Deste modo, buscamos efetivar novos saberes que possam subtrair as forças ideológicas do capitalismo e com isso constituir a emancipação das mulheres. Os novos saberes precisam ter o distanciamento correto das premissas capitalistas, machistas e racistas, pois esse novo saber depende de bases epistemológicas que efetivam a crítica, por isso a Geografia ao olhar para suas próprias categorias e conceitos precisa buscar a ruptura com aquilo que historicamente ignorou as mulheres.

Entendemos que o processo anticolonial na Geografia por meio das mulheres tem grande relevância por apresentar uma leitura do espaço e da espacialidade a partir da sala de aula, da escola e da comunidade, bem como integra a sala de aula, a escola e a comunidade como movimento dialético, como forma e conteúdo do processo. A educação feminista passa pela direção da subtração do machismo, assim, os espaços machistas devem ser destacados e criticados com a substituição imediata dos valores éticos do feminismo. A construção da educação machista reforça o cotidiano anti-mulher e com isso impõe a toda sociedade um valor ideológico universal pautado na moralidade machista. Deste modo, a educação anticolonial feminista objetiva promover uma educação que incentive o pensamento crítico, a capacidade de autodeterminação dos povos e, principalmente, das mulheres e a autonomia das mulheres como rompimento anticolonial.

## 4.2 PARA COMPREENDER A CONCEPÇÃO DE CONCEITOS

Entendemos que a educação anticolonial precisa sempre de novas propostas de conhecimento, a fim de permitir as mulheres oprimidas o acesso às informações necessárias para a ampliação de uma consciência crítica que vincule o cotidiano aos conceitos revolucionários. Segundo Vygotsky (1987, p. 80):

Parece-nos óbvio que um conceito só pode cair sob a alçada da consciência e do controle deliberado quando faz parte de um sistema. Se a consciência significa generalização, a generalização significa, por seu turno, a formação de um conceito supra-ordenado que inclui o conceito dado como seu caso específico. Um conceito supra-ordenado implica a existência de uma série de conceitos subordinados e pressupõe também uma hierarquia de conceitos com diversos níveis de generalidade. Assim, o conceito dado é inserido em um sistema de relações de generalidade.

A generalização do conceito na criança, portanto a partir da escola, passa a ter um caráter universal, logo a concepção machista de mundo está nas estruturas formais da educação a partir do processo histórico que se ausenta a discussão e o aprendizado educacional a partir das mulheres, a partir de um espaço evidentemente feminista. A relação a partir de Vygotsky (1987) nos coloca diante da relação dialética entre o espaço, a sociedade e o cotidiano; assim, a cultura é apresentada como fator de construção da linguagem e ao mesmo tempo construtora da cultura e os conceitos, portanto, são movimentados como condição para existir o sujeito em sociedade.

Kohl (1993) argumenta que “A constante recriação da cultura por parte de cada um dos seus membros é a base do processo histórico, sempre em transformação, das sociedades humanas” (KOHL, 1993, p. 63), ou seja, é necessário que os indivíduos sejam ensinados a (re)significar transmissões culturais visando uma transformação positiva da sociedade, principalmente quando tratamos das camadas marginalizadas.

Ao relacionar Vygotsky aos conceitos, educação e feminismo, estamos trazendo para a reflexão as experiências culturais no desenvolvimento do pensamento. Assim, a construção dos conceitos como o de espaço passa pela



construção do conceito de homem, no sentido de gênero, pois todas as “conquistas” e os exemplos de “sucesso” no capitalismo tanto na História quanto na Geografia, enquanto disciplinas escolares tomam como sujeito o homem, portanto, o machismo como condição moral, esta condicionado pela cultura.

Vygotsky (1987) aponta que o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem ao mesmo tempo em que se constitui como instrumento de pensamento e possibilidade de compreender as experiências sociais e culturais da criança. Desta maneira, Vygotsky (1987) compreende que o desenvolvimento intelectual da criança está localizado no seu desenvolvimento dialético a partir da socialização do seu discurso e pela determinação da relação conceitual entre cotidiano e prática. A escola como indutora de ideias não feminista propaga as ideias machistas, logo o seu discurso socializado será a base das categorias de análise da sociedade a partir do machismo, já que a simples ausência do feminismo impõe uma obstrução a crítica ao capitalismo, ao machismo e ao racismo.

Desta forma, Vygotsky (1987) apresenta que as experiências ensinam às crianças formas de agrupamento funcional, formas de associação e de não associação, com isso agrupam paisagens, lugares, territórios, espaços e regiões a partir da base que fundamenta todo sentido lógico. As crianças e jovens, portanto, sempre são educadas nas escolas para que a base conceitual seja sempre associada com as instâncias de poder e com as formas de manipulação moral que vinculam sempre produtividade a masculinidade e decisões políticas ao homem. As crianças, nesse sentido, não associam a mulher, enquanto empoderada e líder, nem mesmo como sujeito capaz de fundamentar as diversas espacialidades, pois associam o capitalismo com o homem, portanto, com os ideias machistas oriundos do capitalismo. Entendemos assim que o crescimento intelectual da criança dependerá sempre dos domínios conceituais vivenciados no cotidiano, logo se os conceitos empreendidos formam um emaranhado de valores machistas todas as ideias partirão desses valores.

Por isso, sempre buscamos a educação como ponto nevrálgico da transformação, já que a educação anticolonial promove a solidariedade e o empoderamento dos povos colonizados, no nosso caso das mulheres colonizadas e com isso objetiva a edificação da luta por libertação. Sendo assim, compreendemos

que a intervenção na realidade é algo que se distancia dos postulados geográficos na escola, bem como na formação docente, ou seja, a preocupação com a universalização da razão tem uma eficiência na produção e reprodução da realidade e não uma relação direta com a mudança do espaço no qual os sujeitos estão inseridos.

A educação anticolonial precisa partir da realidade imediata e por isso a Geografia tem um papel fundamental nesse processo, pois a mesma nos faz compreender o imediato no processo histórico materializado na espacialidade vivida em múltiplas esferas e dinâmicas. A escola, portanto, precisa ser colocada como espaço da luta anticolonial e isso implica em tecer os processos históricos na luta direta contra os fundamentos machistas, racistas e capitalistas.

Desta maneira, os processos históricos são fundamentais para entender as dinâmicas do machismo estruturadas pelo capitalismo, com isso o passado colonizado do Brasil impôs os impactos que ainda sentimos na atualidade, tais impactos são relacionados diretamente com o cotidiano da classe trabalhadora, das mulheres e das mulheres negras e indígenas. Assim, é fundamental pensarmos numa educação anticolonial pela Geografia que envolve compreender os processos da colonização ainda em curso no Brasil, processo esse que deixou como resultado a pobreza, o racismo, o machismo e a fragilidade social da classe trabalhadora, bem como promoveu a escravidão, o racismo estrutural, e o colonialismo econômico, político e tecnológico que ainda vigora. Denunciar o colonialismo brasileiro como crime é condição indispensável para efetuar uma intervenção na realidade, assim, revelamos a condição brutal que é o machismo.

É necessário que a Geografia se efetive no cotidiano, articule teoria e prática fazendo com que os alunos consigam refletir criticamente as condições impostas socioeconomicamente pelo Estado, este que legitima por meio da escola a lógica de mercado, ou seja, a educação brasileira está organizada de modo a favorecer a classe dominante. E a forma com que o currículo escolar foi estruturado reforça a lógica da moralidade e a Geografia escolar colabora para a manutenção da ordem social, visto que a ordem é obtida por meio da hierarquia das classes sociais, como argumenta Moreira (1987).

Esta ordem pode ser comprovada na própria sala de aula que, segundo Moreira (1987), legitima a autoridade do professor sobre os alunos ao mesmo tempo em que valida a ordem econômica baseada na produção industrial padronizada, em massa e em série como uma reprodução do processo industrial.

Portanto, compreendemos que o Estado pode direcionar a educação, escola e a Geografia escolar como um instrumento capaz de fortalecer a lógica capitalista, dependendo da estrutura e ideologia de ensino que deseja, isto a partir dos documentos norteadores educacionais, tais como o currículo e a própria BNCC e, ainda, refletir na formação docente e, conseqüentemente, na prática docente na educação básica. Isto ocorre, pois a educação é fator essencial para a moralidade social.

Assim, para pensar o currículo anticolonial é necessário ampliar os debates para que as temáticas que revelam a marginalização social sejam contempladas. E romper com as barreiras de uma estrutura educacional que segrega. O currículo deve organizar os tempos, espaços e conteúdos para a produção de conhecimento livre, coletivo, solidário, crítico, questionador, que propõe sugestões, intervenções e que não se limita a “preparar” os alunos para o mercado. A educação brasileira está estruturada para criar rivais dentro do ambiente escolar, competindo por notas e enfatizando o individualismo e a própria fragmentação do ensino.

A educação estruturada em disciplinas fragmentadas dificulta o aprendizado, como exemplo podemos citar o conteúdo programático das disciplinas de História e Geografia do 7º ano. Enquanto a Geografia, do ano em questão, trabalha conteúdos que envolvem o estudo da formação e regionalização do território brasileiro a História trabalha com temáticas que envolvem, por exemplo, “A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa” (BRASIL, 2018, p.422). A Europa é um dos conteúdos trabalhados em Geografia no 9º ano, de modo que, se as disciplinas fossem estruturadas com conteúdos que tivessem reciprocidade, a compreensão dos acontecimentos no tempo e espaço faria mais sentido para os alunos. Assim, seria possível espacializar os acontecimentos históricos, bem como, compreender os processos geográficos no tempo.

O que propomos não é uma linearidade do pensamento, mas sim alargar as relações estabelecidas entre conteúdos de disciplinas que se complementam. Desta forma, encontramos um caminho que articula o conhecimento geográfico ao conhecimento anticolonial por meio do feminismo. Assim, quando pensamos na produção do conhecimento feminista estamos diretamente articulados com o conhecimento que forja o espaço para a libertação.

As mulheres entrevistadas em Uberlândia (análise do próximo tópico) apresentam na prática as questões que almejamos destacar nesse processo, pois a construção de uma leitura anticolonial por essas mulheres nos coloca diante de Vygotski e a construção da realidade psicológica pela realidade material, em outros termos, as condições materiais dadas interferem no processo de construção da realidade e das possibilidades em pensar o projeto de conhecimento, com isso o conhecimento para o anticolonialismo não é apenas um ato de aprender, mas, sobretudo, conhecer para transformar e transformar para conhecer.

Como apresentado desde o primeiro capítulo desta tese, a mulher mesmo sem espaço e condições, consegue por meio de muita luta, superar as desigualdades impostas pelo machismo. E vale ressaltar que todas as conquistas não são para benefícios individuais, mas um bem coletivo que alcançam outras mulheres em diversos espaços e tempos.

Assim, no intento de contribuir com o conhecimento que transforma, buscamos na BNCC (BRASIL, 2018) indicativos, orientações quanto à importância das mulheres na construção da sociedade e se o documento consegue abordar a violência social, econômica, política, doméstica a elas impostas. Porém, o que encontramos foi à supressão do gênero e a apresentação de um documento norteador, do ensino brasileiro, que mantém características eurocêntricas, homogeneizadoras e que valoriza a hegemonia elitista. Desse modo, sua contribuição é irrelevante para a superação da opressão e desigualdades socioeconômicas a caminho de uma educação melhor.

Sendo assim, compreendemos que quando a BNCC escolhe suprimir o gênero, ao mesmo tempo reafirma a soberania masculina, machista e capitalista ao utilizar a generalização. Propor uma perspectiva feminista é ampliar “[...] o leque de possibilidades de se produzir um conhecimento comprometido com mudanças

sociais. Um conhecimento engajado na luta pelo fim das desigualdades sociais produzidas por relações sociais de sexo hierarquizadas” (SILVA, S. M. V. da, 2009, p.306).

Vejam os quadro 2.

Quadro 2 – A mulher na BNCC

<b>Termo</b>	<b>Número de vezes que o termo aparece</b>	<b>Educação básica (Ano)</b>	<b>Objetos do conhecimento e/ou Habilidades</b>	<b>Disciplina</b>
Mulher	4	6º Ano	O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval.	História
		9º Ano	(EF09HI26) discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.	História
		Introdução	[...] pelo estudo das condições que permitem o surgimento de uma determinada prática corporal em uma dada região e época ou os motivos pelos quais os esportes praticados por homens têm uma visibilidade e um tratamento midiático diferente dos esportes praticados por mulheres.	Educação Física
Feminino	1	9º Ano	Anarquismo e protagonismo feminino.	História
Machismo	0			
Feminismo	0			

Violência doméstica	0			
Submissão	1	Texto introdutório da Educação Infantil	Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão.	

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).  
Organizado por: A autora 2023.

A BNCC se omite ao não abordar temas sobre a importância da mulher no espaço e temáticas relevantes que envolvem a camada marginalizada. Embora seja um documento norteador, ainda carrega consigo problemas herdados dos documentos anteriores. Ou seja, a estrutura educacional brasileira, mantém sua organização voltada para a classe dominante, machista e colonizadora. E as temáticas relevantes que envolvem a marginalização social não são contempladas. Isto ocorre, pois a educação é fator essencial para a moralidade social.

Krupskaya (2017) faz uma boa definição quanto aos objetivos da escola como instituição pública:

[...] A adoração pelo poder, pela riqueza e pela educação burguesa é ensinada aos estudantes a partir de pouca idade. [...] A escola visa abafar nos estudantes o sentimento de solidariedade fraternal. O sistema de estímulos, recompensas, punições e notas destina-se a criar entre os estudantes a concorrência, a “competição”. Em poucas palavras, a tarefa da escola pública é manter os estudantes com a moral burguesa, diminuir a sua consciência de classe, fazer deles um rebanho obediente, fácil de controlar”. (KRUPSKAYA, 2017, p.68).

Assim, nos deparamos com uma educação pública que tem como prioridade garantir o sucesso da moral burguesa na sociedade (GRUSCHKA, 2014), o que amplia a dominação de uma classe social historicamente determinada. Nesse momento podemos evidenciar a cidadania das mulheres trabalhadoras afetadas e comprometidas pela questão socioeconômica e de gênero.

A educação está a trabalho do discurso burguês, com escolas sendo mantidas pelos interesses do mercado que direciona o processo de ensino-aprendizagem para a consolidação de uma instrução mínima para a formação de potenciais trabalhadores assalariados. A escola é a materialização da representação do modo de produção capitalista, cópia do modelo fabril e reprodutora da burocratização dos saberes (ENGUIITA, 1989).

O formato controlador que a escola possui é pensado pelo Estado, por isso essa estrutura não consegue incorporar na educação o compromisso com as mudanças sociais, pois já possui o compromisso com a burguesia. E o saber geográfico tornou-se ideologia pura de caráter disciplinador materializado na sala de aula, local onde se é reportado à ordem estabelecida na sociedade (MOREIRA, 1987). De modo que a escola tornou-se uma reprodução institucionalizada entre saber e poder (VLACH, 1994), encarnado no discurso ideológico que anula a diferença entre pensar, dizer e ser, no intuito de unificar pensamento, linguagem e realidade, para assim obter uma imagem particular universalizada, ou seja, a imagem da classe dominante.

Assim, é necessário avançar na construção do pensamento anticolonial, para que os alunos consigam reconhecer as diferentes camadas socioeconômicas e seus interesses, para então compreender as opressões sofridas pelos trabalhadores das camadas mais pobres, efetivadas por grupos dominantes. Para exemplificar a afirmativa observe a figura 27, imagem capaz de representar a segregação socioespacial.

Figura 27 – Segregação socioespacial, um muro duas realidades. Bairro Tocantins à direita e Morada do Sol à esquerda, Uberlândia-MG



Fonte: Google Earth (2023).

O muro representado na imagem não separa, apenas, dois bairros da periferia de Uberlândia, mas também, dois mundos distintos como pode ser observado na figura 28.



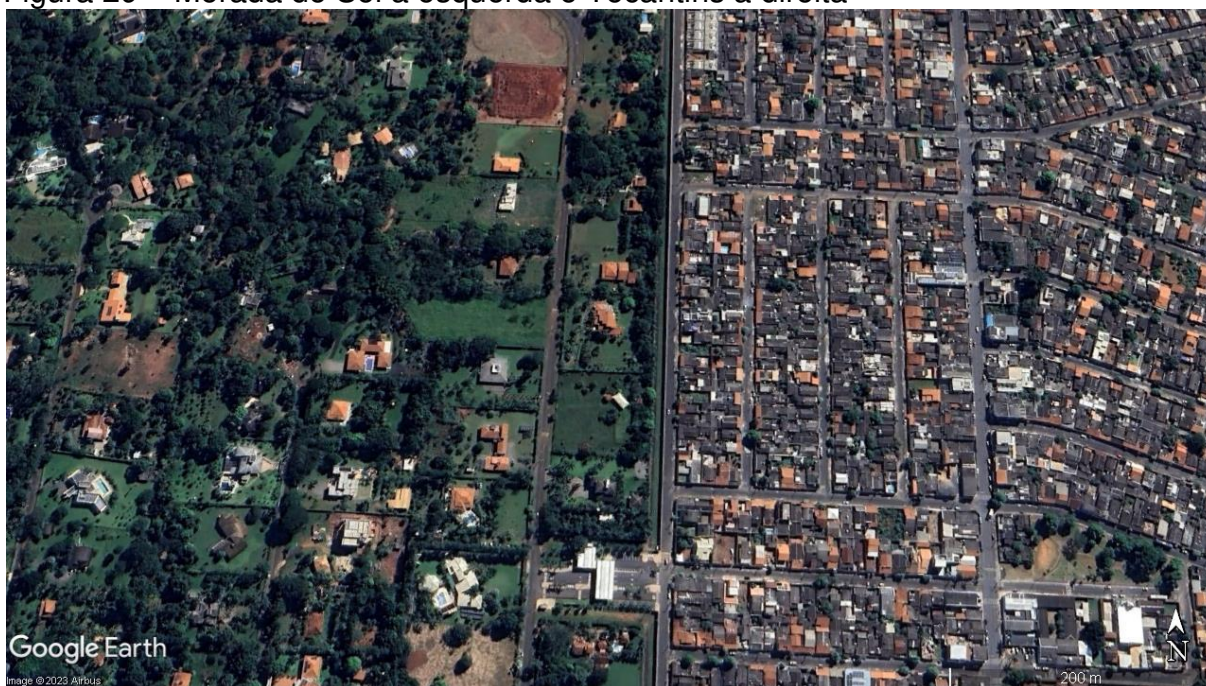
Figura 28 – Entorno do bairro Morada do Sol



Fonte: Google Earth (2023).

Tanto nas figuras 28 e 29 é possível perceber uma maior densidade de moradias do lado direito da imagem, onde está localizado o bairro Tocantins. Em contrapartida o lado esquerdo chama a atenção pelos espaços arborizados e o menor número de moradias, numa área significativamente maior.

Figura 29 – Morada do Sol à esquerda e Tocantins à direita



Fonte: Google Earth (2023).

Não é só sobre ilustrar a segregação espacial entre um condomínio fechado e um bairro popular de Uberlândia - MG, mas também de demonstrar os espaços de resistência presente nos territórios periféricos. Esses espaços marginalizados são espaços de sobrevivência e dessa marginalização socioeconômica saem todos os dias as trabalhadoras e trabalhadores que farão parte do quadro de funcionários do lado esquerdo do muro. Assim, “para a geografia brasileira, o desafio está em incorporar as questões feministas e/ou as relações de gênero aos estudos sobre os usos de espaço e tempo, considerando a dimensão de homens e mulheres” (SILVA, S. M. V. da, 2009, p. 306).

Ao relacionarmos as perspectivas feministas à teoria vigotskiana, direcionamos as reflexões para a construção do conhecimento por meio das relações sociais estabelecidas nesses territórios de luta, resistência e sobrevivência, ao ponto de progredir com o pensamento na produção do conhecimento, mas

também buscar interagir e intervir na materialização do espaço, este que está em constante construção. Vygotski via na relação entre indivíduo e a sociedade um processo dialético, para ele a reflexão e elaboração da experiência ocorre, por meio de um processo pessoal e ao mesmo tempo, um profundo processo social (VYGOTSKI, 1991).

Desse modo, é possível assumir uma postura compromissada com a superação da sociedade capitalista em prol de uma educação livre, pois a educação que presenciamos na contemporaneidade está adequada aos interesses do capitalismo subsidiado pelo neoliberalismo. Esses interesses são evidentes quando analisamos as condições pelas quais a BNCC foi produzida.

[...] Em 2018, [...] 100 milhões de reais para a implementação da Base. Ela cria um mercado homogêneo para livros didáticos, ambientes instrucionais informatizados, cursos para capacitação de professores, operado por empresas nacionais, mas também por conglomerados internacionais. [...] Estamos jogando fora uma experiência de formação de professores e de pesquisa das Universidades brasileiras para “comprar” parcerias internacionais contestadas em seus cenários nacionais e que pouco conhecem da nossa tradição. (MACEDO, 2018, p. 31).

Ao refletir o trecho acima é possível compreender que a educação no Brasil é de interesse mercadológico, não há um compromisso com as especificidades regionais e culturais, não há valorização dos docentes e nem reconhecimento das pesquisas realizadas nas universidades, no que tange a educação brasileira. Segundo Alves (2018) se gasta dinheiro público, pagando entidades privadas na ilusão de elevar a qualidade do ensino, porém, “[...] este tipo de processo é assim pensado: tudo estará resolvido, se os docentes forem obedientes, aplicando em seus estudantes estas fórmulas mágicas” (ALVES, 2018, p. 45).

Assim, é necessária uma educação que seja capaz de superar o conteudismo e o currículo único adotado pela BNCC em todo país. Conforme Oliveira (2018) existe um vasto conhecimento além do que pode ser ensinado no ambiente escolar e acrescenta que,

[...] quando escolhemos o que entra nos currículos, escolhemos o que sai e esta decisão é política, favorece a alguns e prejudica outros. No caso brasileiro, vem sendo tomada em prejuízo das

questões sociais, da formação, da cidadania, do direito que se diz estar defendendo. (OLIVEIRA, 2018, p. 57).

Portanto, inserir o pensamento feminista anticolonial na educação é apresentar uma nova forma de educar, que envolva desde a educação básica a academia e vice-versa. De modo, que consiga romper com a educação burguesa que controla os futuros trabalhadores para o “cadastro de reserva” do mercado, e incorporar no processo educacional a consciência política, de classe, capaz de suprimir com a moral elitizada arraigada no ambiente escolar e nos documentos institucionais, ao mesmo tempo despertar o sentimento solidário para interferir solidariamente no espaço geográfico. O conhecimento é capaz de libertar, desde que orientado para este fim, do contrário contribui para a manutenção das opressões.

#### 4.3 PRATO VAZIO NÃO LIBERTA

Neste tópico serão apresentados os resultados do caminho teórico percorrido alinhavado as entrevistas com mulheres que fundaram espaços de resistência em meio ao caos durante a pandemia da Covid-19. Assim, apresentamos e discutimos a importância da representatividade feminina em todas as instâncias da sociedade. As cozinhas solidárias na cidade de Uberlândia é um exemplo de luta diária mantido por trabalho voluntário de dezenas de mulheres. As entrevistas dialogadas foram realizadas com as coordenadoras de duas cozinhas solidárias. Abaixo segue o quadro 3 com a localização das sete cozinhas solidárias existentes em Uberlândia desde o ano de 2020, quando iniciou a pandemia da Covid-19.

Quadro 3 – Cozinhas Solidárias em Uberlândia-MG

<b>COORDENADORA</b>	<b>COZINHA</b>	<b>BAIRRO</b>
Eliana dos Santos Lopes	SOS Dom Almir	Residencial Integração (Dom Almir)
Maria Aparecida da Cruz Silva	Parceiras do Bem	Assentamento Maná
Sem autorização		Assentamento Santa Clara
Sem autorização		Comunidade das Torres
Sem autorização		Elissón Pietro (Glória)
Sem contato		Assentamento Fidel Castro
Sem autorização		Morada Nova

Fonte: A autora.

Como é possível verificar no quadro 3, não obtivemos informações suficientes de cinco das sete cozinhas da cidade. Sendo assim, foi possível trabalhar com duas, sendo elas SOS Dom Almir e Parceiras do Bem. Também foi planejado o diálogo com mulheres da extinta Associação Feminina do Bairro Guarani, pois elas foram sujeitas substanciais para a consolidação da construção da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) no bairro em questão, porém, não houve sucesso nos contatos estabelecidos.

A metodologia utilizada, para a coleta de informações, ocorreu por meio de entrevista dialogada com as coordenadoras das cozinhas. O contato foi estabelecido via Whatsapp e os diálogos iniciaram, posteriormente foi agendada uma visita às duas cozinhas e esse momento de contato presencial com o espaço da cozinha possibilitou conhecer um pouco da rotina dessas mulheres que conseguem trabalhar em seu cotidiano o sentido da solidariedade e sororidade. As entrevistas duraram em média quinze minutos, esse tempo foi proveitoso e muito contribuiu para a compreensão da dimensão que as cozinhas solidárias possuem na cidade de Uberlândia/MG, especialmente na comunidade nas quais estão inseridas.

Assim, após serem trabalhadas nas seções anteriores as lutas e conquistas das mulheres no Brasil, por meio de uma análise temporal reconhecendo sua importância no espaço e nas relações estabelecidas para minimizar a invisibilidade

existente, pela condição de mulher na sociedade brasileira é importante registrar o legado de mulheres que superaram a invisibilidade em prol da construção de espaços de lutas e de apoio ao outro, independente de quem seja esse outro.

No intuito de solidarizar-se ao outro e apoiar outras mulheres, durante a pandemia em 2020, surgem em Uberlândia/MG sete cozinhas – listadas no quadro 3 –, que iniciaram seus trabalhos e permanecem ativas. Todas se encontram em bairros periféricos e a maioria em áreas de assentamento<sup>8</sup> – com exceção do SOS Dom Almir e da cozinha do Morada Nova –, ou seja, além da falta de alimento, às famílias assistidas ainda convivem com a falta de moradia. Temática que pode ser trabalhada na sala de aula, pois envolve os objetos do conhecimento: segregação socioespacial em ambientes urbanos; urbanização e desemprego estrutural.

Desse modo, a pesquisa empírica desta tese foi realizada em duas das sete cozinhas solidárias existentes na cidade que surgiram para amenizar a falta de comida, em Uberlândia/MG durante a pandemia da Covid-19, com trabalho voluntário e doações de alimentos para o preparo das refeições - realizadas por empresas locais ou por civis, sem colaboração efetiva do poder público.

A insegurança alimentar vivenciada durante a pandemia que, foi agravada pelo cenário de desemprego e a alta da inflação, gerou em muitas famílias uma excessiva vulnerabilidade. As duas cozinhas (SOS Dom Almir e Parceiras do Bem) distribuem juntas, diariamente, de segunda a sexta-feira mais de 1200 refeições. A figura 30 nos mostra a distribuição realizada durante o período pandêmico.

---

<sup>8</sup> Art. 11, I – núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural. (BRASIL, 2017).

Figura 30 – Distribuição de marmitas pelo SOS Dom Almir, Uberlândia-MG, 2020



Fonte: SOS DOM ALMIR (2020).

Atualmente, a distribuição já não ocorre como apresentado na figura 31, às pessoas se encaminham até a cozinha com suas vasilhas plásticas e lá elas recebem a comida para levarem para casa. Muitas das famílias atendidas só conseguem se alimentar diariamente devido à solidariedade e disposição dessas mulheres, que se tornaram figuras importantes para minimizar a fome das famílias da região que atendem.

As figuras 31 e 32, abaixo, nos mostram a pouca estrutura do espaço em que funciona a cozinha Parceiras do Bem no Assentamento Maná. A construção foi doação de pessoas que colaboram para que a cozinha aconteça, pois as cozinhas em Uberlândia/MG, não doam apenas alimentos, mas, também oferecem outros trabalhos sociais necessários às comunidades que fazem parte.

Figura 31 – Cozinha Solidária Parceiras do Bem, localizada no Assentamento Maná, em Uberlândia-MG



Fonte: A autora.

Figura 32 – Cozinha Solidária Parceiras do Bem, localizada no Assentamento Maná, em Uberlândia-MG



Fonte: A autora.



Já as figuras 33 e 34 são da cozinha SOS Dom Almir, cuja estrutura física foi emprestada por um escritório de advocacia no início da pandemia, com duração de noventa dias, mas a necessidade e a fome continuaram e a cozinha se mantém no mesmo local até os dias atuais.

Figura 33 – Cozinha Solidária SOS Dom Almir, localizada no Residencial Integração, em Uberlândia-MG



Fonte: SOS DOM ALMIR (2022).

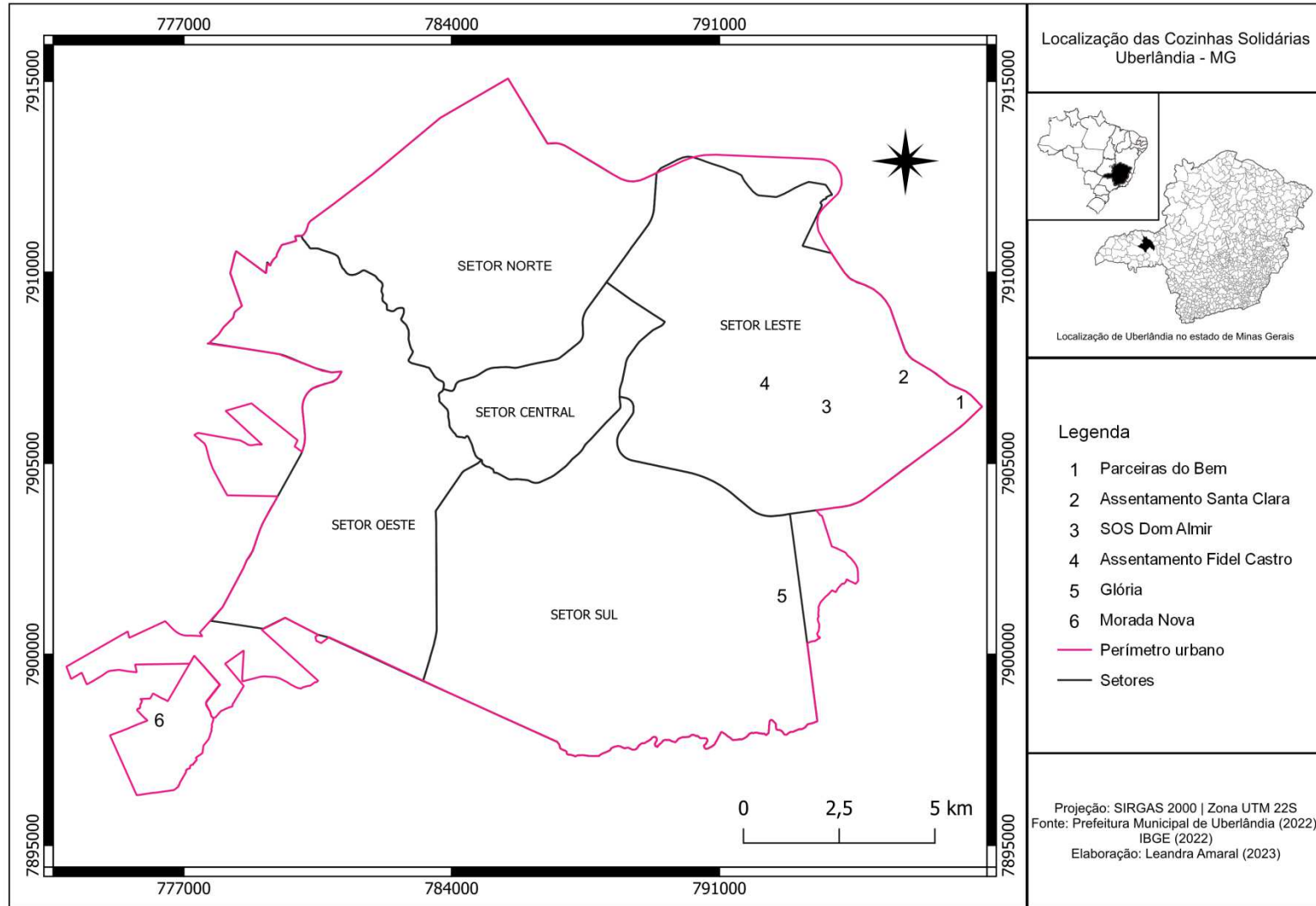
Figura 34 – Cozinha Solidária SOS Dom Almir, localizada no Residencial Integração, em Uberlândia-MG



Fonte: SOS DOM ALMIR (2021).

Foi possível mapear seis das sete cozinhas solidárias existentes em Uberlândia-MG e dessas, quatro estão localizadas no mesmo setor, sendo ele o Setor Leste da cidade, como pode ser verificado no mapa 2.

Mapa 2 – Localização das Cozinhas Solidárias em Uberlândia-MG



Fonte: A autora.

Ao analisar o espaço geográfico no qual se inserem as cozinhas em Uberlândia foi possível perceber que, a maioria está localizada no setor Leste da cidade e originaram em assentamentos, alguns desses estão em processo de regularização e outro em processo de reintegração de posse, como é o caso da Comunidade das Torres que se encontra em área pertencente ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) às margens da BR-452 em Uberlândia-MG. A cozinha da Comunidade das Torres não foi cartografada, por falta de dados suficientes. O contato foi realizado houve disponibilidade por parte das coordenadoras em receber a visita, porém, a localização não foi enviada.

A cidade de Uberlândia cresceu e junto com o crescimento áreas de vazios urbanos foram sendo estabelecidos. O setor leste, onde está localizada a maioria das cozinhas é uma representação dessa realidade. Os vazios urbanos

[...] são compreendidos pelo viés da especulação imobiliária, quando proprietários de imóveis deixam áreas ociosas na cidade esperando que as mesmas aumentem o valor do solo urbano à medida que, ao longo do tempo, se instala infraestrutura no seu entorno; o solo é então colocado enquanto mercadoria e, como tal, segue as lógicas do mercado. (SOUZA, 2020, p. 99).

Assim, compreendemos que os vazios urbanos são utilizados como reserva para o mercado imobiliário, no intuito de acumular capital, afinal fazem parte da lógica capitalista e é uma realidade presente em vários municípios brasileiros e dentre eles está à malha urbana de Uberlândia. Fato que pode ser comprovado pelos muitos empreendimentos recebidos no setor leste, tais como: Agro Shopping (figura 35); condomínios fechados; condomínios verticais, dentre outros.

Figura 35 – Localização e entorno da Cozinha Solidária SOS Dom Almir no setor Leste de Uberlândia-MG, 2023



Fonte: Google Earth (2023).

Os vazios urbanos, também colaboram para a segregação espacial, pois evidenciam a má distribuição de terras que cada vez mais empurra a população carente para as áreas periféricas (figura 36), longe do acesso ao saneamento básico. Enquanto espaços vazios valorizam e favorecem os especuladores, aumentam-se as distâncias dificultando a mobilidade da população periférica em prol da preservação dos negócios imobiliários.

Figura 36 – Relação espacial entre as Cozinhas Solidárias e o entorno no Setor Leste de Uberlândia-MG



1 Parceiras do Bem  
Assentamento Maná

2 Cozinha SOS Dom Almir

3 Assentamento Fidel Castro

4 Assentamento Santa  
Clara

5 Agro Shopping

Fonte: A autora.

E é nessa dificuldade de acesso a terra e as condições básicas para a sobrevivência que a população do Assentamento Maná segue suas ações solidárias, as figuras 37 e 38 evidenciam a dificuldade enfrentada em períodos de chuva.

Figura 37 – Rua na frente da Cozinha Solidária Parceiras do Bem, localizada no Assentamento Maná, Uberlândia-MG



Fonte: A autora.

Figura 38 – Rua na frente da Cozinha Solidária Parceiras do Bem, no Assentamento Maná, Uberlândia-MG



Fonte: A autora.

Ao analisar o entorno das cozinhas conseguimos perceber a luta dessas comunidades pela Reforma Urbana<sup>9</sup>, ou seja, lutam por algo que é direito, propriedade e habitação, garantidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2020) no artigo 182, pela Declaração Universal de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) e pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Embora esses documentos assegurem a habitação como direito comum a todos, os órgãos públicos tendem a ser morosos em relação à regularização de áreas assentadas. Essa dificuldade é evidenciada na fala da coordenadora da cozinha, Maria Aparecida da Cruz Silva<sup>10</sup> “[...] de poder público só tenho promessa”, ao relatar que só conseguiu construir sua casa graças aos esforços próprios, de moradores da comunidade, apoiadores, doações diversas e da iniciativa privada.

As desigualdades socioeconômicas evidenciadas durante a pandemia já existiam e, ainda, existem. Sendo possível perceber que o período pandêmico colaborou para que a parcela marginalizada da sociedade compreendesse a crueldade existente na hegemonia capitalista. A fome é capaz de controlar trabalhadoras e trabalhadores das camadas mais baixas, enquanto existir fome no país a elite capitalista terá o controle nas mãos. Assim, é possível destacar a presença feminina como agente social que contribui para a organização/uso/produção espacial de luta pela sobrevivência dos grupos marginalizados. Essa discussão apresentada pode ser associada à unidade temática “Mundo do trabalho” e habilidades “desigualdade de acesso aos recursos alimentares” de Geografia prevista na BNCC (BRASIL, 2018).

As coordenadoras das cozinhas possuem um pensamento político que é reflexo da dinâmica do mercado, como exposto por Eliana dos Santos Lopes do SOS Dom Almir, além de ser possível identificar qual o público atendido pela cozinha, ou seja, qual o público que sofre vulnerabilidade alimentar nessa porção espacial de Uberlândia-MG:

---

<sup>9</sup> A Reforma Urbana não é tema central desta tese, mas faz parte do processo de luta das camadas marginalizadas ao direito que é garantido por lei. Nas comunidades em que as cozinhas estão presentes a condição estrutural do desemprego e da fome soma-se à falta de moradia digna.

<sup>10</sup> Id., 2022, p.24.



Tem pessoas que vê isso aqui como a **única oportunidade de alimento do dia**, infelizmente é muita gente, aqui já aconteceu de não ter ingrediente e a gente não conseguir abrir e a pessoa falar assim: “- Hoje eu vou ficar com fome”. Então é tipo de casa de mãe que quando você não tem, você vai lá pedir emprestado e a mãe sempre socorre. Eu acho que isso aqui não era nem pra chamar SOS Dom Almir, era pra chamar “Acolhimento de mães”, porque a maioria das mães que vem buscar comida é porque não tem de onde tirar.

[...] a maioria são mulheres, mas vem homens também, **porque com esse salário muito defasado**, as UAIs (Unidade de Atendimento Integrado) não tem um medicamento, nós temos muitos acamados que o dinheiro é só pra remédio, nem dipirona você acha na UAI, então aí **eles compram o remédio e pega a comida aqui. Porque precisa do remédio e precisa da comida**. Já teve muitas vezes da gente fazer vaquinha pra comprar medicamentos pra pessoas acamadas, hoje mesmo veio uma moça pegar medicamento pra mãe dela, a mãe dela é renal crônica, precisava e era muito remédio. E nós conseguimos e ela veio aqui pegar. (informação verbal)<sup>11</sup>.

Observa-se, portanto que o público atendido concentra-se em mulheres que são mães, fato destacado quando a entrevistada sugere que o nome da cozinha deveria chamar-se “Acolhimento de mães”. Também atendem pessoas doentes e homens cujos salários são insuficientes para a alimentação.

Assim sendo, concentramos em apresentar uma visão crítica quanto às relações cotidianas estabelecidas nas cozinhas e sua construção social no seu entorno. Mesmo com toda marginalização socioeconômica na qual essas mulheres vivenciam, ainda conseguem analisar que a manutenção da vida depende de políticas públicas eficientes, que a erradicação da fome é necessária e urgente, porém, não há interesse e nem esforços para que tal situação se dissolva.

O pensamento feminino à frente desses projetos sociais nos direciona ao entendimento à importância da manutenção da vida e o quanto a mulher é, segundo Hooks (2019), capaz de exercer poder mesmo sendo oprimida.

As mulheres precisam de perceber que podem rejeitar a definição que os poderosos criam das suas realidades - que podem fazê-lo mesmo que sejam pobres, exploradas ou que estejam aprisionadas em circunstâncias opressivas. Precisam de perceber que este exercício de poder pessoal básico é um ato de resistência e de força. (HOOKS, 2019, p.72).

---

<sup>11</sup> Id., 2022, p.74.

É necessário ressaltar que para Hooks (2019) o poder não pode ser confundido com domínio e nem com os privilégios materiais, segundo a autora o exercício de poder está baseado na desconstrução da ideia de passividade das mulheres, pois se exercerem o poder de acreditar dificulta as perspectivas das ideias vigentes do *status quo*.

Assim, ao analisar as inter-relações estabelecidas por elas, mulheres voluntárias das cozinhas solidárias é possível reconhecer pontos em comum, pois, além de minimizar a insegurança alimentar de milhares de pessoas diariamente as cozinhas só existem pela e para a solidariedade, como relata Cida:

A A. M. ela fica quase o dia todo aqui, ela tem marido. O marido dela ama que ela fica aqui. Porque ela tem câncer de pele, então ela veio com uma depressão muito forte pra cá. Aqui ela se levantou, aqui eu corro atrás do protetor solar dela, aqui eu pago Uber pra ela ir fazer cirurgia, já fez 13 cirurgias e vai fazer mais duas agora. Aqui eu dou o conforto dela pra tá.

**Pesquisadora:** Aí vocês conseguem também essa parte?

Não. Sai do meu auxílio emergencial. E eu pago 350 de remédio por mês. (informação verbal)<sup>12</sup>.

As cozinhas solidárias em Uberlândia nos direcionam a visualizar o poder da mulher, ou melhor, das mulheres que fazem essas cozinhas acontecerem. “[...] A solidariedade reforça a luta pela resistência [...]” (HOOKS, 2019, p. 34), solidariedade esta capaz de transformar a sociedade. E se houvesse uma melhor distribuição de renda no país, que fosse justa, as pessoas não necessitariam dormir na lama e nem suplicar por um prato de comida, como relatado por Maria Aparecida da Cruz Silva, grifo nosso:

Hoje na vida das pessoas, eles sentem aqui uma casa de apoio, porque aqui se um quebrar o braço ali eles me avisam, você acredita?! Se acontecer um acidente eles me avisa.

[...] Eu futuramente queria que isso aqui mesmo fosse só uma casa de apoio, um albergue, porque eu vejo muita gente dormir nessa lama. O meu sonho é que um órgão público tomasse conta. Dissesse eu vou te dar essa casa e você faz um albergue.

[...] Porque a gente começa a ver o mundo tão diferente. Entendeu? A gente vê, não sei se eu tô certa ou se eu tô errada. A gente vê uma desqualidade muito grande, ultimamente parece que quanto mais há

---

<sup>12</sup> Id., 2022, p. 24.

fome melhor para certos brasileiros, **quanto mais fome melhor para esses grandão aí. Sabia?! Que eles querem te contratar por base de um prato de comida.** (informação verbal)<sup>13</sup>.

A consciência de classe dessas mulheres não se limita ao trabalho assistencialista, pois conseguem analisar a realidade para além dos limites físicos e econômicos impostos. E ao desconhecido, ainda, apresenta um olhar que conforta reconhecendo no outro um cidadão que possui direitos, estes que nem sempre são respeitados. Vejamos o relato da entrevistada Maria Aparecida da Cruz Silva

Ontem eu fui no A. (rede de hipermercado) e um gerente do A. começou a querer tirar um menininho de lá por ser vendedor de bala. E esses menininhos estava lá dentro, só que eles tava sujo, mas eles tava com o dinheiro pra pagar as bala. Aí eu fui lá peguei e chamei eles, tava conversando comigo e ele (gerente) foi lá pra tirar eles. Aí eu falei: “Não, eu que chamei eles e vou pagar as balas deles e o que eles querem comer”. E ele falou: “Esses meninos é pedinte”. “Qual que você quer, que eles pede ou que eles rouba? Eles vai ficar aqui comigo, tirando disso você tira eu e ele. É mais pobre que essa criança. Sabe o que mais me chocou, o menininho virou e falou assim: “Esse otário só fica falando que nós é bandido e ladrão, nós tem que dar um tiro na cabeça dele” E o menininho não tem 10 anos. Mas, por quê? Porque ele ouve a discriminação, aí o povo fala ‘vira ladrão, vira ladrão’, vira por causa da injustiça. Ele não é obrigado a dar, mas ele podia ver que ele tava com dinheiro e deixar passar. É igual nós, não faz diferença da onde que ele vende bala. É igual eu falo, se a pessoa é prostituta... **Quando o povo começar a respeitar, o Brasil vai mudar. Porque você vive num Brasil tão lascado que você entra numa depressão cê faz coisa errada. É o nosso Brasil, né?**

[...] E o menininho falou: ‘Tia nunca ninguém olha pra nós com esses olhos que a senhora olhou’. (informação verbal, grifo nosso)<sup>14</sup>.

Analisar a fala das entrevistadas é reconhecer as desigualdades aplicadas à parcela marginalizada da sociedade, essa que é direcionada às periferias dos espaços urbanos. As cozinhas solidárias só existem porque a estrutura social contemporânea necessita de famintos, pois assim facilita o controle da mão de obra operária e em Uberlândia não é diferente. Essas mulheres que estão à frente das cozinhas, mesmo com pouca instrução escolar, possuem uma importante consciência política.

---

<sup>13</sup> Id., 2022, p. 24.

<sup>14</sup> Id., 2022, p. 24.

A conscientização política e crítica da mulher são importantes para a ruptura da opressão capitalista, machista e sexista a partir do espaço doméstico, pois a função social exercida pela mulher extrapola os afazeres dentro de casa. A solidariedade extrapola o microespaço para alcançar outros marginalizados pelo/no macroespaço. Assim,

[...] Solidariedade não é o mesmo que apoio. Para que possamos experienciar a solidariedade, temos de ter uma comunidade de interesses, crenças partilhadas e objetivos em torno dos quais nos possamos unir e construir a Sororidade. O apoio pode ser ocasional. Pode ser dado e, do mesmo modo, retirado. A solidariedade requer um compromisso constante e contínuo [...]. (HOOKS, 2019, p. 52).

Esta tese se fundamenta na mulher como alguém que é capaz de intervir no espaço geográfico por meio da solidariedade, a caminho da sororidade para com outras mulheres e isto foi notório, durante as entrevistas com as coordenadoras das cozinhas solidárias, essas que buscam minimizar as desigualdades na sociedade. Não é só sobre alimentar o corpo, mas nutrir a alma, abrir os olhos para outras necessidades que também são urgentes, principalmente no que tange a dominação da mulher, como apresentado por Eliana do SOS Dom Almir:

Meu marido fala que já moro aqui. Tem uma das nossas voluntárias que o filho dela manda mensagem pra ela e fala assim: “- Vou mandar sua roupa pra aí, você só vive aí.” Mas, é porque às vezes a gente chega e termina o serviço a gente vai conversar, aí chega alguém que quer desabafar, quer conversar. E acaba que a gente fica aqui conversando. E as meninas tem umas que não quer nem ir embora. Umas porque tem muitos problemas em casa e outras porque gosta daqui mesmo. Tem umas que tem mesmo problemas em casa, alguma desavença, mas são poucas, não são muitas não, mas tem. (informação verbal)<sup>15</sup>.

Os problemas domésticos enfrentados pelas mulheres voluntárias nas cozinhas solidárias são reflexos do que tratamos na segunda seção, o domínio do homem sobre a família no espaço doméstico. No Assentamento Maná o cenário não é diferente: “[...] vieram tudo com crise de depressão e outros problemas. Aqui elas fica até oito horas da noite, aí elas é de casa elas chega, se quer tomar café elas

---

<sup>15</sup> Id., 2022, p.74.

toma, se quer almoçar, almoça, se quiser jantar, janta, aqui é 24h” (Informação verbal)<sup>16</sup>. Nesse momento Cida se refere à condição psicológica que as mulheres chegam à cozinha por não terem um trabalho remunerado, por problemas familiares/conjugais, de saúde dentre outros.

Diante das entrevistas foi possível perceber o esforço dessas mulheres para romper com o espaço de sujeição a elas imposto pelo homem e pelo capital. A força dessas mulheres move as cozinhas na cidade e faz acontecer o milagre da multiplicação aos que têm fome. Solidariedade e empatia são as palavras chave para o trabalho diário acontecer, pois a ajuda ocorre sem julgamentos, apenas, os alimentam.

Eu sinto assim, uns desempregados, uns acomodados, uns doentes do álcool e das drogas. Tem gente de todo jeito aqui. Por que eu trabalho todo dia? Porque aqui é mais os doentes do álcool, doente das drogas, tem uns que chega aqui, que... igual um que chegou: “Tia cê não tem duas marmitas aí não?! Eu tô numa fome.” Eu falei acabou, mas... “Nossa tia eu tô numa fome.” Chega tava tremendo, eu disse, eu vou fazer. Assim!

[...] Olha, eles trazem umas vasilhas grandes e falam é pra três. Aí eu falo, eu conheço ali é só duas, mas a gente põe, é que eles ficam com vergonha de falar que é pra janta. Porque aqui eu conheço um por um. Eles tenta mentir mas eu sei quem mexe com droga, quem bebe, **só que não é eu que tem que julgar**. Eu conheço eles tudo, tudo, tudo. (informação verbal)<sup>17</sup>.

A fala acima é de alguém que acolhe e reconhece a fraqueza do ser humano (vício) como sendo uma doença, eis a diferença entre o poder da mulher e o domínio do mercado (Capital), a dialética da manutenção da vida e da destruição. Como apresentado por Augusta (2020), o principal caráter da mulher é a humanidade e a doçura. Segundo Silva, S. M. V. da (2009) os movimentos sociais são importantes, pois apresenta um olhar diferenciado para o espaço e a sociedade, desse modo, as mulheres envolvidas nas cozinhas solidárias nos transmite esse olhar, “[...] esses movimentos são formas de ação coletiva baseadas na solidariedade e se diferenciam de outros tipos de ação coletiva porque desenvolvem um conflito,

---

<sup>16</sup> Id., 2022, p. 24.

<sup>17</sup> Id., 2022, p. 24.

rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (SILVA, S. M. V. da, 2009, p. 302).

O paradoxo existente entre o trabalho dessas mulheres das cozinhas solidárias com o mercado capitalista é a ausência de valor monetário agregado ao trabalho realizado, porém, o trabalho não remunerado é capaz de alavancar a acumulação de capital, pois

[...] sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada. O salário dá a impressão de um negócio justo: você trabalha e é pago por isso, de forma que você e seu patrão ganham o que lhes é devido, quando na realidade, o salário, em vez de ser o pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo o trabalho não pago que resulta no lucro. (FEDERICI, 2019a, p.42).

Como apresentado na citação acima, em relação à manipulação do capitalismo aos trabalhadores e a ilusão do salário justo, o mesmo ocorre com o trabalho executado pelas mulheres nas suas casas ou em ações solidárias como das cozinhas. Isto se dá devido

O trabalho não pago que a mulher desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, diminuindo para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2020, p. 251).

Ou seja, a exploração do capital aos trabalhadores é tamanha que o salário representa, somente, uma parcela do que de fato seria de direito pela força de trabalho empregada. Como argumentado por Federici (2019a) as pessoas não trabalham porque gostam, apenas, é a única condição na qual se está autorizado a sobreviver.

O capitalismo é um sistema que visa o lucro como meio, e a acumulação de capital como objetivo segundo Moreira (1987) e, ainda, complementa,

[...] De posse da força de trabalho, o capitalista reunifica, agora sob seu domínio integral, a totalidade orgânica das forças produtivas, e põe em movimento a produção de mercadorias. De posse do salário, o operário adquire os meios de subsistência produzidos pelo seu próprio trabalho e que não são seus, mas de que ele e sua família

necessitam, trocando-os pelas moedas que recebeu em troca da exploração da sua força de trabalho. (MOREIRA, 1987, p. 67).

A reflexão apresentada por Moreira (1987) nos faz pensar como o capitalista utiliza a força de trabalho operária para acumular capital, visto que “o lucro é a mais-valia que, apropriada pelo capitalista na esfera da produção, se realiza nele na esfera da circulação” (MOREIRA, 1987, p. 69).

E quando o sistema econômico não colabora para a manutenção da vida, a solidariedade entra em ação. E é nesse sentimento de amor ao próximo que as mulheres envolvidas nas cozinhas solidárias alimentam mais de 1200 pessoas diariamente. É chocante para um país com uma população de mais de 214 milhões de habitantes (IBGE, 2021) possuir cerca de 25% de sua população, segundo o relatório da “fome” (FAO, 2021) em situação de Insegurança Alimentar.

O ano de 2023 marca os 20 anos do Programa Fome Zero criado pelo governo federal para combater a fome no país no ano de 2003 segundo Resende (2023), primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Historicamente o Brasil é um grande produtor e exportador de alimentos, porém, apresentava um quadro de Insegurança Alimentar em uma parcela considerável de sua população. Então, a fim de minimizar esse cenário, o governo Lula lança o programa, cujo objetivo era priorizar o combate à fome e mobilizar a sociedade para a resolução desse problema.

Assim, várias ações complementam o Fome Zero, pois a fome no Brasil é um problema estrutural e não deve ser analisada isoladamente, houve a ampliação do acesso a renda, fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este que oferece aos estudantes da educação básica ações de educação alimentar e nutricional. Ações estas que foram reconhecidas pelo relatório da fome de 2014.

O relatório da FAO (2014)<sup>18</sup> reconhece o empenho da criação do programa Fome Zero que integrou ações em conjunto com 19 ministérios, vinculando proteção

---

<sup>18</sup> The Zero Hunger programme comprised an integrated set of actions across 19 ministries, and applied a twin-track approach linking social protection to policies for promoting income equality, employment, family farm production, and nutrition. Economic policies and social protection programmes, such as the ambitious Family Allowance cash transfer programme, combined with innovative programmes for family farming created links between productive support and social

social às políticas de promoção igualdade de renda, emprego, produção agrícola familiar e nutrição. E chegou a chamar o Bolsa Família de ambicioso, por apresentar políticas econômicas voltadas à proteção social, o que associado à agricultura familiar contribuiu para a geração de empregos e maiores salários reais, conseqüentemente diminuição da fome e ampliou a igualdade de renda no país. Aos poucos o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, apresentando uma queda significativa.

Assim, segundo no relatório da FAO (2014)<sup>19</sup> o Brasil obteve sucesso perante os resultados e cumprimento de metas estabelecidas internacionalmente. O mesmo relatório apresenta uma queda significativa da pobreza no país, de 24,3 por cento para 8,4 por cento entre 2001 e 2012, sendo que a pobreza extrema caiu de 14 por cento para 3,5 por cento, no mesmo período. Em relação à população subnutrida, o relatório aponta queda de 10,7 por cento em 2000 para menos de 5 por cento em 2004.

Porém, no último relatório da fome da FAO (2021) o Brasil volta a ter destaque no cenário mundial em relação à Insegurança Alimentar e fome. Vários fatores contribuíram para o retorno desse cenário, tais como, aumento da pobreza e desemprego, fim dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e cisternas, redução do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome à Secretaria Especial, dentre outros. Segundo os dados de 2018 da PNAD, a miséria no país retrocedeu a valores de 2003, início do primeiro mandato do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2021), em 2020 a Insegurança Alimentar (IA) e a fome no país retornaram aos patamares próximos dos alcançados em 2004.

---

protection, contributing to job creation and higher real wages,<sup>20</sup> as well as significant decreases in hunger and greater income equality. (FAO, 2014, p.23).

<sup>19</sup> The results of these efforts are demonstrated by Brazil's success in meeting internationally established goals. Overall poverty fell from 24.3 percent to 8.4 percent of the population between 2001 and 2012,<sup>21</sup> while extreme poverty dropped from 14.0 percent to 3.5 percent.<sup>22</sup> From 2001 to 2012, the income of the poorest 20 percent of the population grew by three times as much as that of the wealthiest 20 percent (Figure 8).<sup>23</sup> The proportion of undernourished people fell from 10.7 percent of the population in 2000–02 to less than 5 percent in 2004–06. (FAO, 2014, p. 23).



Mais que isso, foi anulado, para parcela significativa da população brasileira, o sucesso obtido entre 2004 e 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os dados mostram que tivemos um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos [...]. (PENSSAN, 2021, p.52).

Apesar de o cenário pandêmico ter colaborado para o avanço da fome no país, ele não é o único responsável, visto que os “[...] sinais já eram visíveis desde antes da pandemia” (PENSSAN, 2021, p. 4). A Insegurança Alimentar e fome no país não são, somente, um problema pontual ou individual, mas, sim a materialização da profunda desigualdade socioeconômica presente no Brasil que atinge com crueldade a parcela, historicamente, marginalizada da sociedade.

A partir do diálogo com a coordenadora do SOS Dom Almir é possível analisar o problema estrutural vivenciado nas comunidades no qual as cozinhas estão inseridas, o problema tornou-se mais visível durante a pandemia, o que não indica que não existisse anterior a Covid-19. No relato de Eliana quando perguntado se elas têm algum tipo de cadastro para saberem o número de famílias assistidas, a resposta foi que:

Nós já até fizemos isso, mas, quando no auge da pandemia nós perdemos o controle, não deu porque os voluntários são poucos, mas nós temos alguns cadastros sim, mas tem muita gente nova, todo dia aparece gente diferente. Gente que teve que entregar a casa e teve que morar em assentamento. **Aqui ao redor tem muito assentamento, então a maioria das pessoas que a gente atende são pessoas de assentamento, sem terra, sem teto.** (informação verbal, grifo nosso)<sup>20</sup>.

A fala da Eliana nos leva a compreender a dificuldade das pessoas de sobreviverem com o mínimo para a dignidade humana, uma casa para a família e segurança alimentar no cotidiano. No espaço das relações de domínio capitalista as camadas marginalizadas estão, sempre, sendo empurradas para as periferias dando origem, muitas vezes, aos assentamentos. Sendo assim as mulheres atuam num campo privilegiado de luta, “[...] o mundo da intersubjetividade e do cotidiano -, estabelecem novas relações entre subjetividade e cidadania” (SILVA, S. M. V. da

---

<sup>20</sup> Id., 2022, p.74.

2009, p. 302). E mesmo com a tentativa das cozinhas de amenizar a fome, fica difícil o controle, pois cada dia surge mais pessoas nas mesmas condições. Segundo Rios e Lima (2020),

Ninguém duvida que o capitalismo, no Brasil, se modernizou nos últimos vinte anos. Ninguém duvida também que arrocho salarial, concentração de renda, repressão política e coisas que tais foram medidas que os donos do poder consideraram como *necessárias* para a consolidação da sociedade capitalista em nosso país. Por isso mesmo os analistas caracterizam como conservadora e excludente a modernização ocorrida durante esse período. (RIOS; LIMA, 2020, p. 212).

Quando associamos teoria e realidade fica evidente o forte domínio do capitalismo sobre as minorias, como apresentado acima, o arrocho salarial, concentração de renda dentre outras ações consolidam este domínio. O capitalismo ultrapassa todas as barreiras da opressão quando analisamos o lado das trabalhadoras e trabalhadores. E esta opressão aumenta quando falamos dos corpos negros, visto que para o capital a cor importa, restando a elas e eles os empregos menos qualificados e com baixos salários.

As cozinhas solidárias em Uberlândia apresentam uma dimensão muito maior, pois minimizam outros aspectos opressivos para além da falta de alimento, segundo Eliana “[...] existe pessoas que vêm aqui procurar advogado, são mulheres em situação de risco, pensão é o que mais vem, mães pedindo pensão a gente encaminha. Pedindo medicamentos, aqui aparece de tudo um pouco” (informação verbal)<sup>21</sup>. A situação de risco a que a mulher está submetida, como relatado pela coordenadora do SOS Dom Almir, nos leva a refletir sobre as brechas da lei, ou seja mesmo na existência de leis para inibir a violência doméstica, infelizmente, não presenciamos um declínio considerável desses crimes contra a mulher.

Desse modo, a luta para uma maior conscientização e militância feminista é necessária, como apontado por Rios e Lima (2020)

A militância é importante para despertar a conscientização e permitir a crítica. Na maioria das vezes, tanto mulher quanto o negro internalizam a própria desigualdade. Os casos de violência para com

---

<sup>21</sup> Id., 2022, p.74.

a mulher e os negros ocorrem em consequência de um racismo e machismo desenfreados. E a lei facilita essa violência criando artifícios para inocentar o opressor. (RIOS; LIMA, 2020, p. 277).

As mulheres que vivem nas periferias são mais suscetíveis a violência, principalmente a doméstica, visto aos baixos graus de instrução e vulnerabilidade. Eis a importância da consolidação de movimentos e espaços de luta, resistência, apoio e solidariedade. Espaços nos quais elas sintam-se acolhidas e confiantes para enfrentar o machismo, todo tipo de opressão e violência a elas dirigido. Os diálogos que acontecem entre as mulheres no espaço da cozinha, durante o preparo dos alimentos, cursos, ou mesmo na conversa descompromissada, são capazes de ampliar a visão crítica frente às situações cotidianas. Como apresentado por Silva (2009) “[...] Não basta estudar as mulheres, é preciso estudar as relações sociais entre os sexos e incorporá-las aos estudos que tratam de temas sociais, econômicos e espaciais” (SILVA, S. M. V. da, 2009, p. 302).

As cozinhas solidárias de Uberlândia são um exemplo de intervenção no espaço capitalista que pode ser usado na sala de aula para compreender que a estrutura de sociedade que vivemos é opressora, excludente que a falta de emprego e moradia é um problema estrutural. No processo de urbanização a população carente é cada vez mais empurrada para as periferias enquanto vazios urbanos crescem a fim de valorização imobiliária. Que o capitalismo é capaz de criar a fome, para lucrar com ela e manipular a classe trabalhadora. Que a mulher, mesmo com várias jornadas de trabalho, ainda é capaz de pensar no próximo.

A territorialidade das cozinhas solidárias em Uberlândia-MG pode ser analisada como fixa, pois é delimitada no espaço urbano periférico da cidade, ao mesmo tempo fluída por extrapolar a delimitação física e alcançar pessoas mais distantes do bairro em que se encontram. Mais do que alimentar, as cozinhas tendem a devolver o mínimo de dignidade humana resgatando o respeito que a sociedade individualista lhes retirou.

Mulheres, crianças e homens são alimentados todos os dias e somadas às refeições, as cozinhas se abrem para ouvir a comunidade e a rede solidária amplia suas ações, por meio de entrega de cestas básicas, remédios, advogados para assuntos de pensão, brinquedos para as crianças em datas especiais (dia das crianças e natal), cursos de artesanato, sobancelha e trança, alfabetização de

adultos e tantas outras manifestações de ajuda que envolve necessidades individuais e sociais.

O diálogo com as mulheres das cozinhas possibilitou o entendimento dos grandes desafios enfrentados cotidianamente, esses que estão relacionados, também, com a necessidade de implantação de políticas públicas que envolvam planejamento urbano e territorial. Visto que, algumas cozinhas se encontram em áreas irregulares no município, estas que não possuem infra-estrutura básica para a sobrevivência, tais como, água tratada, rede de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica, asfalto etc.

Ao dialogar com as coordenadoras das cozinhas solidárias foi possível verificar que o ato de alimentar diariamente as pessoas mais carentes não é o foco principal, mas sim um meio pelo qual essas mulheres conseguem acessar os problemas da comunidade e em especial das mulheres. E assim, buscam soluções paliativas. Além das ações sociais elas, também, possuem um discurso político solidário capaz de trabalhar a sororidade e produzir em outras mulheres o pensamento crítico e reflexivo sobre a atual ordem social, mantida pelo capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho é importante ressaltar que as lutas feministas estão presentes no cotidiano da mulher trabalhadora que é capaz de produzir espaços de resistência em favor da e pela dignidade humana; por comida; moradia; e condições básicas para a sobrevivência. Além de respeito, liberdade, igualdade e que a emancipação feminina seja consumada.

No decorrer do texto constatamos que as conquistas concretizadas, em leis ao longo dos tempos, não são suficientes para que sejam efetivados os direitos e proteção às mulheres no cotidiano. Isto ocorre porque a sociedade capitalista precisa que as desigualdades e hierarquias sociais sejam mantidas para que haja êxito no mundo dos negócios. O mesmo mundo que necessita da camada de trabalhadoras e trabalhadores assalariados para produzir e aumentar seus lucros, mas não compartilha esse com quem o produz, pois os lucros são dos detentores do capital. E às camadas mais baixas, só restam vender sua força de trabalho por salários insignificantes que não supre necessidades mínimas para dignidade e sobrevivência humana.

Ao mesmo tempo é direcionada a mulher a sobrecarga de trabalho não remunerado, principalmente os realizados no ambiente doméstico. Na hierarquia de poder as mulheres são as mais prejudicadas, por isso os movimentos feministas são tão importantes, além de lutarem por direitos, também cobram para que sejam cumpridos. A luta coletiva ganha força, pois ela existe para e pelas mulheres.

Percebemos também que ao associar a Geografia escolar ao Feminismo conseguimos direcionar reflexões a partir do cotidiano, este que a mulher se encontra presente, mas que muitas vezes não é ouvida ou enxergada como pessoa que carrega em si contribuições para se pensar a ordem espacial. Essa mesma mulher que no decorrer dos séculos foi objetificada pela mídia, como pôde ser verificada na análise do discurso das imagens trazidas no corpo da tese.

Vale ressaltar que a mulher é mais que um corpo capaz de produzir e reproduzir, acima das questões biológicas há um ser pensante e que luta pela igualdade de direitos. E quando relacionamos Geografia, lutas feministas e cozinhas

solidárias, adentramos no território onde não há relações de poder para dominar. O poder no território das cozinhas solidárias em Uberlândia está associado à manutenção da vida, de modo a alcançar aqueles que, diante do olhar discriminatório da sociedade perderam sua dignidade quer seja pelo vício ou desemprego.

Logo, esta tese percorreu um caminho capaz de contribuir com a Geografia escolar para que extrapole os limites impostos pela estrutura educacional, de modo que aproxime a realidade socioeconômica aos conteúdos trabalhados em sala de aula. No intuito que a educação seja capaz de libertar e não seja dirigida pelos interesses mercadológicos, estes que possivelmente possa aprisionar ideologicamente as camadas mais pobres.

A Geografia escolar que queremos é aquela capaz de incluir a realidade próxima do aluno, de expor os problemas sociais sem romantizar ou mascarar as situações. E quando o currículo não der conta das especificidades dos lugares que, a autonomia das professoras e professores não seja ferida e a construção do pensamento crítico e dialético seja garantida.

Não é sobre desprezar a Geografia que foi construída até a contemporaneidade, mas romper com a visão opressora apresentada pela Geografia eurocêntrica que ainda nos permeia. Assim, a Geografia Feminista Anticolonialista pode contribuir com a Geografia escolar na busca por valorizar a figura feminina na ciência geográfica e na intervenção diária do espaço. E para que isso ocorra desejamos que as mulheres tenha sua visibilidade garantida não somente nas leis, mas que também, sejam inseridas nos currículos, documentos que norteiam a educação e livros didáticos, suas histórias de lutas e conquistas. A sociedade deve abandonar a visão de objetificação da mulher para enxergá-la como ser atuante capaz de construir espaços de resistência.

Deste modo, é necessário que a escola seja mais um espaço de luta anticolonial e que se faça compreender a realidade imediata por meio dos processos materializados historicamente e espacializados geograficamente. Desse modo, é imprescindível que os conceitos vivenciados no cotidiano não reproduzam valores machistas, mas se voltem a valores solidários. E as cozinhas solidárias nos ensinam que a solidariedade é possível, a sororidade é necessária, ou seja, a vivência diária

das camadas marginalizadas tem muito a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem da Geografia como ciência e daquela ensinada nas escolas.

Portanto, espera-se que a tese contribua para estudos futuros que envolvam reflexões e encaminhamentos capazes de ampliar os debates acerca do feminismo, por um viés geográfico e que a mulher seja vista pela sociedade brasileira como agente de resistência e solidariedade. Só é possível avançar a uma consciência social, política, dialética e solidária frente à sociedade capitalista, elitista, machista e sexista na qual estamos inseridas, a partir de reflexões quanto às opressões sofridas. Conseqüentemente, os resultados demonstram a necessidade de ampliar as discussões sobre a posição da mulher na sociedade, bem como sua importância na construção de uma Geografia Feminista e Anticolonial. Essa luta é de todos, mulheres e homens contra o machismo, a favor do feminismo.

## REFERÊNCIA

AGÊNCIA BRASIL. Justiça ouve testemunhas em caso de Marielle Franco. **Jornal Tradição Regional**. Pelotas, RS, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/regiao/pais/justica-ouve-testemunhas-em-caso-de-marielle-franco/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ALVES, Nilda. PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: relações possíveis? In: **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. p. 44-48.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens** [livro eletrônico] / Nísia Floresta Brasileira Augusta; transcrição do texto, apresentação e notas de Constância Lima Duarte. São Paulo: Moiras, 2020.

AZEVEDO, Amanda Maria. **Anos 50**. [S. l.], 2019. Site: Educa + Brasil. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/anos-50>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BARAO, Naike. **Década perdida: entenda o que aconteceu na América Latina nos anos 80!** Florianópolis, 2021. Portal: Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/decada-perdida-e-america-latina/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BARBOSA, Tulio. Ensino de Geografia: novos e velhos desafios. **Caderno Prudentino de Geografia**. n.32, vol. 1, p.23-40, jan/jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7467/5518>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BARBOSA, Tulio. **O que é Geografia Anticolonial?** Uberlândia, 2017. (mimeo.).

BARBOSA, Tulio. **Manual de Teoria Anticolonial. V. 1**. Uberlândia, 2022. (mimeo.)

BARBOSA, Tulio. (2020). ENSINO DE GEOGRAFIA: NOVOS E VELHOS DESAFIOS. **Caderno Prudentino De Geografia**, 1(32), 23–40. Recuperado de: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7467>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: **As mulheres e os direitos humanos**. Coletânea Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: **O golpe na perspectiva de Gênero** / Linda Rubim, Fernanda Argolo (Org.), Salvador: Edufba, 2018, p. p. 75-84.

BRASIL. **Lei Geral de 15 de outubro de 1827**.



BRASIL. Estatuto do Partido Republicano Feminino. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1910.

BRASIL. **Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília: Presidência da República, 1962. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4121.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm). Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6515.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm). Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação – 2005, 2006**.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, [...]. Brasília: Presidência da República [2006]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatório Final. Brasília: Senado Federal, julho de 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-aviolencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso: 04 Jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm). Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm). Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, [...]. Brasília: Presidência da República [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm). Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021.** Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), [...]. Brasília: Presidência da República [2021]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm). Acesso em: 06 jul. 2022.

BRITO, Eliza. Comer fora no Recife do século XIX não era para todos. **Revista Continente**. Recife, PE, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/232/comer-fora-no-recife-do-seculo-xix-nao-era-para-todos>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isabela. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. *In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 15, 2021. p. 93-109. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>. Acesso em: 05 set. 2022.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 196-213, ago/dez. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/rxXDkxX8hshjGT9vsDwbndx/?format=pdf>. Acesso em: 31 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200010>

CAMPOS, Martim. **O retorno das aulas presenciais e sua importância para o “novo normal”**. [S. l.], 2020. Portal: Universidade à Esquerda. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/o-retorno-das-aulas-presenciais-e-sua-importancia-para-o-novo-normal/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CASAGRANDE, Diego. DCS cria “Quando sua mãe cozinha, você volta a ser criança” para Tramontina. *In: CASAGRANDE, Diego. RS Negócios e Empresas*.

Porto Alegre, RS, 04 maio 2010. Disponível em: <https://rsnegocios1.blogspot.com/2010/05/dcs-cria-quando-sua-mae-cozinha-voce.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CENSO da democracia: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas eleições 2020. Brasília, 2020. Portal: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: 05 set. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

DELPHY, Cristine. Para redescobrir o feminismo. Vozes da Resistência, acervo online, 1 maio de 2004, 14p. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/para-redescobrir-o-feminismo/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DOCUMENTÁRIO retrata mobilização popular por democracia na década de 80. São Paulo, 2013. *Site*: Confederação Nacional do Ramo Químico. Disponível em: <http://cnq.org.br/noticias/documentario-retrata-mobilizacao-popular-por-democracia-na-decada-de-80/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: vida e obra. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1995.

EM FOCO: Bertha Lutz, cientista e feminista. Rio de Janeiro, 1996-2023. *Site*: Acervo O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/bertha-lutz-cientista-feminista-20096077>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Mariano Fernández Enguita: trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAO, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO, 2014.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO, 2021. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva / Silvia Federici; tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista** / Silvia Federici; tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. **In. Pensamentos Feministas: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p.p. 367-383.

FERREIRA, Maria Mary. Movimentos feministas no Brasil e sua ação insubmissa frente ao golpe de 2016. **Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano I, v. 1, nº 2, p. 55-77, mai./ago. 2018. <https://doi.org/10.32359/debin2018.v1.n2.p55-77>

FILHO, William Helal. Alzira Soriano: a história de bravura política da primeira prefeita eleita no Brasil. *In: GLOBO. Blog do Acervo*. Rio de Janeiro, RJ, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/historia-de-coragem-de-alzira-soriano-primeira-prefeita-eleita-no-brasil.html>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FILHO, William Helal. 'O que Deus uniu, o homem não separe': O ano em que a Lei do Divórcio dividiu o país. *In: GLOBO. Blog do Acervo*. Rio de Janeiro, RJ, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/o-que-deus-uniu-o-homem-nao-separe-o-ano-em-que-lei-do-divorcio-dividiu-o-pais.html>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FONSECA, Maria Fernanda Soares; FERREIRA, Maria da Luz Alves; FIGUEIREDO, Rizza Maria de, & Pinheiro, Ágatha Silva. (2018). O feminicídio como uma manifestação das relações de poder entre os gêneros. *JURIS - Revista Da Faculdade De Direito*, 28(1), 49–66. <https://doi.org/10.14295/juris.v28i1.7680>

GOOGLE Earth website. <http://earth.google.com/2023>.

GREGO, Maurício. **Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais**. São Paulo, 2017. *Site: Exame*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 20 set. 2022.

GRIGÓRIO, Patrícia. Professora, indigenista, feminista: as múltiplas faces de Leolinda Daltro. *In: GREGÓRIO, Patrícia. Notícias e documentos para história*. Rio de Janeiro, RJ, 5 fev. 2014. Disponível em: <https://noticiasedocumentosparahistoria.blogspot.com/2014/02/professora-indigenista-feminista-as.html>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GRUSCHKA, Andreas. **Frieza burguesa e educação: a frieza como mal-estar moral da cultura burguesa na educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**/ Bell Hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman: Black Women and feminism/** Bell Hooks; tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro** Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. IBGE, 2021. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em: 05 set. 2022.

JÚNIOR, Dalmir José dos Reis. **Neuro Fosfato Eskay – Anos 40**. [S. l.], 2013a. *Site*: Propagandas Históricas. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/05/neuro-fosfato-eskay-anos-40.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

JÚNIOR, Dalmir José dos Reis. **Epel (Vida melhor para mulheres) - 1947**. [S. l.], 2013b. *Site*: Propagandas Históricas. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/12/epel-vida-melhor-para-mulheres-1947.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

JÚNIOR, Dalmir José dos Reis. **Liquidificador Walita (Dia das Mães) - 1954**. [S. l.], 2013c. *Site*: Propagandas Históricas. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/05/liquidificador-walita-dia-das-maes-1954.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

JÚNIOR, Dalmir José dos Reis. **Casa das Cuecas (Dia dos Namorados) - 1982**. [S. l.], 2013d. *Site*: Propagandas Históricas. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/05/liquidificador-walita-dia-das-maes-1954.html>. Acesso em: 25 ago. 2022.

JÚNIOR, Dalmir José dos Reis. **Bombril (Fim de Festa) - 1952**. [S. l.], 2015. *Site*: Propagandas Históricas. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2015/03/bombril-fim-de-festa-1952.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

KAJIHARA, Kelly. **A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até 2008**. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica, volume V, n. 3, setembro de 2010.

KOHL, Martha. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993, p.63.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KRUPSKAYA, Nadejda Konstantínovna. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão popular, 2017.

LIMA, Maria Manuella de. **Moda e guerra: análise das transformações do vestuário feminino com a segunda guerra mundial sob o olhar do cinema**. Orientadora: Barbara Heliodora Gollner M. Moreira. 2013. 80 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31474/1/LIMA%2C%20Maria%20Manuella%20de.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MACEDO, Elizabeth. A base é a base. E o currículo o que é? In.: **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33.

MACHADO, Yasmin Trindade. Mulher, mãe do Reich e a propaganda nazista nas páginas da NS-FrauenWarte. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, nº 22, jul./dez. 2021, p. 34-59. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MASSEY, Doreen B.. Global sense of place. *Marxism Today*, v. 6, p. 24 - 29, 1991.

MASSEY, Doreen B.. O sentido global do lugar. In.: **O espaço da diferença** / Antonio A. Arantes (org.). Campinas, SP. Papirus, 2000.

MASSEY, Doreen B.. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade/ Doreen Massey; tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Partido Republicano Feminino. **Rev. hist. edu. latinoam**, vol. 18 nº26, enero-junio 2016, p. 311-326.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**: para a crítica da Geografia que se ensina. Dois Pontos: Rio de Janeiro, 1987.

O JORNAL DAS SENHORAS. Acervo digital. 1852. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/per700096/per700096\\_anuario.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700096/per700096_anuario.htm). Acesso em: 16 maio 2022.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As mulheres no âmago da precariedade histórica do mundo do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 3, p. 243-268, maio-ago., 2020. <https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7961>

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Políticas curriculares no contexto do Golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. In.: **A BNCC na contramão do PNE 2014-**

**2024:** avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. p. 55-59.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal de Direitos Humanos** (1948). Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm). Acesso em: 18 ago. 2021.

ORIÁ, Ricardo. **Uma voz feminina no parlamento: Carlota Pereira de Queirós**. Brasília, DF, 2021. Portal: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/carlota-queiros.html>. Acesso em: 27 jul. 2022.

O SÍTIO do Pica Pau Amarelo na TV dos anos 1950. [S. /], 2022. Portal: Memória Brasileira. Disponível em: <https://jws.com.br/2022/01/memoria-o-sitio-do-pica-pau-amarelo-de-monteiro-lobato-nos-anos-1950/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PENSSAN. **VIGISAN:** Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional / PENSSAN, 2021. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 17 jan. 2023.

PINTO, Celia. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Vinicius. **Boulos inaugura cozinha solidária do MTST em Curitiba**. Curitiba, 5 out. 2021. Portal: Esquerda online. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/10/05/boulos-inaugura-cozinha-solidaria-do-mtst-em-curitiba/>. Acesso em: 10 out. de 2022.

QUEM quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, diz Bolsonaro. [S. /], 2019. *Site:* Pragmatismo Político. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html#>. Acesso em: 20 set. 2022.

RESENDE, Thiago. **Fome Zero completa 20 anos com retrocesso em indicadores**. São Paulo, SP, 2023. Portal: UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/fome-zero-completa-20-anos-com-retrocesso-em-indicadores.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal Regional Eleitoral. Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927. Regula o serviço eleitoral do estado.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / Lélia Gonzalez. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Zahar. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SALOMÃO, Thiago. **Adesivo com Dilma sendo “penetrada” por bomba levanta a questão: isso é protesto?** [S. l.], 2015. Portal: InfoMoney. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>. Acesso em: 05 set. 2022.

SANTOS, Thainá Saranholi dos. Anos dourados no Brasil: a imprensa e o ideário feminino na década de 1950. In: 4º ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA: A DÉCADA DO AFRODESCENDENTE, 2016, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: Unisagrado, 2016. p. 36-54. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://unisagrado.edu.br/uploads/2008/anais/historia\\_2016/Anos\\_dourados\\_no\\_Brasil\\_Thaina\\_dos\\_Santos.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://unisagrado.edu.br/uploads/2008/anais/historia_2016/Anos_dourados_no_Brasil_Thaina_dos_Santos.pdf). Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva.** Ponta Grossa, TODAPALAVRA, 2009, p.p. 55-92.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, José Marcio; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. Não me chame de senhora, eu sou feminista! Posionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense. vol. 19, Nº40, 2017, maio/ago., p.p.11-20. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.1940.a13796>

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 1991. p. 10-21 (Caminhos da Geografia).

SILVA, Samuel Barbosa. Quem comemora o dia das mães: discurso, mídia e gênero. **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 83–93, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.2019v2n63p83-93. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7196>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SILVA, Susana Maria Veleda da. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva.** Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009, p. p. 301-313.

SOS DOM ALMIR. Almoço para as famílias carentes do Monte Hebron. Uberlândia, MG, ago. 2020. Instagram: @sosdomalmir. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CD7tY2-JafM/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 26 jul. 2022.



SOS DOM ALMIR. Voluntarias muito felizes com as doações que chegaram, nos ganhamos fogões novos panelas e [...], Uberlândia, MG, mar. 2021. Instagram: @sosdomalmir. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CM0YKA2rngw/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SOS DOM ALMIR. Almoço para as famílias carentes do Monte Hebron. Uberlândia, MG, mar. 2022. Facebook: @sosdomalmir. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=pfbid\)2uzf33HEd1DFoNKkwvsX3pLAv5YFkS59PJZzoJtbVLhffo4q2CihEuU6gw2HAmbbfl&id=109823340751821&mibextid=Nif5oz](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid)2uzf33HEd1DFoNKkwvsX3pLAv5YFkS59PJZzoJtbVLhffo4q2CihEuU6gw2HAmbbfl&id=109823340751821&mibextid=Nif5oz). Acesso em: 26 jul. 2022.

SOUZA, Tatiana Silva. Urbanização contemporânea face as informalidades no rural: [recurso eletrônico]: um olhar a partir dos loteamentos clandestinos e irregulares em Uberlândia - MG/ Tatiana Silva Souza, 2020. **Dissertação (Mestrado)**, Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Disponível em <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.14>. Acesso em: 21 fev. 2023.

STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRYK, Patrícia; ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Estudos Feministas**. Ano 2, 2º semestre 1994, p. 255-295.

STUDIOS Meca. "Sua casa com você". In: Studios Meca. **Blog Studios Meca**. Porto Alegre, RS, 28 maio 2012. Disponível em: <https://mecasave.blogspot.com/2012/05/sua-casa-com-voce.html?view=flipcard>. Acesso em: 26 jul. 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TERRA, Bibiana; RESENDE, Letícia Maria de Maia. A violência política como obstáculo à candidatura de mulheres: uma análise da nova legislação brasileira. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 26, n. 54, p. 69-89, mar. 2022. ISSN 2177-8337. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/618>. Acesso em: 06 jul. 2022. <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v26n54p69-89>

TOMAZELLI, Idiana; BEHNKE, Emilly. Bolsonaro: multar empresas por discriminação salarial pode piorar situação de mulheres. **Uol**. 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2021/04/22/bolsonaro-fim-a-discriminacao-salarial-pode-piorar-situacao-de-mulheres.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 11 out. 2022.

TOSETTO, Guilherme. **Livro reúne fotos raras do Brasil e do Rio na década de 40**. São Paulo, SP, 2013a. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/06/livro-reune-fotos-raras-do-brasil-na-decada-de-40.html>. Acesso em: 09 ago. 2022.

TOSETTO, Guilherme. **Catálogo reúne fotografias raras de São Paulo na década de 1950**. São Paulo, SP, 2013b. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/08/catalogo-reune-fotografias-raras-de-sao-paulo-na-decada-de-1950.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **Delta**: Documentação de Estudos em lingüística Teórica e Aplicada, 21(spe), p. 207-238. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/9zX7SwFpWpng6tcncZnsrdj/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 05 set. 2022. <https://doi.org/10.1590/50102-44502005000300012>

VIOLÊNCIA doméstica: registre o BO pela delegacia eletrônica. São Paulo, 2020. *Site*: Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.adpesp.org.br/violencia-domestica-veja-como-registrar-ocorrencia-pela-delegacia-eletronica>. Acesso em: 05 set. 2022.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Ideologia do nacionalismo patriótico. In: OLIVEIRA, A. U. (org.) **Para onde vai o ensino de geografia?** Crise da geografia, da escola e da sociedade. Editora Contexto: 1994, p. 39-46.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. A formação social da mente. Org. Michel Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4ª ed. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo, SP, 1991. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/forma%C3%A7%C3%A3o-social-da-mente-vygotski-l-s>. Acesso em: 4 abr. 2023.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WALLERSTEIN, Waleska. Feminismo como pensamento da diferença. **Labrys**: Estudos feministas/études féministes, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys5/textos/valeskafeminismo.htm>. Acesso em: 4 abr. 2022.

## APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Instituto de Geografia – Campus Santa Mônica -Uberlândia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica,  
Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: +55 34 3239-4381/  
3291-6304- Bloco 1H, sala 1H35, E-mail: posgeo@ufu.br



Uberlândia-MG, 17 de novembro de 2022

### CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto “POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL: contribuições epistemológicas para uma educação livre” constitui etapa obrigatória para defesa de tese de doutorado da professora “LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL”, matriculada legalmente com o número 11913GEO014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do professor DR. TULIO BARBOSA, SIAPE 1625945, lotado no Instituto de Geografia e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Esse projeto tem grande relevância acadêmica, social, científica e cultural, pois o mesmo contribui diretamente para a construção de um caminho pedagógico que amplia a possibilidade em pensar a educação em bases feministas com as quais apresentamos o processo histórico de luta de mulheres como intervenção no espaço geográfico.

Assim, o presente projeto de doutorado tem como importância dar visibilidade a essa parcela significativa da sociedade que faz diferença todos os dias independente de onde esteja, as mulheres, estas que foram capazes de transformar a realidade de vários espaços para solucionar, desde necessidades básicas do ser humano até a ocupação de cargos de poder e tomada de decisões políticas que leva em consideração a dignidade e o respeito a figura da mulher no Brasil

Diante dessas questões objetivamos dialogar com mulheres, da contemporaneidade que estão envolvidas com a causa social e política em prol da manutenção da vida humana, tais como as Cozinhas solidárias do Assentamento Maná e do Dom Almir, bem como a Associação Feminina do bairro Guarani.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Instituto de Geografia – Campus Santa Mônica -Uberlândia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica,  
Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: +55 34 3239-4381/  
3291-6304- Bloco 1H, sala 1H35, E-mail: posgeo@ufu.br



A partir da definição, da delimitação da pesquisa e da importância da mesma encaminhamos um conjunto de questões e pesquisas que serão realizadas com as pessoas (mulheres) envolvidas no desenvolvimento desses trabalhos sociais, uma vez que essa etapa é fundamental e necessária para constituir o ponto máximo da pesquisa e promover as considerações que a tese tanto necessita.

Neste sentido, nos colocamos para o diálogo e para subtrair qualquer dúvida que tenham sobre o projeto, a linha de pesquisa e quanto a pesquisadora e o orientador.

Agradecemos imensamente e desejamos dias sempre melhores.

Prof. Dr. Tulio Barbosa

Programa de Pós-Graduação – IG-UFU

SIAPE 16255945

## APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
 Instituto de Geografia – Campus Santa Mônica -Uberlândia  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica,  
 Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: +55 34 3239-4381/  
 3291-6304- Bloco 1H, sala 1H35, E-mail: posgeo@ufu.br



Uberlândia-MG, 17 de novembro de 2022

### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

A pesquisa “POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL: contribuições epistemológica para uma educação livre” constitui etapa obrigatória para defesa de tese de doutorado da professora “LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL”, matriculada legalmente com o número 11913GEO014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do professor DR. TULIO BARBOSA, SIAPE 1625945, lotado no Instituto de Geografia e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Essa pesquisa tem grande relevância acadêmica, social, científica e cultural, pois o mesmo contribui diretamente para a construção de um caminho pedagógico que amplia a possibilidade em pensar a educação em bases antirracistas com as quais apresentamos o processo histórico de luta de mulheres como intervenção no espaço geográfico, conforme a CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO.

Diante da importância da pesquisa gostaríamos de contar com vossa preciosa colaboração para que possamos ampliar nossos encaminhamentos teóricos e entender de forma definitiva as singularidades das mulheres que transformam a comunidade em estão inseridas. Sem vossa inestimável colaboração não conseguiremos alcançar a excelência necessária para o desenvolvimento da pesquisa e sua conclusão como tese elaborada. Assim, solicitamos, por gentileza, que nos autorize por meio de entrevistas, questionários ou diálogos, citar direta ou indiretamente, as questões tão necessárias para o desenvolvimento da tese e com isso o aperfeiçoamento da educação brasileira.

Contamos com vosso apoio incomensurável e sabemos de vossa importância na temática da pesquisa em todo processo educacional, social e político brasileiro.

Neste sentido, gostaríamos de vossa autorização preenchendo os seguintes dados na solicitação de autorização para pesquisa:

## APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA: Eliana



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
 Instituto de Geografia – Campus Santa Mônica -Uberlândia  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica,  
 Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: +55 34 3239-4381/  
 3291-6304- Bloco 1H, sala 1H35, E-mail: posgeo@ufu.br



### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Prezada entrevistada Eliana dos Santos Lopes

Solicitamos autorização para realização da pesquisa “Diálogos com mulheres solidárias” integrante do projeto de doutorado da acadêmica LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL, 11913GEO014 orientada pelo Professor Doutor Tulio Barbosa, SIAPE 1625945.

A importância da pesquisa e seus objetivos constam detalhadamente na Carta de Apresentação entregue para a entrevistada.

As questões e a coleta de dados serão feitas pessoalmente por meio de entrevistas, diálogos e análises documentais. Assim, salientamos que todos os dados e informações necessárias para a pesquisa serão de uso com finalidade acadêmica.

A presente atividade é requisito para a conclusão da tese de doutorado “POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL: contribuições epistemológicas para uma educação livre” que será defendida no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Asseguramos caso opte pelo anonimato que seu nome não aparecerá de nenhuma forma na pesquisa. Caso opte pelo não anonimato garantimos que todas as falas, dados e respostas serão usados exclusivamente para o objetivo da pesquisa em tela.

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Uberlândia-MG, 30 de novembro de 2022

( ) Com anonimato      (X) Sem anonimato

Eliana dos Santos Lopes

Assinatura da entrevistada  
 Número de documento da entrevistada

Leandra de L.R. Amaral

Doutoranda Leandra de Lourdes Rezende  
 Amaral

Matrícula: 11913GEO014

Tulio

Prof. Dr. Tulio Barbosa

SIAPE 1625954

## APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA ELIANA

Entrevista com a coordenadora, da Cozinha Solidária SOS Dom Almir (Residencial Integração), Eliana dos Santos Lopes.

**Pesquisadora:** Quando o SOS foi criado? Em que ano?

**Eliana:** O SOS foi criado em março de 2020 no começo da pandemia, fomos criado pra atender as pessoas que perderam emprego em volta do escritório. Só que em 15 dias nós descobrimos que tinha muita gente passando fome na região. No começo era só pra 90 dias, no começo da pandemia falaram que era só para 90 dias (**a duração da pandemia**), hoje nós estamos com quase três anos e a demanda ainda é muito grande, continua, diminuiu um pouco, mas, não como esperado.

**Pesquisadora:** A infraestrutura já era essa?

**Eliana:** Já era essa. Aqui é um escritório de advocacia do lado e eu trabalhava pra ele então ele cedeu a cozinha pra 90 dias e nós estamos há quase três anos usando.

**Pesquisadora:** E hoje vocês tem uma média de quantas pessoas são atendidas por dia? São todos os dias?

**Eliana:** De segunda a sexta são em torno de, já chegou a atender mil marmitas, uma por pessoa.

**Pesquisadora:** E como é a distribuição? Eles vem aqui e buscam ou vocês levam?

**Eliana:** Não. Eles vêm até aqui, uma pessoa de cada família vem e pega pra família inteira, quem pega menos pega quatro marmitas.

**Pesquisadora:** Tem algum tipo de cadastro para vocês saberem o número de pessoas na família ou não?

**Eliana:** Nós já até fizemos isso, mas, quando no auge da pandemia nós perdemos o controle, não deu porque os voluntários são poucos, mas nós temos alguns cadastros sim, mas tem muita gente nova, todo dia aparece gente diferente. Gente que teve que entregar a casa e teve que morar em assentamento. **Aqui ao redor tem muito assentamento, então a maioria das pessoas que a gente atende são pessoas de assentamento, sem terra, sem teto. (grifo nosso)**

**Pesquisadora:** E as pessoas que colaboram, aqui no SOS, na cozinha, quem são? São da comunidade mesmo? Quantas são em média?

**Eliana:** Sim, são da comunidade, mas tem pessoas que vêm de fora também. Tem uma senhora que é aposentada, ela é doadora e gosta de vir como voluntária, mas são em torno de 17 pessoas.

**Pesquisadora:** E essas pessoas têm outras atividades?

**Eliana:** Algumas sim, algumas são aposentadas, mas a grande maioria não, só são voluntários aqui.

**Pesquisadora:** Tem desempregados entre os voluntários também?

**Eliana:** A maioria são pessoas que perderam o emprego durante a pandemia. Então, eles viram aqui a oportunidade de ajudar outras pessoas e a se ajudar, porque aqui ele almoça e leva pra casa para os demais familiares. E sempre quando tem a gente fornece uma cesta básica para cada voluntário para estar ajudando no final de semana.

**Pesquisadora:** E igual você falou da cesta básica e eu pude perceber que tem outras ações. Você pode falar um pouquinho sobre quais são estas ações?

**Eliana:** Tem sim, tem as ações de, a gente cadastra crianças para doação de leite, fralda, acamados para receber cesta básica. Quando chega doações de outras coisas que vem, a gente faz distribuição. Existe pessoas que vêm aqui procurar advogado, são mulheres em situação de risco, pensão é o que mais vem, mães pedindo pensão a gente encaminha. Pedindo medicamentos, aqui aparece de tudo um pouco.

**Pesquisadora:** O que as meninas estão fazendo ali agora é artesanato?

**Eliana:** É artesanato, é um curso que elas estão fazendo pra ter um tipo de renda, o curso é totalmente gratuito. A professora foi mandada pelas mediações, pessoal do CRAS (ver significado) e elas fazem pra vender. É uma forma de renda, mas não é só pras voluntárias é pra comunidade.

**Pesquisadora:** Quem é a pessoa responsável, ou é um grupo de pessoas responsáveis pelo SOS hoje?

**Eliana:** Eu sou a coordenadora, mas todo mundo se ajuda. Eu sou aquela que todo mundo traz pra mim e mando pra alguém, sempre tem alguém pra mandar um pedido alguma coisa. Mas, a responsável sou eu mesma.



**Pesquisadora:** Em relação às doações, como são?

**Eliana:** As doações são de pessoas comuns, como eu e você. Nós temos muita ajuda do Ministério Público, da Polícia Militar, mas, assim em termos de governo essas coisas, ninguém.

**Pesquisadora:** E tem alguém que faz essa mediação com supermercados ou outros órgãos, para ir e pedir e conseguir alguma doação?

**Eliana:** As voluntárias mesmo fazem, eu faço eu tenho um grupo de transmissão do WhatsApp, aí onde eu joga lá às necessidades aí as pessoas vão ajudando com o que tem.

**Pesquisadora:** Então é sempre ajuda do grupo?

**Eliana:** É do grupo mesmo.

**Pesquisadora:** E eu vi, assim, são mais mulheres, é isso mesmo?

**Eliana:** São mais mulheres.

**Pesquisadora:** Tem algum momento que os homens ajudam também, ou alguma tarefa específica que os homens ajudam?

**Eliana:** Tem sim, os homens faz o recolhimento de doações, são três pessoas que nos ajudam. Às vezes precisa pegar uma coisa pesada, aí eles vem, mas 99% é mulher.

**Pesquisadora:** A quantidade de marmita hoje, em relação àquelas mil, caiu?

**Eliana:** Caiu pouco, mas não foi muito não.

**Pesquisadora:** E como é o cardápio é de acordo com o que ganha, vocês tem um cardápio que vocês fazem ou não?

**Eliana:** É de acordo com o que tem, a gente faz hoje pensando o que vai fazer amanhã. No entanto, eu já faço o almoço, as meninas fazem o almoço e eu vou lá faço um videozinho mando pros doadores agradecendo e já pedindo o que eu preciso pra amanhã.

**Pesquisadora:** As embalagens são essas marmittas descartáveis?

**Eliana:** Não. Não são mais, o Ministério Público nos doou as embalagens permanentes, então eles pega a comida leva desocupa a embalagem e traz no outro dia ela limpa, onde a gente coloca, são vasilhas de plástico. No começo não, no começo tinha que ser descartável, porque a pandemia tava muito forte, podia trazer

uma vasilha contaminada e contaminar o restante, mas de acordo que foi diminuindo os casos aí nós ganhamos as doações das vasilhas e doamos pra comunidade.

**Pesquisadora:** Aí como são sempre aquelas mesmas famílias, aí eles trazem?

**Eliana:** Mas, a gente sempre tem porque aparece alguém que não tem vasilha, a gente ajuda pessoal que coleta o lixo, pessoal que vem da rodoviária só aqui pra buscar comida, pessoa de rua mesmo, moradores de rua.

**Pesquisadora:** Qual a importância da cozinha, do SOS Dom Almir, na vida das pessoas que vocês atendem?

**Eliana:** Tem pessoas que vê isso aqui como a única oportunidade de alimento do dia, infelizmente é muita gente, aqui já aconteceu de não ter ingrediente e a gente não conseguir abrir e a pessoa falar assim: “- Hoje eu vou ficar com fome”. Então é tipo de casa de mãe que quando você não tem, você vai lá pedir emprestado e a mãe sempre socorre. Eu acho que isso aqui não era nem pra chamar SOS Dom Almir, era pra chamar “Acolhimento de mães”, porque a maioria das mães que vem buscar comida é porque não tem de onde tirar.

**Pesquisadora:** E a maioria que vem são mulheres? Ou vem o filho, o marido?

**Eliana:** São, a maioria são mulheres, mas vem homens também, porque com esse salário muito defasado as UAIs (Unidade de Atendimento Integrado) não tem um medicamento, nós temos muitos acamados que o dinheiro é só pra remédio, nem dipirona você acha na UAI, então aí eles compram o remédio e pega a comida aqui. Porque precisa do remédio e precisa da comida. Já teve muitas vezes da gente fazer vaquinha pra comprar medicamentos pra pessoas acamadas, hoje mesmo veio uma moça pegar medicamento pra mãe dela, a mãe dela é renal crônica, precisava e era muito remédio. E nós conseguimos e ela veio aqui pegar.

**Pesquisadora:** Quando cheguei vi vocês separando as “cartinhas” (para o Papai Noel) é desde o início que vocês fazem?

**Eliana:** Desde 2020, 2021 e 2022, só que em 2020 nós recebemos em torno de 130 cartinhas, foi mais da comunidade. O ano passado (2021) já ficou em torno de 237, agora esse ano (2022) já passamos de 350 e ainda temos 5 dias pela frente pra receber cartinha. Eu estou assustada! E o que mais me assusta é os pedidos, cesta básica, se for separar as cartinhas deve ter umas 150 pedindo cesta básica, e outra

parte material escolar. Tem criança aqui, que nasceu durante a pandemia, nunca tomou um danone, nunca comeu uma fruta.

**Pesquisadora:** E as doações para essas cartinhas, também são de voluntários da comunidade?

**Eliana:** Da comunidade, as reportagens da televisão, tem uma tem um ponto muito fundamental nisso porque eles vêm cá, eles filmam com o maior carinho. Eu conheço os repórteres quase tudo, eu mando mensagem hoje eu tô precisando de tal coisa, se não tiver vaga para fazer uma matéria eles fazem um bilhete e joga lá na tela, o telefone, eles dão um jeito.

**Pesquisadora:** Esse contato e quem corre atrás, também é você?

**Eliana:** Eu mando pra eles o que tô precisando, aí eles jogam lá meu telefone e rapidinho aparece doação.

**Pesquisadora:** E como é pra vocês que são voluntárias conciliar o trabalho aqui, que é todo dia com o trabalho de vocês de casa, família, filhos?

**Eliana:** Meu marido fala que já moro aqui. Tem uma das nossas voluntárias que o filho dela manda mensagem pra ela e fala assim: “- Vou mandar sua roupa pra aí, você só vive aí.” Mas, é porque às vezes a gente chega e termina o serviço a gente vai conversar, aí chega alguém que quer desabafar, quer conversar. E acaba que a gente fica aqui conversando. E as meninas tem umas que não quer nem ir embora. Um porque tem muitos problemas em casa e outras porque gosta daqui mesmo. Tem umas que tem mesmo problemas em casa, alguma desavença, mas são poucas, não são muitas não, mas tem.


**Pesquisadora:** Chega em casa a casa está arrumada ou é um outro momento do dia?

**Eliana:** Não. Aí é o segundo *round*. Esses dias eu tava falando aqui tinha um cômodo lá da minha casa que já tinha uns 3 meses que não entrava, quando entrei levei até susto. Porque tudo que vai chegando que não tem lugar certo, a coloca aí depois eu arrumo. Eu custei abrir a porta.


**Pesquisadora:** Em relação aos maridos, aos filhos eles ajudam na cozinha? Tem algum momento em que eles se dispõem a participar, também, como voluntários? Ou só quando precisa nas partes mais pesadas?


**Eliana:** Só quando precisa mesmo. Eles ficam mais pro trabalho fora.

## APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA: Maria Aparecida



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
 Instituto de Geografia – Campus Santa Mônica -Uberlândia  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica,  
 Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: +55 34 3239-4381/  
 3291-6304- Bloco 1H, sala 1H35, E-mail: posgeo@ufu.br





### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Prezada entrevistada Maria Aparecida da Cruz Silva

Solicitamos autorização para realização da pesquisa “Diálogos com mulheres solidárias” integrante do projeto de doutorado da acadêmica LEANDRA DE LOURDES REZENDE AMARAL, 11913GEO014 orientada pelo Professor Doutor Tulio Barbosa, SIAPE 1625945.

A importância da pesquisa e seus objetivos constam detalhadamente na Carta de Apresentação entregue para a entrevistada.

As questões e a coleta de dados serão feitas pessoalmente por meio de entrevistas, diálogos e análises documentais. Assim, salientamos que todos os dados e informações necessárias para a pesquisa serão de uso com finalidade acadêmica.

A presente atividade é requisito para a conclusão da tese de doutorado “POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA ANTICOLONIAL: contribuições epistemológicas para uma educação livre” que será defendida no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Asseguramos caso opte pelo anonimato que seu nome não aparecerá de nenhuma forma na pesquisa. Caso opte pelo não anonimato garantimos que todas as falas, dados e respostas serão usados exclusivamente para o objetivo da pesquisa em tela.

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Uberlândia-MG, \_\_\_\_ de novembro de 2022

( ) Com anonimato       Sem anonimato

Maria APT da Cruz Silva  
 Assinatura da entrevistada  
 Número de documento da entrevistada

Leandra de L.R. Amaral  
 Doutoranda Leandra de Lourdes Rezende Amaral  
 Matrícula: 11913GEO014

Tulio  
 Prof. Dr. Tulio Barbosa  
 SIAPE 1625954

## APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA MARIA APARECIDA

Entrevista com a coordenadora, da Cozinha Solidária Parceiras do Bem (Assentamento Maná), Maria Aparecida da Cruz Silva.

**Pesquisadora:** Como é esta questão de auxílio na cozinha? Quando começou?

**Cida:** A cozinha começou desde a pandemia. Foi por causa da pandemia.

**Pesquisadora:** Quem que ajuda? A senhora falou que não tem ajuda do poder público e nem políticos.

**Cida:** Não. Quem ajuda é os empresários. Igual tem a J. G., dentista né que me ajuda, S. me ajuda, E. M. que é psicóloga, que faz esses projetos, me ajuda, a D. dos motoqueiros. O clube dos motoqueiros fez essa casa aqui pra mim.

**Pesquisadora:** Ah! Então essa estrutura aqui não tinha?

**Cida:** Não. Isso aqui tudo eu ganhei com ajuda dos empresários, entendeu?! Tem uma moça que tem um projeto e meche com *buffet* me ajuda. Então é várias pessoas me ajuda, se eu for por o nome. Aí eu ligo pra eles. É privada, não tem política no meio. O único que me ajuda que não era vereador e virou foi o I., porque foi através dele que ganhei essa casa. Porque ele falou que alguém perguntou se ele tinha uma pessoa que fazia esse projeto e que eles queriam vir visitar, aí ele me indicou e trouxe aqui na minha casa, foi que eu ganhei essa estrutura porque a pessoa gostou de mim.

Eu acho que aqui quem me ajuda e pega na minha mão é ele, mas ele não era vereador né, não foi por política. Ele me ajudou, tipo assim, não foi por política, que ele é vereador agora. **Mas, de poder público só tenho promessa.** (grifo nosso)

**Pesquisadora:** As panelas, também, quando vocês começaram já tinha?

**Cida:** Não. As panelas quem deu foi o tal MTST foi que começou, aí a gente tem esse vínculo. E a comida quem traz é a L. M. é uma assistente social, ela que corre atrás de tudo pra nós e o resto que ela não dá conta nós pede nas redes sociais.

**Pesquisadora:** E tem algum movimento que ajuda vocês?

**Cida:** Não. Só o MTST e do F. que paga as verduras, mas, não sei qual movimento.

**Pesquisadora:** Eu vi que tem grafites aqui?

**Cida:** Isso aí foi presente do D.. Aquele lá é meu pai, que já partiu para morar com Deus e aquela alí é a menininha da... filha da J. G., que o projeto me ajuda aqui.

**Pesquisadora:** E a senhora mora aqui?

**Cida:** Eu moro lá no fundo.

**Pesquisadora:** Quem são as pessoas que preparam a comida? Quantas são?

**Cida:** Somos 10. Todas voluntárias tem 3 anos já, a mesma equipe.

**Pesquisadora:** E assim, dentro dessa equipe essas mulheres trabalham fora ou não?

**Cida:** Não, vieram tudo com crise de depressão e outros problemas. Aqui elas fica até oito horas da noite, aí elas é de casa elas chega, se quer tomar café elas toma, se quer almoçar, almoça, se quiser jantar, janta, aqui é 24h.

**Pesquisadora:** Aqui não é só a questão da cozinha, né?

**Cida:** Aqui não é que elas chega tem que trabalhar e ir embora. A luta minha não é que eu tô fazendo a comida, aqui eu já falei: "Só tem doido, cada um tem um problema".

**Pesquisadora:** E tem homem também no meio ou só mulher?

**Cida:** Não. Só mulher, tanto que o nome eu púis "Parceiras do Bem".

**Pesquisadora:** E essas mulheres são casadas, têm família?

**Cida:** Tem cinco família.

**Pesquisadora:** E quando sai daqui aí é o segundo tempo delas? Tem que arrumar tudo, tem que cuidar da casa?

**Cida:** A A. M. ela fica quase o dia todo aqui, ela tem marido. O marido dela ama que ela fica aqui. Porque ela tem câncer de pele, então ela veio com uma depressão muito forte pra cá. Aqui ela se levantou, aqui eu corro atrás do protetor solar dela, aqui eu pago Uber pra ela ir fazer cirurgia, já fez 13 cirurgias e vai fazer mais duas agora. Aqui eu dou o conforto dela pra tá.

**Pesquisadora:** Aí vocês conseguem também essa parte?

**Cida:** Não. Sai do meu auxílio emergencial. E eu pago 350 de remédio por mês.

**Pesquisadora:** E esse auxílio da senhora é o do governo por causa da pandemia?

**Cida:** É. Só tem ele. E peguei minhas 2 sobrinhas pra adotar agora. **Eu gosto de ver a luta. (grifo nosso)**

**Pesquisadora:** E quantas marmitas vocês fazem por dia?

**Cida:** 350 todo dia.

**Pesquisadora:** De segunda a sexta?

**Cida:** A gente leva na rodoviária de vez em quando. A gente recebe os pedidos para ajudar as pessoas e a gente faz. De segunda a sexta, de segunda a sexta não, porque tem domingo aí que eu não queto também não. Tem domingo que as pessoas, “Cida preciso do seu auxílio”, eu **vamos dar um jeito então. (grifo nosso)**

**Pesquisadora:** O que a senhora acredita que a cozinha hoje representa na vida das pessoas que vocês atendem aqui?

**Cida:** Hoje na vida das pessoas, eles sentem aqui uma casa de apoio, porque aqui se um quebrar o braço alí eles me avisam, você acredita?! Se acontecer um acidente eles me avisa.

**Pesquisadora:** E a embalagem?

**Cida:** É na vasilha deles.

**Pesquisadora:** E essas vasilhas são o que eles trazem de casa e vocês colocam a comida.

**Cida:** Aí nós coloca e eles leva. Eu futuramente queria que isso aqui mesmo fosse só uma casa de apoio, um albergue, porque eu vejo muita gente dormir nessa lama. O meu sonho é que um órgão público tomasse conta. Dissesse eu vou te dar essa casa e você faz um albergue.

**Pesquisadora:** Como está a situação do assentamento?

**Cida:** Disse que está legalizado, mas não tem documento, por isso que eu ainda não tenho a escritura. Se tivesse a escritura já podia fazer tudo.

**Pesquisadora:** Precisa de um olhar dos órgãos públicos para cá, porque quando chove vocês ficam impossibilitadas até de ajudar o outro. Como que faz?

**Cida:** É, se for desanimado não ajuda não (em relação ao período de chuva, devido às condições das ruas de terra), tem que ter garra e força de coragem.

**Pesquisadora:** E da comunidade, os homens ajudam também?

**Cida:** Não. Só mesmo mulheres.

**Pesquisadora:** E quem vem buscar alimento? A maioria é homem, mulher, crianças?

**Cida:** Homem, mulher, muita criança.

**Pesquisadora:** A maioria dos que vêm buscar comida estão desempregados?

**Cida:** Eu sinto assim, uns desempregados, uns acomodados, uns doentes do álcool e das drogas. Tem gente de todo jeito aqui. Por que eu trabalho todo dia? Porque aqui é mais os doentes do álcool, doente das drogas, tem uns que chega aqui, que... igual um que chegou: “Tia se não tem duas marmitas aí não?! eu tô numa fome.” Eu falei acabou, mas... “Nossa tia eu tô numa fome.” Chega tava tremendo, eu disse, eu vou fazer. Assim!

**Pesquisadora:** A senhora antes de vir pra cá, antes de ter a cozinha, antes da pandemia, a senhora trabalhava?

**Cida:** Trabalhava. Sempre trabalhei. Aí depois da pandemia nunca mais, aí comecei (com as cozinhas), nunca mais trabalhei.

**Pesquisadora:** E aqui qual horário normalmente vocês servem a comida?

**Cida:** 10:30, 11:00. O mais tardar é 11.

**Pesquisadora:** E a comida que eles levam dá para o almoço e sobra um pouquinho pra comer a noite?

**Cida:** Olha, eles trazem umas vasilhas grandes e falam é pra três. Aí eu falo, eu conheço alí é só duas, mas a gente põe, é que eles ficam com vergonha de falar que é pra janta. Porque aqui eu conheço um por um. Eles tenta mentir mas eu sei quem mexe com droga, quem bebe, **só que não é eu que tem que julgar**. Eu conheço eles tudo, tudo, tudo.

**Pesquisadora:** Fiquei sabendo que em Uberlândia tem sete cozinhas, fiquei feliz com isso. E triste ao mesmo tempo, por saber de tantas pessoas que precisam, que estão passando fome mesmo, numa cidade deste tamanho.

**Cida:** O governo que essas cozinhas, elas virou uma... pra mim eu trabalho diferente. As meninas chega: “Ah eu preciso disso” . Aqui tem isso e isso, você ganha uma cesta, um frango, ainda corro atrás de medicamento. Roupa que chega eu dou e tal, se você quiser trabalhar aqui. Aí vem um dia, no outro dia já não quer vir aí não vem. Mas, aqui nunca eu também só dou, sempre eu tô ensinando.

Tem uma moça que veio lavar essas roupas pra mim, porque minha máquina estragou, tem muita roupa né, isso aí não é só roupa minha. Aí ela falando que tinha que comprar roupa pro filho dela e tal, briga mais o marido. Aí eu dei uma calça jeans pro filho dela nova, porque eu tô vendendo umas roupas e dei uma roupa pra



ela. E ela: “Pra mim!”. Eu: É. “É nova!” (a moça). Eu não vou te dar nada usado (Cida). Dou verdura, dou alimento.

**Pesquisadora:** E quem corre atrás de tudo é a senhora?

**Cida:** Tudo. Tudo pelo WhatsApp.

**Pesquisadora:** Não ter nenhum apoio assim é, igual a senhora falou é na raça mesmo.

**Cida:** Aqui é na raça. Aqui é na raça e Deus. Aqui o dia que Deus provém e fala hoje é seu dia ele...

**Pesquisadora:** E tem muitas doações, ou já passou um dia que você falou “ hoje não tem jeito, não vai dar”?

**Cida:** Já. Já teve dia que nós já entristeceu, tem dia quando falta eu fico tão estressada que não pode nem chegar perto de mim. Que a gente parece que..., mas isso é da vida.

**Pesquisadora:** Acaba sendo uma responsabilidade?

**Cida:** Não. Porque a gente começa a ver o mundo tão diferente. Entendeu? A gente vê, não sei se eu tô certa ou se eu tô errada. A gente vê uma desqualidade muito grande, ultimamente parece que quanto mais há fome melhor para certos brasileiros, quanto mais fome melhor para esses grandão aí. Sabia?! Que eles querem te contratar por base de um prato de comida.

Ontem eu fui no A. (rede de hipermercado) e um gerente do A. começou a querer tirar um menininho de lá por ser vendedor de bala. E esses menininhos estava lá dentro, só que eles tava sujo, mas eles tava com o dinheiro pra pagar as bala. Aí eu fui lá peguei e chamei eles, tava conversando comigo e ele (gerente) foi lá pra tirar eles. Aí eu falei: “Não, eu que chamei eles e vou pagar as balas deles e o que eles querem comer”. E ele falou: “Esses meninos é pedinte”. “Qual que você quer, que eles pede ou que eles rouba? Eles vai ficar aqui comigo, tirando disso você tira eu e ele. É mais pobre que essa criança. Sabe o que mais me chocou, o menininho virou e falou assim: “Esse otário só fica falando que nós é bandido e ladrão, nós tem que dar um tiro na cabeça dele” E o menininho não tem 10 anos. Mas, por quê? Porque ele ouve a discriminação, aí o povo fala ‘vira ladrão, vira ladrão’, vira por causa da injustiça. Ele não é obrigado a dar, mas ele podia ver que ele tava com dinheiro e deixar passar. É igual nós, não faz diferença da onde que ele vende bala. É igual eu

falo, se a pessoa é prostituta... Quando o povo começar a respeitar o Brasil vai mudar. Porque você vive num Brasil tão lascado que você entra numa depressão e faz coisa errada. É o nosso Brasil, né?

**Pesquisadora:** Mas, que bom que ainda temos pessoas que pensam diferente, como a senhora. E tantas outras por aí que, ainda é minoria, mas...

**Cida:** E eu penso mesmo! Eu tenho 12 filhos, 7 daqui (com a mão na barriga) e seis... e quero mais. As meninas falam assim: "Mãe cê tem que ter muito cuidado, uma hora a senhora vai parar..." Igual ontem falei pra minha filha, ô cê prepara se ele vim de lá com outra pessoa com ignorância, vai me tirar daqui pra cadeia. (retomou o caso do hipermercado) Já pode ligar pros advogados. Vai ter que dar uma boa sugestão porque nós dois vai truar. E eu te falo, que eu falo mesmo. E hoje eu estava nas redes sociais, ia dá TV, porque eu ia pagá um barraco. E eu gosto de coisa grande mesmo é dum A., M., empresa grande. Ou eu ia pagar pra eles ou eles ia pagar pra mim. Eu acho que eles pagava pra mim. E o menininho falou: 'Tia nunca ninguém olha pra nós com esses olhos que a senhora olhou'. Até falei, que eles mora no Dom Almir, falei que eu tô aqui se eles quiser roupa eles vem cá que eu vou ajudar eles.

O homem foi mas ele não veio porque ele viu. Falei moço tirando de diferente o que eles faz, porque eles não pegou nada seu, você não pode tirar eles daqui. Ele é um cidadão como qualquer outro.

**Pesquisadora:** Era um consumidor como qualquer outro.

**Cida:** Ele é um cidadão como qualquer outro.

**Pesquisadora:** E eu vi que a senhora estava olhando, era cartinhas, a hora que cheguei. A senhora falou que ficou umas pra traz. São as cartinhas de fim de ano, pedidos?

**Cida:** É. Aí o Frei lá da igreja no Martins fez.

**Pesquisadora:** Aí no caso ele pega e tenta...

**Cida:** Não. Ele já tem esse caminhão de brinquedo dele, todo ano ele faz. Vou ter que ir lá levar.

**Pesquisadora:** Aí vem no Natal?

**Cida:** Dia 18

**Pesquisadora:** Tem outros eventos, datas durante o ano?

**Cida:** Tem. Agora em dezembro vai ter ele que vai trazer os brinquedos das cartinhas, um pouquinho, mas já vai ter alguns. Acho que dia 17 vai ter um almoço,... é que eles vai falando e eu vou deixando por conta deles, eu só cedo o local. Aí eles chega e alí fica, eu fico é lá longe, nem ponho a mão. Só ponho a mão só no que é meu. Eu só cedo o espaço, se ele fala quero fazer um evento e tal eu vou e deixo. Aí tem aula aqui também a noite. Aqui tem tudo, só não tem dinheiro, mas tem tudo.

**Pesquisadora:** E na aula à noite os professores são voluntários?

**Cida:** São professores verdadeiro, lá da UFU. Vem e dão aula, já tem gente que aprendeu ler, viu?! Ontem não teve porque choveu. Aqui tem curso de trança, segunda e terça, tem curso de culinária e tem aula, aqui nunca para. A noite é aula e a culinária é segunda e quarta. Sobancelha a menina foi embora.

**Pesquisadora:** Por que, foi um curso mais rápido?

**Cida:** Não. Porque a menina teve problema com a família e teve que parar. Aqui tem tudo, aqui só não tem dinheiro igual falei.